

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO
DOUTORADO EM URBANISMO

GRETE SOARES PFLUEGER

REDES E RUÍNAS:

Apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara-MA

Rio de Janeiro

2011

GRETE SOARES PFLUEGER

REDES E RUÍNAS:

Apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara-MA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de
Janeiro para a obtenção do título de Doutora em
urbanismo

Orientação: Prof. Ph.D. Rachel Coutinho Marques
da Silva

Rio de Janeiro

2011

GRETE SOARES PFLUEGER**REDES E RUÍNAS:**

Apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara-MA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Doutora em Urbanismo

Aprovada em: / /

Prof. Ph.D. Rachel Coutinho Marques da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Denise Barcellos Pinheiro Machado (Examinadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Cristovão Duarte (Examinador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Henrique de Paula Borralho (Examinador Convidado)
Universidade Estadual do Maranhão

(Examinador)

Pflueger, Grete Soares.

Redes e ruínas -apogeu e declínio de uma cidade: o caso de Alcântara - Maranhão/Grete Soares Pflueger.____Rio de Janeiro: UFRJ/PROUB, 2011.

xxII, 203p.:il; 29,7 cm.

Orientadora: Rachel Coutinho Marques da Silva.Ph.D

Tese (Doutorado) – UFRJ/PROUB, Programa de Pós Graduação em Urbanismo, Convênio Dinter Capes UFRJ/UEMA, 2011.

Referências bibliográficas: f.4

1. Redes e ruínas. 2. Urbanismo. 3. Alcântara - Maranhão. 4. Tese I. Silva, Rachel Coutinho Marques da. II. UFRJ/PROUB. III.Título.

CDU:711.42.025.21 (812.1)

Para Juliana e Luísa, minhas filhas.

*Para Ernst Otto Pflueger e José Wilson Farias, in
memorian .*

AGRADECIMENTOS

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pelo programa de qualificação de docentes que possibilitou o Dinter em Urbanismo.

Ao PROURB da UFRJ, em especial a profa. Dra Denise Pinheiro, que foi parceira no desafio de realizar primeiro doutorado interinstitucional em urbanismo e a profa.Ph.D. Rachel Coutinho Marques da Silva pela orientação no projeto e na tese .

A Capes pela aprovação do projeto do Dinter através do edital “Novas fronteiras” e pelo apoio financeiro concedido, fundamental a realização do Convênio e a Fapema pelo apoio concedido em bolsas e editais de apoio a pesquisa para mestres. .

A todo o grupo de professores do curso de arquitetura e urbanismo da UEMA, colegas de departamento e de doutorado pelo apoio e incentivo: Bárbara Irene W. Prado, Célia Regina Mesquita Santos, Érico Peixoto Araújo, Gustavo Martins Marques, Hermes da Fonseca Neto, José Bello Salgado Neto, Márcia Tereza Campos Marques, Maria Teresinha de M. Coelho, Marluce Wall de Carvalho Venâncio, Sanadja de Medeiros Souza, Thaís Trovão dos Santos Zenkner e Alex Oliveira, nosso coordenador.

Aos pesquisadores que encontrei nos arquivos que facilitaram as buscas.Luis Mello no acervo da Biblioteca Publica Benedito Leite, Jose Reinaldo no IBGE e toda a equipe do arquivo Público do Estado do Maranhão. A Vera Giusti, corretora incansável de português e leitora cuidadosa; a Rosilene pela normatização e ao Prof.Dr. Henrique Borralho da UEMA pela leitura cuidadosa e ricas sugestões e a todos que me ajudaram indiretamente com seu trabalho: Eline, Ricardo e Regiane, toda minha gratidão

A família Pflueger, em especial as mulheres: Theresa, minha mãe; Lidia e Silvia, minhas irmãs queridas que acolheram minhas filhas nas idas ao Rio e finalmente as minhas filhas: Juliana e Luísa, fonte de minha energia, pelo apoio e paciência nestes anos.

A Deus, pois sem fé ninguém ultrapassa barreiras e ao tempo que organiza tudo.

Em Alcântara
o tempo se condensou
em tempo de espera
espera de tudo
e o grande orgulho da cidade
é saber hoje esperar
o passado
que pelo futuro
qualquer cidade espera

Chagas, 1994.

RESUMO

Esta tese analisa o processo de apogeu e decadência da cidade de Alcântara no Maranhão a partir do entendimento da teoria de sistema mundo, da evolução da rede urbana brasileira e das redes globais contemporâneas na dimensão social, econômica e urbana pontuando os momentos de inclusão e exclusão do Estado e da cidade de Alcântara das redes urbanas, compreendendo o processo de decadência e arruinamento de Alcântara no contexto histórico e econômico do Estado do Maranhão no século XX.

Palavras chave: Urbanismo. Redes urbanas. Ruínas.

ABSTRACT

This thesis analyzes the rise and decay of Alcântara city in Maranhão from the understanding of the world system theory, the evolution of Brazilian urban network and contemporary global network in socioeconomic and urban dimensions punctuating moments of inclusion and exclusion State and city networks, including the process of decay and ruination of Alcântara in historical and economic context of the state of Maranhão in the twentieth century.

Keywords: Urbanism. Urban network. Ruins.

LISTA DE FIGURAS

Capa	- Portal do Palácio do imperador	
Figura 1	- Mapa do Estado do Maranhão e detalhe do município de Alcântara	20
Figura 2	- Typus orbis terrarum, Abraham Ortelius, mapa mundi, água forte, Antuérpia 1587	31
Figura 3	- Quadro teórico	32
Figura 4	- Ondas política econômica e social de São Luís	53
Figura 5	- Linha do tempo de São Luis	56
Figura 6	- Linha do tempo de Alcântara	57
Figura 7	- Linha do tempo do desenvolvimento urbano de Alcântara	58
Figura 8	- Vista aérea de Alcântara	59
Figura 9	- Ruína da Matriz	67
Figura 10	- Rua do giz	78
Figura 11	- Imagens das fábricas	89
Figura 12	- Estatísticas populacionais	97
Figura 13	- Palácio do Comércio (A) e Palácio da educação (B)	101
Figura 14	- Monumentos modernos, postal de natal	102
Figura 15	- Postal da construção da Avenida Magalhães de Almeida em São Luis	103
Figura 16	- Planta de São Luís em 1912 – Justo Jansen	106
Figura 17	- Planta de São Luís em 1950, detalhe para a diagonal da Avenida Magalhães	107
Figura 18	- mapa do Maranhão em 1631	110
Figura 19	- Planta da vila de Alcântara em 1755.....	111
Figura 20	- Sobrado em ruínas na Rua do Giz em São Luís	124
Figura 21	- Croquis de Renée Lefevre do livro São Luís e Alcântara, de 1969, Rua da Amargura em Alcântara-Ma	126
Figura 22	- Croquis de Renée Lefevre do livro São Luís e Alcântara, de 1969, Rua da Grande em Alcântara-MA	127
Figura 23	- Croquis do livro Velho Maranhão de Tom Maia, vista parcial do forte são Sebastião e das ruínas do convento do Carmo em Alcântara-MA	128

Figura 24	- Ruínas da Matriz	129
Figura 25	- Intendência: presídio de Alcântara	129
Figura 26	- Mapa de Alcântara em 1957	129
Figura 27	- imagem da Peninteciaria e Igreja Matriz 1957	132
Figura 28	- imagem Matriz de S. Mathias em 1957	132
Figura 29	- Igreja da Matriz de Alcântara	139
Figura 30	- Ruína do Palácio Negro	139
Figura 31	- Mapa das ruínas de Alcântara	151
Figura 32	- Estudo da formação de Alcântara no século XVII. Mapa base 1970	152
Figura 33	- Ruínas da Plataforma de Lançamento de foguetes em Alcântara	164
Figura 34	- Ruínas da plataforma de lançamento	164
Figura 35	- Planta cadastral cidade de Alcântara, em 1970	166
Figura 36	- Imagens de satélite de Alcântara	166
Figura 37	- Avenida de Anel de Contorno sobre mapa de GPS, de Alcântara- MA, em 2000	169
Figura 38	- Croqui esquemático da favelização de Alcântara-MA	172
Figura 39	- Mapa da área em litígio entre Ciclone e Quilombolas – Alcântara-MA	174
Figura 40	- Evolução tecnológica ou empreguismo	177
Figura 41	- Duas realidades	178
Figura 42	- mapa do município de Alcântara e o CLA	179
Figura 43	- Planta digital da cidade de Alcântara, em GPS, em 2000	180

LISTA DE FOTOS

Foto 1	- Imagem das ruínas do Imperador, em Alcântara	108
Foto 2	- Rua da amargura, em 2007 e de Pompéia, em 2008	108
Foto 3	- Rua da amargura	118
Foto 4	- Ruína do interior da Igreja das Mercês (A) e ruína da Rua da Amargura (B)	119
Foto 5	- Rua Grande e ruína da Igreja Matriz	119
Foto 6	- Igreja e Largo da Matriz (A) e Rua Grande e Igreja do Carmo (B) ..	119
Foto 7	- Rua Afonso Pena atual Rua Direita	121
Foto 8	- Igrejas e convento do Carmo – fachada frontal	121
Foto 9	- Plataforma de lançamento do VLS, em Alcântara	134
Foto 10	- Centro de lançamento, em 2003	135
Foto 11	- Ruína da matriz e pelourinho	142
Foto 12	- Ruínas da Matriz de São Mathias	153
Foto 13	- Ruínas da Igreja das mercês e da Rua da amargura	154
Foto 14	- Igreja do Carmo	155
Foto 15	- Igreja e convento do Carmo	155
Foto 15	- Igreja e convento do Carmo	155
Foto 16	- Igreja e convento do Carmo	155
Foto 17	- Igreja e convento das Mercês	156
Foto 18	- Portal de São Francisco	157
Foto 19	- detalhe do Portal de São Francisco	157
Foto 20	- Rua da Amargura	158
Foto 21	- Ruínas da Rua da Amargura	159
Foto 22	- Ruínas do palácio do imperador	160
Foto 23	- Ruínas do Palácio do Imperador, em Alcântara-MA, em 2007	164
Foto 25	- Ruínas da Rua da Amargura, Alcântara-MA, em 2007	164
Foto 26	- Nova plataforma de lançamentos 2011	165
Foto 27	- Favela do Anel de Contorno, em Alcântara-MA	168
Foto 28	- Baixão do Lobato	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Valores de arrecadação dos Municípios em 1936	116
Quadro 2	- Comparativo das exportações em 1936	116
Quadro 3	- Resumo populacional	180
Quadro 4	- Renda per capita e percentual de Indigentes e de pobres no Município de Alcântara.....	181
Quadro 5	- Composição do PIB	182

-

LISTA DE SIGLAS

AEB	- Associação do Comércio Exterior do Brasil
ACS	- Alcântara Cyclone Space
AIB	- Ação Integralista Brasileira
ANPUR	- Associação Nacional de Pós Graduação e Planejamento Urbano e Regional
BPBL	- Biblioteca Pública Benedito Leite
CIAM	- Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
CLA	- Centro de Lançamento de Alcântara
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	- Confederação de Trabalhadores na Agricultura
CTA	- Centro Técnico Aeroespacial
DPHAP-MA	- Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
EIA-RIMA	- Relatório de Impacto Ambiental
ESBAP	- Escola Superior de Belas Artes do Porto
GICLA	- Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara
GT	- Grupo de Trabalho
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IFCHS	- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IHGB	- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IMESC	- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN-RJ	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro
ISUF	- International Seminar of Urban Form
MEC	- Ministério da Educação
MHAM	- Museu Histórico e Artístico do Maranhão
Minter	- Mestrado Inter Institucional

PHAN	- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PIB	- Produto Interno Bruto
PROURB	- Programa de Pós-Graduação em Urbanismo
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	- Universidade de Brasília
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
VLS-1	- Veículo Lançador de Satélite

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Arquitetura da tese	24
2	CONCEITOS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS	31
2.1	Quadro teórico	32
2.1.1	O sistema mundo: a visão de Wallerstein	33
2.1.2	Conceito de redes em Milton Santos	36
2.1.3	A sociedade em rede: a visão de Castells	37
2.1.4	Dimensão econômica das redes urbanas em Prado Junior	42
2.1.5	Evolução da rede urbana colonial no Brasil: Nestor Goulart Reis Filho e Paulo Santos	44
2.1.6	O Estado do Maranhão nas redes de comércio global	48
2.1.7	Ideologia da decadência da lavoura	50
2.1.8	Momentos de inclusão e exclusão do estado do Maranhão: ciclos econômicos	54
2.1.9	Momentos de inclusão e exclusão de Alcântara	55
2.2	Cidades	59
2.3	Ruínas	66
2.3.1	Significados das Ruínas	70
2.3.2	Ruínas históricas	71
2.3.3	Ruínas nas cartas patrimoniais	75
2.4	Temporalidades: cidade e ruínas	76
3	MARANHÃO NO SÉCULO XX:	
	Dimensão sócio-econômica	78
3.1	Contexto histórico	79
3.1.1	A Imigração	84
3.1.2	A Industrialização	86
3.1.3	O Babaçu-esperança do Estado do Maranhão	90
3.1.4	O Ciclo econômico contemporâneo.....	92
	Dimensão Política	
3.2.	O fenômeno do coronelismo e patrimonialismo.....	93
3.2.1	O Estado do Maranhão na República velha	94
3.2.2	O Estado do Maranhão no estado novo de Getulio Vargas	95

3.2.2.1	O interventor Paulo Ramos: 1937-1945	97
3.2.2.2	Renovação urbana de São Luís e o abandono do interior	100
3.2.3	Vitorino Freire e Sarney	106
4	ALCÂNTARA : apogeu e declínio	108
4.1	Alcântara antecedentes da decadência.....	109
4.2	A Elite Alcantarenses:Fidalgo e Barões	113
4.3	A não-industrialização/A não-imigração	114
4.4	Narrativas da decadência	117
4.5	O debate da demolição das ruínas de Alcântara e a Renovação urbana da capital	122
4.6	Cidade presídio:a implantação do presídio de segurança máxima 1950 a 1965.....	129
4.7	Cidade Espacial:do local ao global 1979 a 2010	135
4.7.1	1980 Implantação do Centro de lançamento de Alcântara	136
4.8	desconexão local	137
5	REDES E RUÍNAS	139
5.1	As tentativas de reconexão de Alcântara nas redes	
5.1.1	1948: cidade monumento: tombamento do iphan	142
5.1.2	Os relatórios da UNESCO	144
5.2.	Ruínas como testemunho físico e simbólico dos momentos de conexão e desconexão de Alcântara	150
5.2.1	Ruínas da Matriz de São Mathias.....	153
5.2.2	Igreja e Ruínas do Convento do Carmo	155
5.2.3	Ruínas da igreja e convento das Mercês.....	156
5.2.4	Ruínas da igreja de São Francisco.....	157
5.2.5	Ruínas da Rua da amargura.	158
5.2.6	Ruínas Augustas do Palácio do imperador	160
5.2.7	Ruínas do futuro	163
6	ALCÂNTARA NO SÉCULO XXI	166
6.1	A questão fundiária Centro de lançamentos	167
6.2	Projeto Cyclone space	173
6.3	O Território étnico das comunidades quilombolas: os impactos do Centro de Lançamento de Alcântara	175
6.4	Alcântara no século XXI	180

7	CONCLUSÕES	184
	REFERÊNCIAS	190

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho conclui uma etapa de pesquisa realizada sobre a cidade de Alcântara, que foi iniciada no Mestrado inter institucional (Minter) com a UFPE em desenvolvimento urbano, realizado nos anos de 1999-2002. O resumo da dissertação foi publicado no livro organizado pela Professoras Virginia Pontual e Ana Rita de Sá Carneiro da UFPE intitulado *“História e Paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e São Luís”* em 2005. Antes disso Alcântara havia sido tema de uma bolsa de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1988, sob orientação do arquiteto Antônio Pedro Gomes de Alcântara do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro e objeto de discussões técnicas e acadêmicas no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão como professora e como arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (DPHAP-MA),

Entre 2005 o curso de arquitetura buscou dar continuidade a qualificação profissional com o doutorado. A resposta positiva do PROURB da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através da Profa. Denise Pinheiro nos transformou na primeira experiência de Dinter em urbanismo sendo aprovado em 2006 pela Capes no edital “Novas Fronteiras” materializando o sonho da qualificação de 11 professores da arquitetura da UEMA. Os temas seriam em torno das questões urbanas da ilha de São Luis e duas cidades seriam consideradas: Alcântara e Barreirinhas

Alcântara permaneceu como tema sempre com novas questões, novas abordagens e novos olhares teóricos, pois havia um desafio pendente que era o de compreender e contextualizar o arruinamento da cidade no final do século XIX e início do XX. Chamava atenção uma quantidade significativa de ruínas no contexto urbano e essa especificidade parecia ser observada nos relatórios técnicos, no discurso dos intelectuais e nos relatos dos viajantes e historiadores preocupados com o processo de arruinamento da cidade cujos desafios extrapolaram a cronologia de quatro séculos de sua existência.

Observamos ainda que o processo de isolamento ocorreu em diferentes momentos da formação da cidade, conectando-a e desconectando-a das redes

coloniais e contemporâneas. Persistia a necessidade de compreender a exclusão da cidade, seu apogeu e decadência, sua inserção nos ciclos econômicos do Estado do Maranhão e do País, a conexão e a desconexão das redes urbanas existentes na perspectiva de compreender como se deu este processo nas dimensões sociais, econômicas e urbanas.

Mais uma vez a escolha do tema para o projeto de tese foi Alcântara e seus desafios no século XX, suas ruínas e o processo de decadência em diferentes dimensões, na perspectiva de um entendimento da rede urbana regional e global. O projeto foi examinado e aceito pela Profa. Rachel Coutinho ganhou um corpo teórico com a perspectiva do estudo das redes urbanas e dos processos de apogeu e decadência de cidades nas diferentes dimensões econômicas, sociais e urbanas.

Objeto

O objeto de estudo justifica o projeto. Alcântara foi a segunda cidade em importância histórica do Estado, depois da capital São Luís e tem sido tema de estudos e pesquisas no curso de arquitetura e urbanismo, assim como as cidades históricas de Caxias e Viana e o novo pólo de turismo dos lençóis maranhenses-Barreirinhas.

O município de Alcântara está situado no litoral norte maranhense na microrregião da Baixada Ocidental; limita-se geograficamente ao norte com o oceano atlântico, ao sul com o município de Cajapió, a leste com a Baía de São Marcos e a oeste com a Baía de Cumã. A extensão territorial é de 114 mil hectares, apresentando configuração peninsular, recortada por braços de mar e igarapés, vastos campos naturais e algumas ilhas como a do Cajual, das Pacas e a do Livramento, em frente à cidade histórica.

A cidade de Alcântara é uma ponta de continente, delimitada pela baía de São Marcos e pelos igarapés do Puca e do Jacaré, causando a impressão de tratar-se de uma ilha. Está implantada sobre um promontório, destacada, 4 metros acima do nível do mar e dista 22 km em linha reta pelo mar da capital do Estado do Maranhão, São Luís. Seu principal acesso é feito através das embarcações tradicionais de madeira e barcos de turismo que saem de São Luís. A travessia dura cerca de 1 hora. Há acesso por estrada (700 km de São Luís) e por linhas regulares de “*ferry boats*” que interligam o porto do Itaqui, em São Luís, ao porto de Cujupe, no município de Alcântara.

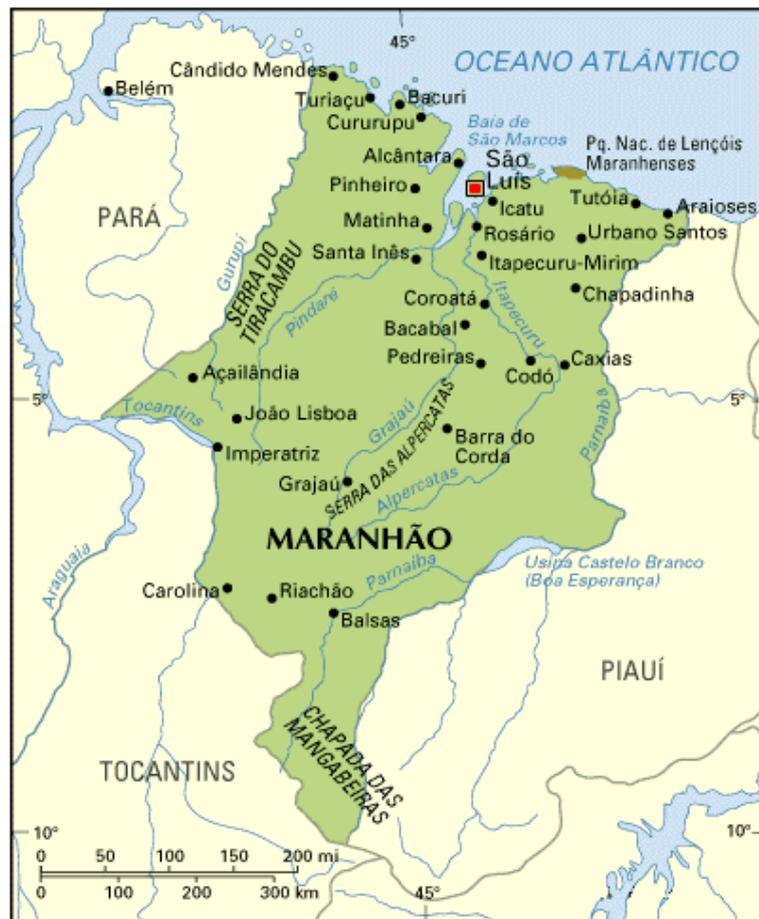


Figura 1 Mapa do Estado do Maranhão e município de Alcântara
Fonte: Viagem (2010)

Hoje o município de Alcântara possui de acordo com o censo 2010 21.851 habitantes distribuídos da seguinte forma: na sede ou zona urbana tem 5.908 habitantes e na zona rural tem maior parte de sua população, em torno de 15.452 habitantes. Além da “Sede”, como é chamada popularmente a cidade de Alcântara, o município possui 207 povoados e pequenos sítios de características bem diferentes; são povoados formados por comunidades negras remanescentes de quilombos; remanescentes das aldeias indígenas, das antigas fazendas de algodão e engenhos de açúcar, das terras da igreja, antigas propriedades das ordens religiosas; colônias de pescadores situadas á beira-mar; e três cidades de porte médio: São João de Cortes, Oitua e o Porto de Cujupe. A maioria dos povoados conserva nomes de origem indígena como *Oitua*, *Tamatatua*, *Canelatua* e *Raimundo Sú* ou o nome das antigas fazendas como fazenda das Pedras e Nazaré, A maioria deles ainda hoje está sem luz e água, com estradas de terra e com indicadores de extrema pobreza e analfabetismo.

Breve histórico

Alcântara foi a antiga aldeia tupinambá *Tapuitapera*, ponto estratégico de passagem para o ouro do Peru no século XV, no circuito das grandes navegações ocupada e visitada por franceses, portugueses e holandeses. Foi fundada como Vila portuguesa religiosa de Santo Antônio de Alcântara em 1648, e foi, posteriormente no século XVIII, a sede da aristocracia rural agro exportadora do algodão quando viveu d seu apogeu econômico. No século XIX sofreu um processo brutal de decadência com a abolição dos escravos e as mudanças do mercado do algodão.

Durante o início do século XX, Alcântara foi totalmente excluída do ímpeto têxtil ocorrido no Estado do Maranhão, excluída também das reformas urbanas promovidas durante a interventoria de Paulo Ramos da Era Vargas, e ainda no ímpeto das renovações urbanas, as ruínas quase foram demolidas. Até a promessa do Babaçu como redenção econômica do Estado não a alcançou.

Em sua trajetória histórica percebe-se que as decisões políticas influenciaram sua exclusão e inclusão e que o processo de arruinamento se deu a partir da desconexão das redes econômicas, sociais e políticas que fundamentam o dinamismo urbano, com a dissolução da elite local sem reações ou surgimento de uma elite empreendedora para a superação do isolamento. Este processo não era apenas da cidade, mas do Estado. Autores como: Gaioso (1970), Tribuzi (1981) e Almeida (2008) demonstram como eram frágeis as bases da prosperidade onde a decadência já se instalava e alertavam para a existência do discurso recorrente no Estado do maranhão da decadência da lavoura, da fragilidade da prosperidade e dos entraves ao desenvolvimento

Na perspectiva de sua preservação em 1948, Alcântara foi eleita pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PHAN) como cidade monumento na esperança de que a cidade se inserisse na rede do turismo cultural, pois estava economicamente estagnada. Mas, a decisão política em 1950 de sediar na praça central, na antiga casa de câmara e cadeia, o presídio estadual de segurança máxima logo após o reconhecimento como monumento nacional contribuiu para sua exclusão do cenário turístico nacional. Estas contradições fazem parte da história da cidade.

Com o isolamento econômico, político e social, o processo de arruinamento, a obsolescência econômica e abandono transformaram-na numa

cidade decadente na metade do século XX. Este discurso foi reforçado pela narrativa de políticos e intelectuais.

O intelectual maranhense Odylo Costa filho denominou Alcântara: *a cidade que se recusa a morrer* e Josué Montello no seu livro “Noite sobre Alcântara” ilustrou bem o abandono com a metáfora da chave. A aristocracia jogava as chaves de seus sobrados fora ao abandonar a vila de barco com destino à capital.

No contexto de um Estado regido pelas oligarquias, Alcântara reproduziu esta forma de governo autoritária, alternando governantes que pouco contribuíram para a transformação dos indicadores econômicos e sociais.

Os movimentos urbanos são dinâmicos e contraditórios e as iniciativas do patrimônio histórico na década de 1980 reanimaram a cidade, mesmo ano em que mais da metade do seu território foi desapropriado, através de Decretos estaduais e federais para implantação do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA¹). A ausência de Relatório de impacto ambiental (EIA RIMA) e de discussões para a implantação de um projeto tão grande, de características militares, elaborado no período da ditadura militar causou efeitos devastadores na cidade.

Este processo, que incluiu remanejamento e deslocamento compulsório de centenas de famílias de comunidades rurais remanescente dos escravos para agrovilas inadequadas à tradição cultural, gerou desagregação social e urbana, provocando, na década de 90, um êxodo para o centro histórico, sede do município. O resultado foi uma crescente favelização do entorno do mangue e a explosão da malha urbana da sede.

A percepção desse processo foi possível durante um ano de experiência profissional em Alcântara em 1998, trabalhando com a 3ª SR do Iphan na recuperação da igreja do Carmo e na construção com a municipalidade da proposta de zoneamento urbano que impedisse o processo de favelização de apagar as ruínas históricas.

Inclusão e exclusão se misturam com as ruínas antigas e modernas, metáfora do grave acidente em 2004 na plataforma de lançamento, que transformou as instalações da plataforma de lançamento de foguetes VLS em ruínas, matando uma elite de 21 cientistas brasileiros. Confrontavam-se, a partir daí, o local e o global, as ruínas antigas e as contemporâneas.

¹ Centro de Lançamento de Alcântara, base militar para lançamento de foguetes.

1.1 Arquitetura da tese

O trabalho divide-se em seis capítulos, sendo que o primeiro é a introdução. O segundo constrói um quadro teórico que busca estabelecer uma relação entre a teoria de Immanuel Wallerstein e a sua compreensão do mundo em sistemas, na perspectiva do sistema capitalista mundial com raízes na Europa e América do século XVI como subsídio para o entendimento da formação das redes urbanas.

A Visão do mundo como um sistema é seguida da compreensão das redes urbanas do período colonial no Brasil formada pelas cidades interligadas e pela dimensão econômica das trocas realizadas pelas Companhias de Comércio como nos propõem Reis Filho (1968; 1983; 2000) e Santos (1968) e pela visão das redes urbanas de Geiger (1963), com clara influência da geografia francesa e da metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); posteriormente pela formação das redes contemporâneas por Castells, ressaltando os diferentes processos de inclusão e exclusão e de conexão e desconexão das cidades das redes, em diferentes temporalidades na composição de novos centros e das periferias referenciada também por Sassen (1998).

Neste movimento de inclusão e exclusão tornou-se fundamental a compreensão do conceito de cidade em Rolnik (1995), Munford (1998) e Weber (1999) em suas diferentes dimensões para delimitar que o processo de desconexão e conexão das cidades, ou seus processos de decadência e crescimento, como o de Alcântara geraram fragilidade urbana e depois um crescimento desordenado ou favelização que, não necessariamente, configuram uma cidade em seus aspectos e dimensões essenciais.

O terceiro capítulo tem por objetivo compreender e contextualizar a história do Estado do Maranhão no século XX nas dimensões sócio econômico e políticas, na perspectiva de reconstituir os diferentes momentos de inclusão e exclusão do Estado do Maranhão nas redes global, regional e local resgatando as razões da decadência econômica e social do Estado como também pretende analisar todas as tentativas e os planos para alavancar a economia do Estado.

O quarto capítulo trata do apogeu e declínio da cidade de Alcântara com recorte no século XX, pontuando os momentos de apogeu no século XVIII, na perspectiva de construir uma cronologia para compreender as temporalidades

históricas, organizando as informações coletadas na pesquisa empírica que se iniciam com o relato de 1904 dos médicos Victor Godinho e o Adolpho Lindenberg que comparam o abandono da Rua da Amargura de Alcântara às ruas de Pompéia, devastada pelo Vesúvio na Itália. Mesmo considerando as diferentes causas e temporalidades, a metáfora utilizada serve para ilustrar o arruinamento visto pelo viajante. Entre 1904 e 1906 há as imagens inéditas das ruínas de Alcântara que ilustram os textos da “Revista do Norte”; assim como as seis fotografias do álbum de Gaudêncio Cunha de 1908 (Cunha, 1987), imagens essas que foram produzidas para mostrar apenas os monumentos que restavam da cidade já decadente, omitindo as ruínas, na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908; em 1912 encontramos o relato das impressões do viajante francês Paul Walle; em 1927 os debates no jornal sobre a possibilidade de demolição das ruínas entre intelectuais maranhenses e os artigos do jornal de 1936 - onde Alcântara passa a ser então sinônimo de ruínas. Trata ainda do tombamento em 1948 e da implantação do presídio de segurança máxima em 1950, que configuram momentos de inclusão e exclusão da cidade.

Os relatórios dos consultores da UNESCO sobre a fragilidade urbana, social e a desconexão de Alcântara nas redes assim como as alternativas para sua revitalização seguidos de um entendimento das ruínas como testemunho físico e simbólico dos momentos de conexão e desconexão de Alcântara são contemplados no capítulo cinco. Percorremos ainda alguns exemplos simbólicos de ruínas e de sua apropriação pela cidade informal.

A questão da implantação do centro de lançamentos de Alcântara implantado pelos militares na década de 80 é motivo de reflexão no sexto capítulo, pois representou um fator de conexão da cidade na esfera global e também um fator de exclusão da comunidade despreparada para interagir com o empreendimento. O município despreparado para um empreendimento global ficou excluído. A demora do relatório de impacto ambiental e das ações mitigadoras dos impactos causados pela implantação deste imenso projeto que desapropriou 51% das terras gerando fortes transformações sociais, urbanas, econômicas e territoriais Também foram fatores de exclusão.

Utilizamos Castells (2002; 2005) em sua trilogia como referência teórica para compreender o surgimento da sociedade em rede e da tecnologia da informação nos anos 80 e da importância dos movimentos comunitários no processo

global para compreender o impasse entre comunidades quilombolas e Cyclone space – novo projeto ucraniano de uso do espaço aéreo alcantarense. Por fim, situamos os dados da cidade com seus baixos indicadores sociais e humanos.

Na conclusão retomamos algumas questões relativas à formação urbana ao reafirmar a existência de diferentes momentos do planejamento urbano considerando as dimensões econômicas e os ciclos de desenvolvimento do Estado. Confirmando a hipótese de que as bases da decadência do Estado do Maranhão estavam presentes na fragilidade do período do apogeu e que os entraves colocados em diferentes ciclos permanecem na contemporaneidade .

A pesquisa

A pesquisa histórica consistiu em examinar acervos de São Luís e do Rio de Janeiro, em busca do material de fontes primárias e secundárias como livros raros, documentos, jornais antigos, almanaques administrativos e relatórios técnicos com intuito de resgatar a narrativa de historiadores, técnicos, intelectuais maranhenses e dos viajantes sobre os ciclos econômicos do Estado do Maranhão na perspectiva de reconstituir a história de Alcântara do ponto de vista econômico e social, para entender as conexões econômicas e sociais da cidade com a região e com o mundo. Analisa a cartografia, mapas e as imagens [fotografias e gravuras] para compreender a formação do Estado e da cidade de Alcântara na dimensão econômica e urbana.

Nesta pesquisa utilizamos o método histórico em um período de média duração (século XX) na busca das especificidades cronológicas e das temporalidades do Estado do Maranhão e da cidade de Alcântara em seus diferentes momentos de exclusão e inclusão das redes colonial e global.

No método histórico, o primeiro passo inclui a pesquisa de documentos, para conhecê-los e classificá-los. Nesta primeira etapa realizamos um levantamento de dados nos acervos existentes em São Luís, Alcântara e Rio de Janeiro. O objetivo era proceder a uma busca inicial de documentos, relatórios e imagens sobre o objeto de estudo: o arruinamento da cidade de Alcântara no Maranhão. Desta forma, o levantamento das fontes primárias (arquivísticas, iconográficas e bibliográficas) e das fontes secundárias bibliográficas foi realizado em acervos de Instituições das três cidades citadas.

Em São Luís do Maranhão foram realizadas pesquisas em vários acervos, destacamos aqui o acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) no setor de obras raras pesquisamos a narrativa dos viajantes dos séculos XIX e XX como o livro “A Peste” de autoria de Victor Godinho e Adolpho Lindenberg, médicos sanitaristas que vieram ao Maranhão em 1904 e ao visitarem a cidade de Alcântara fazem um importante relato no livro “Viagem ao norte do Brasil”, comparando Alcântara a Pompéia na Itália.

Encontramos ainda o livro raro, do viajante Walle (1912) ², a coleção de “Almanaques Administrativos e Mercantis” do ano de 1866 e 1923, a coleção da Revista do Norte de 1901 a 1906, o álbum de Miércio Jorge de 1950 e relatórios do interventor do Estado Paulo Ramos entre 1930 e 1947.

Nestes documentos, obtivemos imagens inéditas das ruínas de Alcântara, como a ruína da igreja das Mercês até então desconhecida de pesquisadores maranhenses. Entre os vários livros de historiadores maranhenses citamos os irmãos Lopes, Marques e Viveiros sobre a história do comércio do Maranhão e a história da cidade de Alcântara citamos Meireles, Lima e Tribuzzi sobre a formação econômica do Estado do Maranhão.

No setor de jornais antigos microfilmados da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís localizamos diversos artigos sobre ruínas, com a ajuda do pesquisador Luís de Mello, grande conhecedor dos microfilmes e que nos prestou excelente auxílio, localizando os artigos que listamos: “Ruínas augustas” (Conde, 1927), “Prata de Alcântara” (Viveiros, 1954), “Ruínas de Alcântara” (Lopes, 1927) e “Príncipe de Orleans visita a cidade de Alcântara” (jornal imparcial, 1927).

No acervo da Casa de Cultura Josué Montello³ tivemos acesso à pesquisa histórica realizada pelo autor como subsídio ao seu livro “Noite sobre Alcântara” (Montello, 1984) e as críticas escritas nos jornais dos anos de 1978 e 1979 por diversos intelectuais brasileiros e europeus relativos ao livro. É importante ressaltar o suporte fundamental para analisar o arruinamento de Alcântara que encontramos na literatura e poesia maranhense.

A decadência da cidade foi assunto de vários livros e poemas e a questão da decadência foi muito bem retratada pelos poetas e escritores do final do século

² Livro original está no setor de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís-MA.

³ Casa de Cultura Josué Montello, no centro de São Luís, reúne todo acervo do escritor, inclusive as pastas relativas a cada livro escrito com críticas, documentos, anotações e material de pesquisa.

XIX até o século XX tais como os irmãos pesquisadores Antonio e Raimundo Lopes, o poeta José Chagas, os escritores Josué Montello e Ferreira Gullar dentre outros.

Na Biblioteca e livraria da Academia Maranhense de Letras adquirimos reedições de importantes livros sobre a história do Maranhão.

Na Biblioteca da Unidade executora do Prodetur - Maranhão, encontramos todos os relatórios da UNESCO sobre Alcântara entre os anos de 1960 -2000.

No Museu Histórico e Artístico de São Luís tivemos contato com as pranchas originais do álbum de fotografias “Maranhão 1908” Cunha (1987). Este importante fotógrafo elaborou, a pedido do Governo do Estado, um álbum para a exposição de 1908 no Rio de Janeiro. Nesse álbum constam seis imagens da cidade de Alcântara. As imagens selecionadas pelo fotógrafo mostram a cidade e seus monumentos, omitindo as ruínas. O olhar de fotógrafo privilegiou os monumentos em estado de conservação razoável, como a “Casa de Câmara e Cadeia”, a Igreja do Carmo e a Rua Direita, mostrando apenas a bela cidade omitindo as ruínas da Matriz e da Rua da Amargura excluindo da exposição a face decadente da vila.

No Museu de artes visuais, encontramos uma biblioteca de livros raros e almanaques administrativos e fotos do século XX, além das imagens e fotografias encontramos um importante registro nos desenhos feitos em 1969 sobre a cidade como os que ilustram a obra de Lefèvre e Costa Filho (1971). Os croquis em preto e branco de Lefèvre contêm uma expressão de dramaticidade que reflete a situação de arruinamento da cidade.

No Arquivo público do Estado pesquisamos com ajuda dos técnicos da casa, de uma bolsista de iniciação científica da Fapema do curso de história e do pesquisador Luis Mello em jornais da década de 1950-60 e nos documentos inéditos da Coletoria Federal de Alcântara além de livros relatórios e teses sobre a economia do Babaçu.

Na Biblioteca do IBGE de São Luís encontramos importantes documentos de 1950 como a “*Enciclopédia dos municípios brasileiros*” (Ferreira, 1959). Este material foi muito precioso, pois forneceu uma contextualização do processo de decadência da década de 1950 e juntamente com os recenseamentos dos anos 1940, 1950 e 1960 nos forneceram os dados necessários para referenciar os momentos de exclusão econômica da cidade.

No Rio de Janeiro, as pesquisas foram feitas nos acervos da Biblioteca Nacional, Acervo da iconografia, cartografia e obras raras; Instituto Moreira Salles-RJ – acervo técnico de fotografias; Real Gabinete de Leitura Portuguesa e IHGB-RJ. Biblioteca do MEC e IPHAN, onde localizamos as pesquisas do arquiteto Pedro Alcântara, documentos do tombamento das ruínas de cidades históricas. Pesquisamos ainda nos acervos do Arquivo Nacional – documentos e fotografias e na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCHS) da UFRJ.

Em sistemáticas visitas ao setor de iconografia e obras raras da Biblioteca Nacional, tivemos a oportunidade de conhecer o acervo de gravuras sobre ruínas, de autoria de Giovanni Battista Piranesi, o maior expoente das gravuras italianas. Piranesi retratou de forma expressiva as ruínas de Roma e Pompéia. Para nossa surpresa, encontramos no acervo da coleção de gravuras do teatrólogo maranhense Arthur Azevedo, hoje sob a curadoria do Palácio dos Leões em São Luís do Maranhão, cinco gravuras de ruínas de autoria de Piranesi.

Na Biblioteca Nacional, setor de microfilmes encontramos muitos jornais maranhenses como “O Imparcial”, que já havíamos pesquisado em São Luís. Conhecemos também o acervo de fotografias da coleção da imperatriz Teresa Cristina sobre as viagens e sobre a escavação de ruínas da cidade italiana de Pompéia. Buscamos imagens sobre Alcântara e São Luís, mas não obtivemos êxito.

No acervo geral, pesquisamos também no catálogo de teses e dissertações onde encontramos trabalhos sobre as ruínas das missões do Rio Grande do Sul e vários livros sobre a economia do Maranhão.

No acervo técnico do Instituto Moreira Salles, na Gávea, não encontramos nenhuma imagem sobre Alcântara de fotógrafos que viajavam com o Imperador pelo Brasil como Marc Ferrez. Havia apenas o acervo do fotógrafo francês Gautherot com fotos de pessoas da comunidade de Alcântara.

Consideramos nesta pesquisa, com recorte temporal que tem foco no século XX, mas pontua importantes momentos do apogeu e decadência nos séculos XVIII e XIX necessários a delimitação dos momentos de conexão e desconexão do Estado do Maranhão e da cidade de Alcântara nas redes urbanas e econômicas, regionais e globais

Como fontes primárias bibliográficas foram utilizados livros raros, documentos, jornais antigos, almanaques administrativos, relatos de viajantes e relatórios técnicos. Dentre as fontes pesquisadas destacamos os jornais antigos

como fonte fundamental na construção das temporalidades. No século XX , o jornal e as fotografias são documentos de grande importância para a pesquisa. Importante referência que utilizamos, foi a pesquisa realizada na década de 70, sobre Alcântara, pelo arquiteto do IPHAN do Rio de Janeiro, Antonio Pedro Gomes de Alcântara e os relatórios dos consultores da UNESCO sobre a cidade feitos entre 1960 e 1980.

Todo o material da pesquisa empírica foi reunido com intuito de montar uma cronologia dos processos de exclusão e inclusão, de identificar a narrativa de historiadores, técnicos, intelectuais maranhenses e dos viajantes sobre a decadência econômica e social do Estado do Maranhão e da cidade de Alcântara.

Vários textos foram produzidos ao longo do doutorado com as reflexões preliminares da tese e foram apresentados nos seminários da Associação Nacional de Pós Graduação e Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) realizado em Belém em 2007; no *Internacional seminar of urban form* (ISUF) realizado em Ouro preto em 2009; no seminário internacional de história medieval na UEMA em 2008. Três bolsas de iniciação científicas concedidas pela UEMA e FAPEMA para os doutorandos do dinter foram desenvolvidas sobre o tema entre 2008 e 2010 como suporte a pesquisa. E obtivemos aprovação no edital Universal de 2009 de apoio ao pesquisador mestre da FAPEMA para conclusão da tese, tanto as bolsas como o edital foram instrumentos fundamentais à conclusão da pesquisa.

Considerando a inexistência de estudos sobre a formação urbana da cidade de Alcântara seu apogeu e declínio e suas conexões e desconexões nas redes locais e globais esperamos que a tese contribua como instrumento para o planejamento urbano e para preservação da cidade.

2 CONCEITOS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS

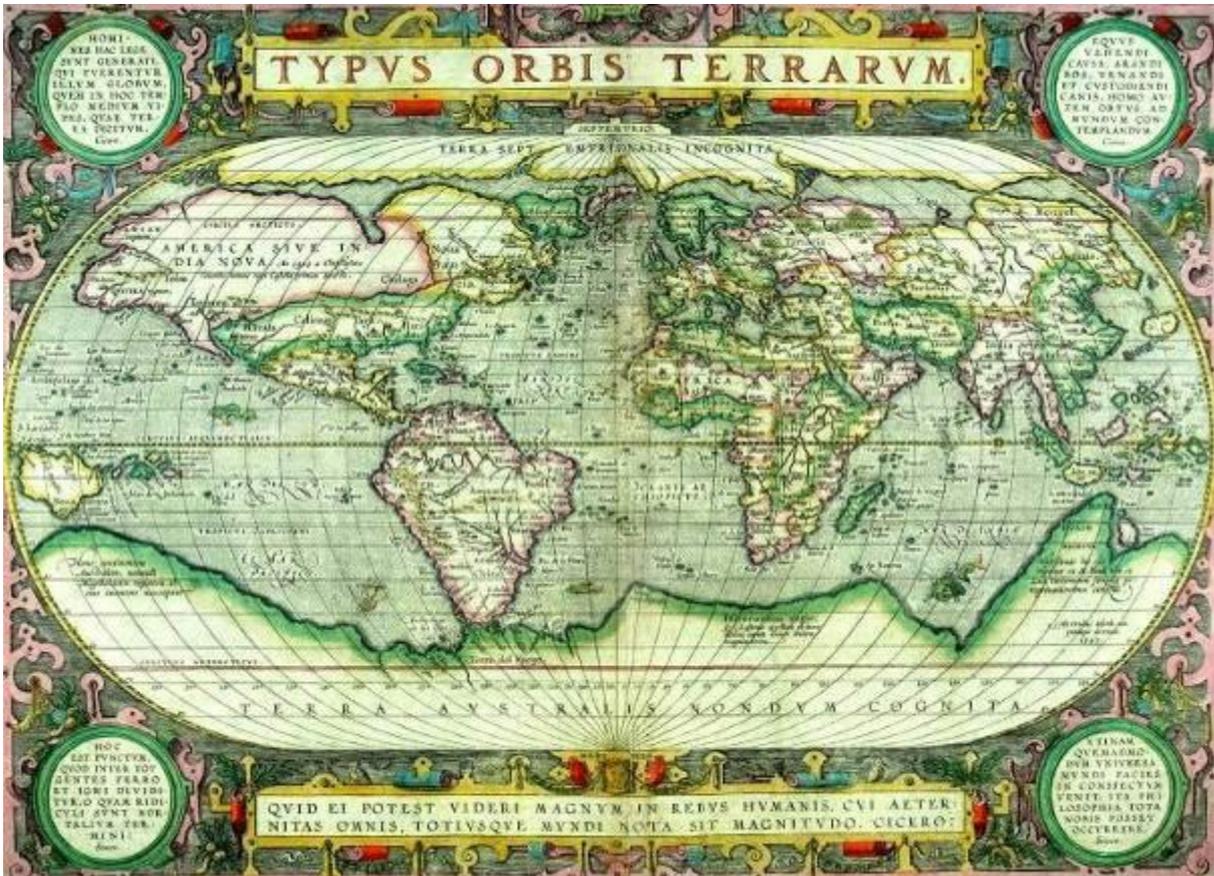


Figura 2 - Typus orbis terrarum, Abraham Ortelius, mapa mundi, água forte, Antuérpia 1587
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

A noção de sistema mundo e o conceito de rede urbana foram essenciais a compreensão do processo ocorrido em Alcântara no Maranhão. Nesta perspectiva a construção do quadro teórico buscou estabelecer uma relação entre a teoria de Immanuel Wallerstein e a sua compreensão do mundo em sistemas, como subsídio ao entendimento da formação das redes urbanas no contexto do sistema capitalista mundial com raízes na Europa e América do século XVI.

A visão do mundo como um sistema é seguida da compreensão das redes urbanas do período colonial no Brasil formada pelas cidades interligadas e pela dimensão urbana e econômica das trocas realizadas pelas Companhias de Comércio como nos propõem Reis Filho (1968; 1983; 2000) e Santos (1968) e pela

visão das redes urbanas de Geiger (1963), com clara influência da geografia francesa e da metodologia do IBGE.

Complementa este quadro teórico o argumento de Castells (2002a; 2005) no que se refere a redes contemporâneas, ressaltando os diferentes processos de inclusão e exclusão e de conexão e desconexão das cidades das redes. Em diferentes temporalidades na composição de novos centros e das periferias. Essa conceituação é também referenciada por Sassen (1998).

Neste movimento de inclusão e exclusão das cidades nas redes globais, regionais e locais tornou-se fundamental a compreensão do conceito de cidade em Rolnik (1995), Munford (1998) e Weber (1999) em suas diferentes dimensões para delimitar como aconteceu o processo de desconexão e conexão das cidades, ou seus processos de estagnação urbana e econômica, crescimento desordenado ou favelização que, não necessariamente, configuram uma cidade em seus aspectos e dimensões essenciais propostos por Weber (1999).

2.1 Quadro teórico

De acordo com a figura 3, apresento o quadro teórico:

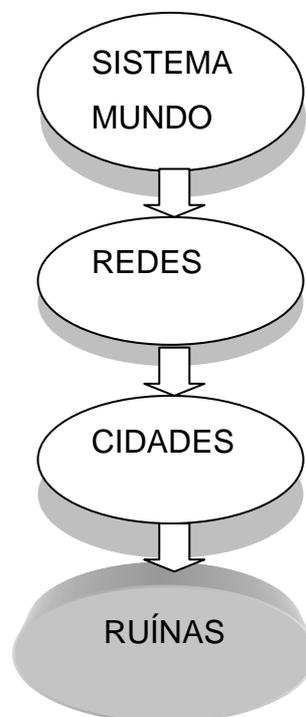


Figura 3 – Quadro teórico
Fonte: Grete Pflueger, 2009

2.1.1 O sistema mundo: a visão de Wallerstein

O mundo pode ser observado de várias formas, o sociólogo americano Immanuel Wallerstein (2001; 2002; 2007) o vê como um sistema. Como teórico e crítico da globalização, ele sempre resistiu a usar o termo teoria dos sistemas-mundo, preferindo chamar seu trabalho de análise do sistema mundo. Essa análise, segundo afirma, tomou forma em 1970 porque as condições do seu surgimento estavam maduras no interior do sistema. O autor explica que eventos como a revolução de 1968, a descoberta da realidade do terceiro mundo após 1945 (pois anteriormente só estudavam a Europa e América do Norte), resultou num trabalho coletivo da análise dos sistemas a partir de quatro desdobramentos:

a) A noção de globalidade: a teoria da modernização com caráter internacional insistia em ver toda a parte do sistema mundo como parte de um mundo, sendo impossível entendê-las separadamente. Wallerstein (2001; 2002; 2007) considera que a noção de globalidade é diferente de globalização, pois globalização se refere a processos recentes;

b) A historicidade: a história era um elemento crucial para o entendimento do estado presente do sistema, pois os processos eram sistêmicos;

c) A unidisciplinaridade: os processos historicamente emergentes e em evolução no sistema mundo poderiam ser separados em correntes distinguíveis e segregadas com lógicas particulares;

d) O holismo: uma visão que leva a repensar a grande divisão historicamente construída e agora consagrada entre ciências e humanidades, e, quem sabe, igualmente descartá-la.

O sistema mundial, de acordo com Wallerstein (2001), tem suas raízes na Europa e na América do século XVI, quando o mercado mundial começou a se formar, estabelecendo, portanto, a divisão mundial do trabalho. A capacidade de acumulação de capital na Inglaterra e na França possibilitou a expansão global das relações de intercâmbio econômico e no século XIX tanto as potências industriais como as nações agrícolas, já estavam virtualmente integradas neste sistema.

Em sua obra publicada originalmente em três volumes entre 1974 e 1989, Wallerstein (1980) defendeu a tese de que não existe um terceiro mundo, pois há unidade no sistema capitalista mundial, caracterizado pela contradição entre

trabalho e capital, cuja acumulação se processa principalmente entre os estados nacionais.

A economia mundial capitalista para Wallerstein (2001) é um sistema dinâmico que muda ao longo do tempo. No sistema capitalista mundial existem vários estágios de civilização. Bandeira (2007) afirma que Wallerstein sustenta que tais diferenças não decorrem do atraso de certas regiões com relação a outras, mas do próprio caráter do sistema mundial que é inerente à desigualdade entre centro, periferia e semiperiferia.

Nesta perspectiva, Wallerstein (2001; 2002; 2007) propõe um quadro teórico para compreender as mudanças históricas do mundo moderno. O moderno sistema mundial de natureza capitalista foi amadurecendo durante a crise do sistema feudal. No período medieval, a crise do feudalismo foi causada pela diminuição da produção agrícola, mudança nas condições climáticas e aumento das epidemias. O capitalismo surge dentro do período feudal, como uma superação gestada de dentro para fora da nova economia mundial que dirigiu o fluxo econômico da periferia para os centros. O novo sistema mundial capitalista foi baseado na divisão internacional do trabalho, determinando novas relações entre as diferentes nações, bem como os tipos de condição de trabalho.

Wallerstein (2001) propõe categorias diferentes em que todas as regiões do mundo podem ser colocadas: o núcleo, a periferia e a semiperiferia:

a) O núcleo ou coração seria formado pelo noroeste da Europa, países como a Inglaterra, Holanda e França com fortes governos centrais, grandes exércitos onde a burguesia exerceu forte controle sobre o comércio internacional e extraiu benefícios deste comércio. A ascensão dos Estados Unidos à hegemonia global começou com a recessão mundial de 1873. Neste período os Estados Unidos e a Alemanha começaram a controlar os mercados globais, graças ao declínio da economia britânica.

b) A periferia, situada no outro extremo da escala onde estavam as zonas periféricas que careciam de governos fortes centrais exportando matérias primas para o centro com práticas coercitivas de trabalho. Na América Latina, espanhóis e portugueses conquistaram territórios com a dominação dos indígenas, importação de escravos da África e exportação de matéria prima para a Europa. Diferente das práticas do período medieval, estas áreas foram criadas para produzir bens para a economia mundial capitalista e não apenas para seu consumo interno. A

aristocracia, tanto na Europa como na América Latina enriqueceu com a economia mundial e recorreu à força dos núcleos centrais para manter o controle.

c) Semiperiferia - Entre os dois extremos - núcleo e periferia encontra-se a semiperiferia formada por países que eram explorados pelos núcleos. No caso dos impérios americanos de Espanha e Portugal, muitas vezes, eram exploradas pela própria periferia. No caso a importação de ouro e prata pelos espanhóis de suas colônias, ou de madeira no Brasil, obtidas através de práticas coercitivas de trabalho serviu de pagamento para produtos manufaturados de países centrais como Inglaterra e França, evitando a criação de um setor produtivo local. Bom exemplo de ser citado é a Rússia, cujo trigo abasteceu seu mercado interno, tornando-se mais importante que o externo, o que garantia certa resistência e fortalecia o grande estado russo que regulava sua economia, limitando a influência externa.

Se por um lado Wallerstein (2002, p. 236) analisa a ascensão do sistema mundo em sua trilogia. Ele também questiona a extinção do sistema através das contradições da análise do sistema mundo. O autor afirma: que “as teorias antigas nunca morrem, mas, em geral, tampouco se dissipam, antes se escondem, mudam”. Assim, para ele, o trabalho de criticar velhas teorias pode parecer nunca ter fim. Sua análise não é uma teoria ou um modo de teorização, mas uma perspectiva e uma crítica de outras perspectivas.

A visão de sistemas proposta pelo autor, no conjunto de sua obra, nos proporciona o suporte teórico para entendimento da formação das redes em nível mundial ao longo da história. A análise de sistemas mundo é uma importante introdução para compreensão das conexões do mundo em redes, possibilitando assim, o entendimento da inserção do Brasil nas redes europeias, no circuito das grades navegações do século XV e o posterior desenho da rede no período colonial e mesmo o desenho das redes no mundo contemporâneo.

O Brasil e, por conseguinte o Estado do Maranhão e a cidade de Alcântara se inserem na categoria de periferia, tendo sido explorados pelos governos centrais, no caso Portugal. A aristocracia maranhense era ligada ao núcleo, a corte europeia portuguesa, fornecendo matérias primas e enriquecendo a economia mundial. Alcântara, sede da aristocracia rural, também estabelecia conexões diretas com Portugal, onde os filhos da elite estudavam e de onde vinham os produtos de luxo para consumo. Vale ressaltar que o Maranhão foi o último Estado a aderir a independência do Brasil.

2.1.2 Conceito de redes em Milton Santos

Santos (2006) aborda alguns conceitos de rede a partir de duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto e a sua realidade material e a outra que leva em conta a realidade social. Admite também que a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, meio técnico e meio técnico científico-informacional, que dividem a produção e vida das redes.

No primeiro, o meio natural, há a predominância de dados naturais em que o engenho humano era limitado e subordinado às forças da natureza e as redes então tinham um forte componente de espontaneidade e serviam a uma pequena vida de relações, pois as trocas eram pouco frequentes, com competitividade inexistente e o tempo era mais lento. No segundo momento, já na modernidade o desenvolvimento das técnicas constitui uma nova etapa, o consumo se amplia, o progresso tem utilização limitada e os mercados coloniais são limitados (SANTOS, 2006).

Na verdade quanto mais avança a civilização material mais se impõe o caráter deliberativo na constituição das redes que assumem identidade própria. No terceiro momento, da pós-modernidade técnico científica informacional as redes assumem o progresso da ciência e tecnologia com novas possibilidades de informação, em um tempo mais rápido e novas regras de gestão.

No capítulo “Por uma geografia das redes”, Santos (2006) explica que as redes são meras abstrações, pois são também sociais e políticas, formadas pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. As redes seriam incompreensíveis se apenas as enxergássemos a partir de manifestações locais ou regionais. Na verdade, elas se superpõem, não são uniformes, dependem dos fluxos e da circulação.

As redes, segundo Santos (2006), são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo.

Através das redes, Santos (2006) reconhece três níveis de totalidades:

a) A primeira totalidade situa-se o nível mundial: o mundo aparece como primeira totalidade, empiricizada por intermédio das redes;

b) a segunda totalidade é o territórios, um Estado, um país, uma formação sócio-espacial, limitada por fronteiras;

c) na terceira e última vem *o lugar*, o nível local, onde os fragmentos de rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta.

Santos (2000) questiona: *para quem é real a rede urbana?* Nas extremidades estão os que têm acesso e os que estão excluídos, mas para estes a rede é uma realidade onírica. Distorções que, ele afirma, poderiam ser resolvidas pelo exercício da cidadania.

A partir dos conceitos de Santos (2006) tentamos compreender e contextualizar nosso objeto de pesquisa que é a cidade Alcântara em seus diferentes momentos e processos de conexão e desconexão, desde o período colonial ate a contemporaneidade no rebatimento dos três meios propostos pelo autor.

No primeiro, o meio natural, consideramos o lugar estratégico que Alcântara ocupou nas redes das grandes navegações, onde a aldeia "*Tapuitapera*" foi ponto de passagem da navegação francesa, portuguesa e holandesa em busca do eldorado do Perú, como importante ponto de passagem no processo de ocupação dos territórios no contexto da colonização do continente.

No segundo, o meio técnico científico, consideramos o período do apogeu da lavoura do algodão no Maranhão, onde Alcântara foi a sede da aristocracia rural agro exportadora. E no terceiro e ultimo meio, na contemporaneidade consideramos o momento em que o território do município, pela sua situação em relação ao equador, sedia um empreendimento global - O centro de lançamento de foguetes, conectando a cidade ao mundo informacional e global.

2.1.3 A sociedade em rede: a visão de Castells

O sociólogo espanhol Castells (2002a; 2005) em sua trilogia sobre a era da informação trata do surgimento de uma nova estrutura social manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Esta nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, novas estruturas e processos que caracterizam a sociedade informacional, as novas tecnologias e a globalização. Ele parte do pressuposto que, como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da

informação estão cada vez mais organizados em torno das redes e que estas constituem uma nova morfologia social.

Dessa morfologia social deriva uma nova economia, no século XX, motivada pela revolução da tecnologia da informação que forneceu o material indispensável para sua criação e tomou uma escala global. Daí por diante passam a ser vistos dois aspectos que são relevantes na nova economia:

a) *É informacional* porque a produtividade e competitividade de unidades dependem da capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos;

b) *É rede*: porque nas novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência é feita numa rede global de interação entre redes empresariais.

No entanto, Castells (2002) ressalta que o surgimento da sociedade informacional neste final de milênio está entremeado de desigualdade e exclusão social crescente em todo o mundo. Isto significa que na contemporaneidade nem todos estão em rede e muitos estão excluídos. Lembremo-nos, por exemplo, das aldeias indígenas, cidades esquecidas no sertão brasileiro ou cidades históricas estagnadas economicamente, como Alcântara.

Em “Fim de Milênio”, último livro de sua trilogia, Castells (2002), define *exclusão social* como o processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos de acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto. Nesse caso, ela afeta tanto pessoas como territórios, de modo que sob determinadas condições, países, regiões, cidades e bairros inteiros são excluídos, relegando a tal exclusão a maioria ou a totalidade de sua população.

Nos últimos vinte e cinco anos do século XX, Castells (2005) informa que uma revolução tecnológica com base na informação transformou o modo de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar e de viver. Foi sendo constituída uma economia global dinâmica no planeta, que liga pessoas e atividades importantes de todo o mundo ao mesmo tempo em que vai desconectando das redes de poder e riqueza as pessoas e territórios considerados não pertinentes sob a perspectiva dos interesses dominantes. O espaço e o tempo, bases materiais da experiência humana, foram transformados à medida que o

espaço de fluxos passou a dominar o espaço dos lugares, e o tempo atemporal passou a substituir o tempo cronológico da era industrial

A reestruturação do capitalismo nos anos 70 e 80 demonstrou a versatilidade de suas regras operacionais e sua capacidade de utilizar a lógica do sistema de redes e da era da informação com eficiência para promover um enorme avanço nas forças produtivas e no crescimento econômico, mas expôs também a lógica excludente do capitalismo, excluindo milhões de pessoas dos benefícios do informacionalismo. O surgimento do informacionalismo está entremeado de desigualdade e exclusão social crescente em todo o mundo.

Castells (2005) estabelece uma distinção entre os vários processos de diferenciação social, de um lado, os termos desigualdade, polarização, pobreza e miséria se enquadram no domínio das relações de distribuição/consumo ou apropriação do diferencial da riqueza gerada pelo esforço coletivo. Do outro, individualização do trabalho, superexploração dos trabalhadores, exclusão social e integração perversa são características de processos da relação de produção.

Segundo Castells (2002, p. 98), “a exclusão social é um processo, não uma condição!”. Excluídos e incluídos podem se revezar no processo ao longo do tempo. Os limites são móveis, e dependem dos fatores externos como grau de escolaridade, práticas e políticas governamentais e qualificação. Além disso, o processo de exclusão afeta tanto pessoas como territórios, de modo que sob determinadas condições, países, regiões, cidades e bairros inteiros são excluídos relegando, nessa exclusão, a maioria ou a totalidade de sua população.

Na América Latina o nível de desigualdade na distribuição de renda sempre foi elevado. Para países em desenvolvimento como o Brasil, Castells (2002) afirma que a disparidade corresponde à taxa de migração do campo para a cidade, uma vez que o principal fator referente à desigualdade na distribuição de renda é a diferença abissal entre os níveis de renda na área rural e nas aglomerações urbanas. Em suas estatísticas, o autor apresenta dados de 1990 relativos ao que era considerada a linha de pobreza extrema e o nível de consumo equivalente a um dólar por dia. Isso significa dizer que 1.3 bilhões de pessoas, 33% da população em desenvolvimento, encontram-se em estado de miséria, 550 milhões na Ásia, 215 milhões na África e 150 milhões na América Latina.

A globalização atua de forma seletiva, incluindo e excluindo segmentos de economia e sociedades de redes de informação, riqueza e poder que caracterizam o

novo sistema dominante. A individualização do trabalho deixa os trabalhadores à mercê da própria sorte, tendo de negociar seu destino em vista das forças de mercados e mudanças constantes.

Dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010) demonstram a situação de extrema pobreza ainda existente no País. O documento afirma que no Brasil entre 1995 e 2008, 12,8 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza absoluta (rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo mensal), permitindo que a taxa nacional dessa categoria de pobreza caísse 33,6%, passando de 43,4% para 28,8%. Na Região Nordeste a Taxa de pobreza absoluta caiu 28,8% e a Taxa de pobreza extrema caiu 40,4%.

O documento do IPEA demonstra a situação de baixos indicadores existente no Maranhão do século XXI. Na conclusão do documento há uma perspectiva positiva, que considera que nesta segunda década do século XXI, o Brasil poderá eliminar uma das principais chagas resultantes da condição de subdesenvolvimento.

E na conclusão ressalta que:

[...] várias décadas após as nações desenvolvidas terem superado os problemas de pobreza absoluta e extrema, a economia brasileira prepara-se para passar a viver esta nova realidade. Para isso, a combinação do crescimento econômico com avanços sociais observada no período recente precisa ser aprofundada, com o necessário aperfeiçoamento de políticas públicas de alcance nacional, sobretudo daquelas voltadas ao atendimento das regiões e estados menos desenvolvidos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010).

O Brasil tem 16,2 milhões de pessoas vivendo em condições extremas de pobreza. Isso representa 8,5% dos 191 milhões de habitantes do país. O Ministério do Desenvolvimento Social estabeleceu em 2011 o valor de R\$ 70 per capita ao mês como referência para definir quem são os brasileiros mais carentes. Estes dados foram divulgados pelo IBGE (2011) e neles o Maranhão figura como o Estado que tem proporcionalmente a maior concentração de pessoas em condições extremas de pobreza. Da população de 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhão está abaixo da linha de miséria (ganham até R\$ 70 por mês). Isso representa 25,7% dos habitantes, mais que o triplo da média do país, que é de 8,5%.

Os indicadores demonstram fatores de exclusão que podem ser esclarecidos pelos estudos de Sassen (1998, p. 17) que considera que:

[...] ao lado das novas hierarquias globais e regionais há um vasto território que se tornou cada vez mais periférico e cada vez mais excluído dos grandes processos econômicos que alimentam o crescimento econômico na nova economia global.

Uma multiplicidade de centros manufatureiros, cidades portuárias outrora importantes, perderam suas funções e encontram-se em declínio. É o caso particular de alguns estados brasileiros e de algumas cidades históricas, como Alcântara.

Sassen (1998) trabalha ainda o conceito de cidades periféricas que se transformaram em secundárias ou marginais devido às transformações na economia mundial. Para a autora, elas perderam a importância, pois os produtos que exportavam ou produziam caíram em desuso, subtraindo seu lugar privilegiado para as novas cidades. Algumas cidades decadentes, provavelmente jamais recuperarão a importância que tiveram, portanto terão dificuldades de se reconectar em rede de cidades importantes hoje.

Sassen (1998) nos relata a nova geografia dos centros e margens, ressaltando que três fatores importantes nos últimos 20 anos estabeleceram as bases de análises das cidades na economia mundial:

a) A dispersão territorial das atividades econômicas das quais a globalização é uma das formas contribuiu para o crescimento das funções e operações centralizadas;

b) O gerenciamento e controle centralizados sobre um conjunto geograficamente disperso de operações econômicas não ocorrem inevitavelmente como parte de um sistema mundial, pois requerem a produção de um conjunto de serviços especializados;

c) A globalização econômica contribuiu para uma nova geografia da centralidade e da marginalidade.

Desta forma surge o “lócus” da periferia resultante da dualidade existente entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos que gerou esta geografia da centralidade e da marginalidade, repleta de desigualdades representando a transformação da geografia do centro e da periferia. A condição de ser periférico instala-se em diferentes terrenos geográficos, e, dependendo da dinâmica econômica, presenciamos hoje novas formas de *periferização* do centro de algumas grandes cidades gerando processos de exclusão e inclusão de regiões e de cidades.

O processo de exclusão pode ser entendido, segundo Castells (2005), através da nova lógica dominante do espaço de fluxos. As áreas consideradas sem

valor na perspectiva do capitalismo informacional e que não sejam objeto de interesse político significativo são ignoradas pelos fluxos de riqueza e de informação. Este é o caso de cidades que, por razões econômicas, se desconectaram da rede global e tornaram-se despreparadas e excluídas da rede.

2.1.4 Dimensão econômica das redes urbanas em Prado Junior

Prado Junior (1987) classifica varias etapas no processo de formação do país:

- a) 1640 a 1770: a ocupação efetiva do território brasileiro;
- b) 1770 e 1808-apogeu da colônia.
- c) 1808 a 1850-era do liberalismo;
- d) 1850 a 1889 - o império escravocrata e aurora burguesa
- e) 1889 a 1930-a república burguesa.

No capítulo “O império escravocrata e a aurora burguesa: 1850-1889” Prado Júnior (1987) afirma que das transformações ocorridas no século XIX nenhuma contribuiu mais para modificar a fisionomia do país como a revolução que se operou na distribuição das atividades produtivas. Essa revolução foi constituída por dois fatos, um de natureza geográfica: o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do norte para as do centro-sul e o outro foi a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana de açúcar, do algodão e do tabaco e o desenvolvimento paralelo da produção de café.

Desta forma, o centro sul foi progressivamente tomando a dianteira das atividades econômicas do país. As culturas tiveram diferentes razões para a decadência, a cultura da cana caiu em função da produção de beterraba, a produção do algodão local foi substituída pela norte americana e oriental e pelo deslocamento do mercado internacional e o tabaco caiu, com as restrições opostas ao tráfico africano.

Neste contexto de mudanças, Prado Junior (1987) enfatiza que a cultura do café cresceu e se aclimatou no sul e que o ciclo normal das atividades produtivas no Brasil viveu fases de intensa e rápida prosperidade seguidas de estagnação e decadência. Assim aconteceu na lavoura da cana e do algodão no norte; nas minas

de ouro e diamantes do centro sul. A causa é sempre a mesma: os esgotamentos das reservas naturais por um sistema de exploração extensivo.

A lavoura do café marcou na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado, pois durante três quartos de século concentrou-se nela toda a riqueza do país. “*O Brasil é café*”, Prado Junior (1987, p. 167) afirma, “o rei café destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado.”

A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica no Brasil. Após a abolição do tráfico africano acontece um período de prosperidade econômica. Prado Jr relata que em 1850 foram fundadas: 62 empresas industriais, 14 bancos, três caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas de ferro.

Instala-se no Brasil, segundo Prado Junior (1987), um capitalismo incipiente, que seria mais tarde abalado durante a guerra do Paraguai (1865-1870) comprometendo assim as finanças do país. Mas houve avanços com as construções de estradas de ferro, a expansão das redes telegráficas, da navegação a vapor e um certo progresso industrial. A economia brasileira, no entanto, estava presa num círculo vicioso de que somente transformações futuras seriam capazes de livrá-la, fundamentando no que se constituiu a sua fraqueza: a grande lavoura produtora de gêneros de exportação. Era nela que se baseava a riqueza e produtividade nacional e ela era responsável por acanhadas perspectivas para o País. Prado Junior (1987) ressalta que o monopólio disfarçava momentaneamente esta profunda contradição.

A industrialização foi um fator precípua na expansão dos núcleos urbanos brasileiros e na formação das grandes metrópoles. Geiger (1963) diz que existiu uma estrutura urbana para o Brasil colonial, outra para o Brasil independente agrário e ainda outra para o atual Brasil industrial. As modificações na organização das redes urbanas e na posição hierárquica de cidades também se ligam às modificações estruturais e a influência do processo de industrialização.

2.1.5 Evolução da rede urbana colonial no Brasil: Nestor Goulart Reis Filho e Paulo Santos

Desta forma, após a visão do mundo em sistemas e diante da perspectiva de compreensão de que as cidades estão conectadas em redes e que seus processos econômicos e sociais de apogeu e decadência configuram novos desenhos na geografia das redes através de movimentos de conexões e desconexões, buscamos então, analisar alguns conceitos de rede urbana em Geiger (1963), Reis Filho (1968; 1983; 2000) e Santos (1968), observando a dimensão econômica em Prado Junior (1987), confrontando com o conceito de rede contemporânea em Santos (2000; 2006) e em Castells (2002a; 2005), de periferias e centralidades em Sassen (1998), observando a moldura teórica de Freitag (2002; 2006) para as cidades brasileiras, na perspectiva de evidenciarmos as redes em temporalidades diversas e assim compreendermos a conexão e desconexão das cidades destas estruturas.

Geiger (1963) e Prado Junior (1987) reforçam o papel da economia nas construções e manutenções das cidades nas redes. Geiger (1963) explica que a pesquisa estatística foi importante para a determinação da hierarquia dos centros urbanos segundo o grau de centralidade dos mesmos dentro da rede e a relação destes com a quantidade de população e as atividades econômicas ali exercidas. A manipulação dos dados demográficos do censo de 1950, segundo as zonas fisiográficas dos Estados, permitiu a organização de um quadro no qual o fenômeno urbano foi apresentado de acordo com as regiões geográficas dos agrupamentos urbanos.

Ressaltamos que na década de 60 houve uma grande influência de geógrafos franceses no Brasil que foi fundamental na construção de um novo olhar sobre o processo urbano. A metodologia utilizada pelo IBGE nos censos da década de 50 e 60 foi influenciada pela geografia Francesa.

Mesmo nas regiões mais adiantadas, segundo ressalta Geiger (1963), a escolha de novos sítios para a localização da produção e da população resultou na decadência de numerosas localidades antigas, ao lado das quais prosperavam

novos núcleos urbanos. Esta evidência comprova, de acordo com o autor, que há uma relação entre os fatos da história urbana e os fatos da história econômica.

As transformações que ocorrem na estrutura urbana brasileira acompanham a substituição do sistema econômico colonial por um sistema econômico nacional e por sua vez, o crescimento da população urbana é um fator de expansão do mercado interno, causando transformações na economia brasileira. Cada ciclo econômico correspondeu ao aparecimento de uma quantidade de núcleos urbanos.

A mineração foi um ciclo povoador de imensas áreas, fomentando a aparecimento de cidades; o ciclo do gado foi um fator de abertura de caminhos pelo interior do continente. Desta forma explica Geiger (1963, p. 198): “diversas cidades fundadas no período colonial vinculadas a um ciclo econômico muitas vezes eram aproveitadas pelo ciclo seguinte.”

As grandes cidades não sofreram processo de decadência profunda quando determinado produto recuava justamente por não dependerem da monocultura. As principais cidades conseguiram sobreviver ao processo de mudança de ciclo em detrimento às cidades menores apoiadas num produto só.

Tomamos como exemplos cidades como Recife, que dependia do açúcar, mas exportava também o algodão, ou Salvador que dependia do açúcar, do fumo, da farinha e do gado e depois do cacau. Tais cidades sobreviveram melhor à crise do que Alcântara, no Maranhão, apoiada apenas na exportação do algodão.

A posição ocupada por Belém na rede urbana dependia da borracha; Salvador do cacau e Alcântara do algodão. Mas outros fatores também eram preponderantes na economia como a navegação fluvial, que permitiu trocas entre cidades ou a introdução das estradas de ferro, que também causou uma revolução no setor de transportes no século XIX. Certo é que as cidades progredem ou recuam de acordo com a situação do produto no mercado externo, das possibilidades de trocas, do transporte e da circulação.

No período colonial, de acordo com Geiger (1963), a atividade econômica restringia-se ao quadro rural, pois o comércio dos mascates refletia da fragilidade a vida urbana, dentro da estrutura econômica e social da colônia. As raízes do atual processo de industrialização se iniciam em 1850.

Neste período, que vai até 1889, os fatos econômicos resultam de uma evolução industrial, da abolição da escravatura; da formação de capitais resultantes do mercantilismo do império; das medidas protecionistas; do desenvolvimento das plantações de algodão, da formação de mercados urbanos com destaque para a indústria têxtil, seguida da indústria de alimentos e da influência da imigração europeia estimulando os pequenos estabelecimentos comerciais.

O movimento industrial cresce entre 1880 e 1924 apesar da crise mundial e da primeira guerra 1914-1918; mas foi a segunda guerra, em 1945, um fator decisivo para o surto industrial e surgimento do complexo industrial de Volta Redonda e das indústrias de base. Áreas antigas como o vale do Paraíba recebem um sopro de rejuvenescimento urbano por terem sido escolhidas como sede para as indústrias.

Há, portanto, uma fase dominada pela produção de bens de consumo, pela importância do setor manufatureiro e pela dispersão dos estabelecimentos têxteis por todo País.

A temporalidade da construção social e urbana no Brasil teve seu início no século XV com o circuito das grandes navegações e descoberta do continente pelos Portugueses e intensas disputas do território pelos franceses e holandeses.

Autores como Reis Filho (1968; 2000) e Santos (1968) afirmam que a consolidação do projeto de urbanização português demorou dois séculos devido à fragilidade do sistema de capitania hereditárias, da dispersão e da centralidade da coroa portuguesa. A política urbanizadora, segundo Reis Filho (1968), iniciou com a ocupação regular do território do Brasil no litoral com base no sistema de capitania que era ao mesmo tempo feudal e mercantil com resultados modestos. Para dar impulso à colonização, o Governo português promoveu a criação de um governo geral articulando vilas e cidades em redes com projetos dos engenheiros militares de acordo com os critérios e orientações das ordenações filipinas.

Moreira (2004), pesquisador da Universidade Livre de Lisboa, considera que o processo de urbanização brasileira configura uma rede desde o século XVI até a época pombalina, ressaltando que havia uma rede de cidades centrais com vocação à capitalidade próximas ao porto, em boas condições de defesa, em lugar alto e arejado e com um “*hinterland*” capaz de garantir seu abastecimento. O autor

defende que a rede urbana existiu e funcionou em três momentos diferentes: a fase pré-colonial dos primeiros contatos com a terra; a fase proto-urbana em que se ensaiam as primeiras fixações e a fase urbana em que se estabelece uma colônia oficial. Seu texto fez parte de um conjunto de publicações em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil, dentro de um colóquio em Portugal que se dedicou a estudar os fatores e influências que estruturaram as cidades brasileiras nos séculos XVI ao XIX na perspectiva de que esta estruturação foi a gênese do urbanismo brasileiro.

Para Reis Filho (1968) o processo de urbanização brasileiro correspondeu a um plano complexo de organização de uma rede ou sistema urbano, onde as cidades estavam articuladas entre si e conectadas a Portugal e aos mercados europeus, através das Companhias de Comércio como a Grão Pará Maranhão, exportadora de matérias primas para toda a Europa, especialmente no período áureo do algodão.

Na perspectiva de constituir uma rede, a Coroa Portuguesa, entre os anos de 1532 a 1650, implantou 37 povoações ao longo do litoral entre vilas e cidades com responsabilidades dos donatários, apenas as “Cidades Reais” como Salvador, Rio de Janeiro, Belém, São Luís e Recife, localizadas, em pontos estratégicos e que seriam as cabeças da rede urbana eram financiadas por Portugal e contavam com a presença de engenheiros militares, revelando a tendência centralizadora da Coroa. A partir de 1650 houve uma expansão da rede urbana até 1720 foram fundadas trinta e cinco vilas elevando-se duas delas à categoria de cidade, Olinda e São Paulo.

No final deste período a rede urbana colonial estava consolidada com 63 vilas e oito cidades. A rede urbana brasileira tinha uma situação econômica peculiar, uma vez que todos os núcleos maiores tinham por objetivo a criação de condições para implantação de uma economia de exportação, sendo que os núcleos menores eram dependentes dos maiores.

Para Santos (1968), em seu estudo sobre a formação das cidades no Brasil colonial, as cidades da rede urbana brasileira do século XVI ao XIX respondem as seguintes categorias diferenciadas:

- a) Cidades de afirmação de posse e defesa e cidades do litoral em geral, fundadas no primeiro século com base no açúcar;
- b) Cidades de conquista do interior, que incluem os bandeirantes e a conquista do interior com a mineração, ouro e diamantes - fixando o homem no interior do primeiro ao terceiro século;
- c) Cidades da penetração rumo às fronteiras oeste e sul, no terceiro século atendendo aos tratados de limites da Espanha;
- d) Cidade do café, do quarto século como vale do Paraíba, na região fluminense, em São Paulo e no Paraná;
- e) Cidades da borracha, na região amazônica, finais do século XIX;
- f) Cidades da indústria, do século XX em regiões centrais, Minas, São Paulo e Rio.

O apogeu deste processo de formação urbana no Brasil, alcançado no século XVIII, foi resultante da dinamização econômica da colônia a partir das companhias de comércio e da exportação de matéria primas para a colônia, motivada pelos ciclos da cana, algodão e café e posteriormente ouro e diamantes das Minas Gerais. Todo este dinamismo era totalmente baseado na força do trabalho escravo impulsionando uma elite aristocrata de barões emergentes que se destacariam no cenário político e social da corte portuguesa, criando cidades dotadas de todas as urbanidades com elementos arquitetônicos que traduziam os requintes europeus.

2.1.6 O Estado do Maranhão nas redes de comércio global

Na segunda metade do século XVIII, o comércio no Maranhão estava em situação muito precária. Viveiros (1992, p.68) relata que o então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu a seu irmão o Ministro Carvalho e Melo o Marques de Pombal pedindo como solução a criação de uma companhia de Comércio para desobstruir os canais de exportação e consumo.

Assim surgiu em 1755 a Companhia de Comércio Grão Pará Maranhão que inseriu o Maranhão na rede europeia exportadora. A fundação desta companhia

que detinha o monopólio em todo o Estado deu ao Estado êxito comercial com a exportação de algodão mas afetou os pequenos comerciantes locais e os jesuítas.

A empresa tinha um corpo político composto de provedor, oito deputados, um secretário e três conselheiros. Viveiros (1992, p.70) afirma que ela detinha o monopólio da navegação, do tráfico de negros, da venda de mercadorias e compra de gêneros coloniais pelo espaço de vinte anos , além do direito de construir navios mercantes e de guerra em qualquer parte das marinhas do reino e das capitanias do Maranhão.

O capital inicial foi de quatrocentos e oitenta contos de reis divididos em ações e que não chegou a ser totalmente integralizado em virtude do terremoto de Lisboa em novembro de 1755.

Ressaltamos que a reconstrução promovida pelo Marques de Pombal em Lisboa depois terremoto exerceu enorme influência na tipologia arquitetônica do Maranhão pois o padrão construtivo conhecido como alçado pombalino , utilizado na reconstrução do bairro do chiado , foi o mesmo padrão seguido na construção dos sobrados em São Luis e Alcântara .

Esta companhia de acordo com Viveiros (1992, p.74) criou e desenvolveu as fontes da economia maranhense, transformando a pobreza do Estado em riqueza. A companhia foi extinta em 1777, por provisão de D Maria I, depois de prestar relevantes serviços ao Estado. Após a extinção da companhia o comércio obteve liberdade de importar diretamente da metrópole e posteriormente com a abertura dos portos, o Maranhão passou a exportar para a França e Inglaterra.

No século XIX, de acordo com Von Spix e Von Martius (1981), São Luís era uma das principais expressões urbanas da colônia e a quarta cidade em importância depois das capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

O Rio de Janeiro, segunda capital do Brasil, depois de Salvador, com a chegada da família real em 1808 alcançou ares de cidade européia com criação de bancos, biblioteca, jardim botânico e museus, mas para tanto recebeu grandes levas de escravos para proporcionar a construção e manutenção das estruturas tradicionais. As mudanças de mercados diante das crises internacionais nos países como Inglaterra, França e Alemanha, além das guerras de secessão nos EUA e entre Brasil e Paraguai (1864), as falências das firmas tradicionais e a abolição dos

escravos (1888) formaram um conjunto de fatores que levaram a maioria das pequenas cidades a um processo de decadência especialmente no norte, somente as capitais e as cidades do sul e sudeste, área de maior dinamismo econômico, encontraram formas de se inserir no processo de industrialização e na retomada do crescimento.

2.1.7 Ideologia da decadência da lavoura

No entrelaçamento do quadro teórico com o nosso objeto de estudo, que é a cidade de Alcântara no Maranhão, observamos que algumas questões emergiram da pesquisa empírica e dos dados coletados sobre o arruinamento da cidade e sua desconexão das redes regionais e locais, que nos fez perceber, no final da pesquisa a existência de uma narrativa recorrente sobre a decadência do Estado e da cidade. Esta narrativa construída por técnicos e intelectuais sempre reforçou o abandono da cidade muito embora ela apresentasse pequenos níveis de crescimento populacional, apesar dos índices de estagnação econômica.

O antropólogo Almeida (2008, p. 61) desenvolveu uma importante investigação em seu livro nesta obra, sobre a crise da lavoura no Maranhão, afirmando que a mesma é decorrente da construção de um discurso e de um padrão de explicação, no final do século XIX recorrente nos relatórios oficiais e nas obras dos patronos. Estes documentos reproduziam teorias sobre a ausência de determinadas qualificações tidas como necessárias à prosperidade da lavoura do Estado: “a falta de conhecimentos profissionais, a falta de capitais, a falta de braços, a falta de comunicações apropriadas e a falta de terras por causa do gentio.”

Almeida (2008) afirma que a “decadência da lavoura” configura-se num elemento relevante e primordial para a explicação e entendimento das condições econômicas e sociais da província, que perpassa comumente as diversas interpretações feitas pelos patronos, autores fundamentais à história do Estado do Maranhão. Os patronos consideravam Bernardo Pereira Berredo e Castro, que publicou o famoso livro “Annaes históricos do Maranhão” em 1779, como um autor fonte, que era citado por todos para o entendimento do Maranhão no século XVII e início do XVIII.

Um destes Patronos é Gaioso (1970) que identifica nesta obra o estado de decadência da lavoura e aponta os entraves ao desenvolvimento e prosperidade da mesma:

a) *a falta de terras por causa do gentio* pois as terras estavam cansadas e as terras indígenas eram sempre as mais férteis, chamadas de terras da mata em oposição as terras ditas infrutíferas utilizadas para plantar o algodão;

b) *o elevado preço do escravo* que levava os lavradores a contraírem dividas junto aos traficantes de escravos . A lavoura não podia prosperar sem escravatura e as remotas possibilidades de realizar a colonização com europeus livres já estavam esgotadas;

c) *as flutuações do preço do algodão no mercado* como responsável pela ruína dos lavradores.

Gaioso (1970) enfatiza que dentro do período de prosperidade, firmada em bases pouco sólidas estava potencialmente a origem da própria decadência. A sociedade aristocrata rural não se preparou para o período de crise que se seguia e não estruturou em bases sólidas e técnicas o período da prosperidade do Algodão. Compartilham essa afirmativa, outros pesquisadores contemporâneos, como o arquiteto Alcântara (1971, p. 42) que analisou a formação urbana de Alcântara para o IPHAN em 1970 e ressaltou que “esse período de esplendor, no entanto trazia em si a semente de sua própria destruição.”

O economista Tribuzzi (1981, p. 15) pontua alguns impasses ao desenvolvimento do Estado, tais como: a questão fundiária, a intermediação comercial e a deficiência dos transportes e o déficit tecnológico. Em sua análise ressalta que: “no período do Boom econômico colonial estavam implícitas as raízes da própria ruína.”

A ideologia da decadência teve reflexos em Alcântara nas decisões políticas e nas práticas urbanas dos gestores, que ora lutavam pela sua preservação em 1948 com o tombamento federal pelo IPHAN e ora tomavam decisões de implantar um presídio em 1950 que isolariam Alcântara do Estado. Ora lutam para implantação do Centro de lançamentos de foguetes em 1980 e ora lutam pelas ações mitigadoras e inclusão das comunidades quilombolas envolvidas neste processo.

Estas decisões levaram a cidade a ciclos alternados de isolamento, estagnação econômica, e posteriormente a uma explosão urbana com crescimento desordenado que se processou em forma de favelização e ocupações irregulares tornando Alcântara uma cidade que cresceu sem as dimensões sociais e econômicas colocadas por Weber (1999) em seu conceito de cidade.

Para Foucault (2001), não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar, fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza.

Sobre a construção de um discurso Foucault (2001) afirma que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função contratar o poder e perigo deste discurso e dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua materialidade. Pode-se supor que há muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos.

Sobre esses pressupostos, de que além dos dados sociais, dos ciclos econômicos e políticos houve uma narrativa da decadência da cidade, construímos as seguintes questões na perspectiva de estabelecer um diálogo entre o urbanismo e a história, observando as temporalidades da cidade diante da análise das narrativas, relatos e transformações urbanas ocorridas na cidade de Alcântara.

Elencamos abaixo as principais questões que surgiram ao longo da pesquisa:

a) Estariam os processos de apogeu e decadências das cidades atrelados necessariamente aos momentos de inclusão ou exclusão nas redes urbanas regionais e globais?

b) As diferentes temporalidades observadas na pesquisa empírica desde a gênese da formação da cidade, ao período do apogeu colonial e decadência econômica até o acidente da base espacial que deixou ruínas contemporâneas configurariam vários momentos de inclusão e exclusão?

c) A construção do discurso da decadência, a narrativa de gestores, intelectuais, escritores e poetas sobre a decadência do Estado e da cidade de

Alcântara-MA, contribuiu para sua exclusão e dificultou uma eventual possibilidade de reconexão às redes regionais e globais?

d) Porque os ciclos econômicos do Estado do Maranhão como a cultura do algodão, da indústria têxtil e a do babaçu não foram suficientes para alavancar a economia?

e) Porque a elite dominante, os fidalgos e barões, ou aristocracia rural não se mobilizou em torno de um projeto de recuperação ou inserção da economia de Alcântara nos novos ciclos do Estado, deixando a cidade abandonada?

Foi a partir destas questões que a pesquisa foi estruturada. Utilizamos também o trabalho do cientista social Corrêa (2008), que desenvolveu uma interessante abordagem para os ciclos econômicos do Estado do Maranhão que consta no acervo do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Ele utiliza o conceito de ciclos e os representa pelas ondas. O que confere uma síntese dos principais momentos do Estado nos dimensões política, econômica e social (figura 4):

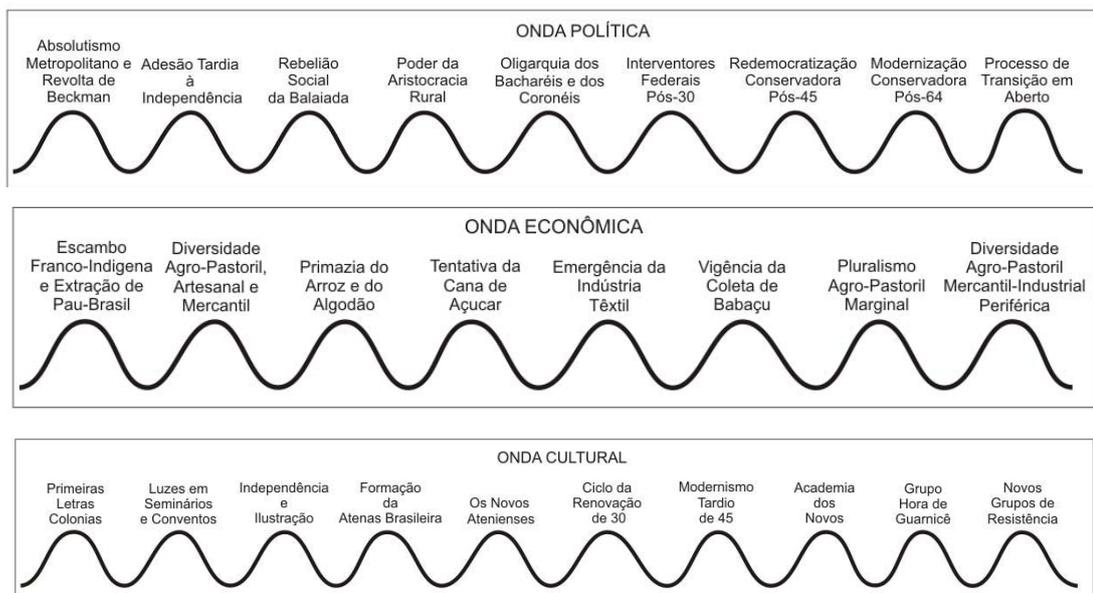


Figura 4 – Ondas política, econômica e social
Fonte: Corrêa (2008)

Diante das temporalidades destacadas na pesquisa empírica, analisando, portanto os diferentes momentos de exclusão e inclusão das redes coloniais e contemporâneas na perspectiva de compreender os ritmos históricos e econômicos do Estado do Maranhão e de Alcântara, elaboramos duas linhas do tempo , através do registro dos momentos de conexão e desconexão do Estado do Maranhão e cidade de Alcântara e uma outra linha do tempo relacionada ao desenvolvimento urbano de Alcântara relacionada a cartografia .

2.1.8 Momentos de inclusão e exclusão do Estado do Maranhão: ciclos econômicos (figura 5)

- a) Século XVIII: Rede urbana colonial - conexão direta do Maranhão com Lisboa – 1755 - Cia de Comércio Grão Pará-Maranhão - Ciclo do algodão - modelo primário exportador - 1755-1889;
- b) Século XIX: Revolta popular “A Balaiada” em 1838;
- c) a “Ideologia da decadência”: a decadência da lavoura;
- d) Industrialização: São Luís “a Manchester Brasileira” - a Imigração libanesa; Desarticulação do sistema “plantation” e o surto de crescimento das indústrias - 1950 - fechamento das fábricas de tecido de algodão;
- e) Século XX: Interventoria de Paulo Ramos na era Vargas 1937-1945; Integralismo e renovações urbanas. O babaçu surge como promessa econômica do Estado.
- f) Oligarquias políticas: Interventor Paulo Ramos (1940-50); - Vitorino Freire (1950-1960); Jose Sarney (1966-2011);
- g) 1955: tombamentos de São Luís pelo IPHAN;
- h) 1970-80-90: integração comercial do Estado aos grandes projetos Nacionais como o minério de ferro/Carajás – Alcoa – Companhia Vale do Rio Doce - Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Pólo graneleiro em Balsas.

2.1.9 Momentos de inclusão e exclusão de Alcântara (figura 6 e 7)

a) 1755 Séc. XVIII: inclusão na rede colonial com o apogeu econômico da colônia através da CIA de Comercio Grão Pará-Maranhão exportadora de algodão;

b) 1890 - Século XIX: exclusão ou desconexão da rede colonial com a decadência econômica e a mudança dos mercados produtores de algodão e da abolição da escravatura;

c) 1948: inclusão na rede de cidades históricas monumentos pelo tombamento federal do IPHAN - valor histórico e cultural como Patrimônio Federal;

d) 1937-45: interventoria de Paulo Ramos na era Vargas; Integralismo e renovações urbanas na Capital e abandono do interior;

e) 1950: exclusão-Implantação do presídio de segurança máxima do Estado na sede do município no principal prédio da cidade “a casa de câmara” afastando investimentos e marginalizando a cidade como vila presidiária;

f) 1980 /1986: inclusão - o ponto estratégico do território de Alcântara, próximo á linha do equador, é escolhido para a implantação do Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA), como um momento de oportunidades e perspectivas para o município.

g) 2000: exclusão, do global ao local, século XXI após a implantação do CLA a cidade já decadente e despreparada, por ter desapropriado e desagregado 51% do território num empreendimento que não absorveu a comunidade local.

Figura 5- linha do tempo de São Luís
 fonte : Pflueger, G

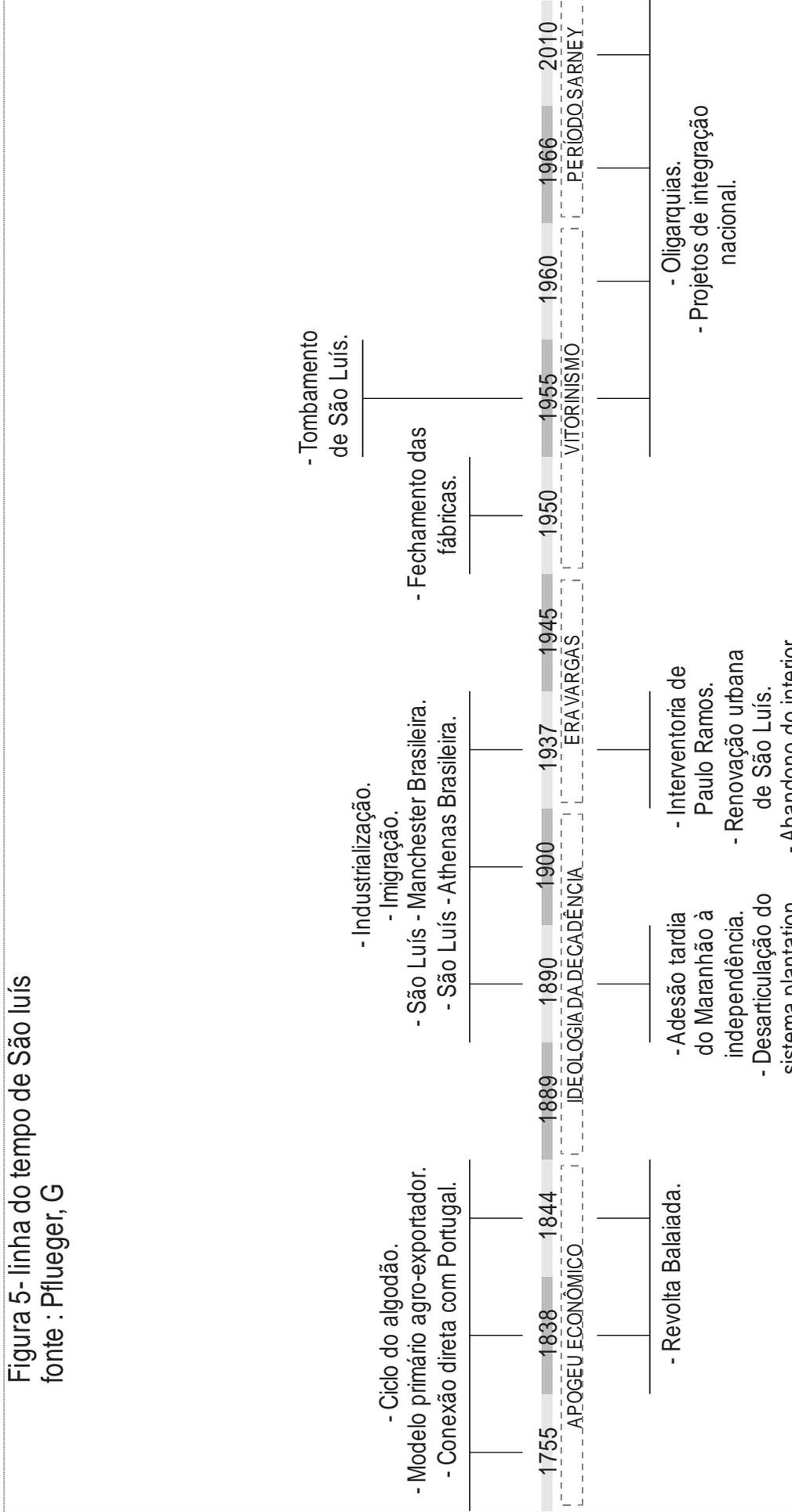


Figura 6- Linha do tempo de Alcântara
 fonte: Pflueger, G.2011

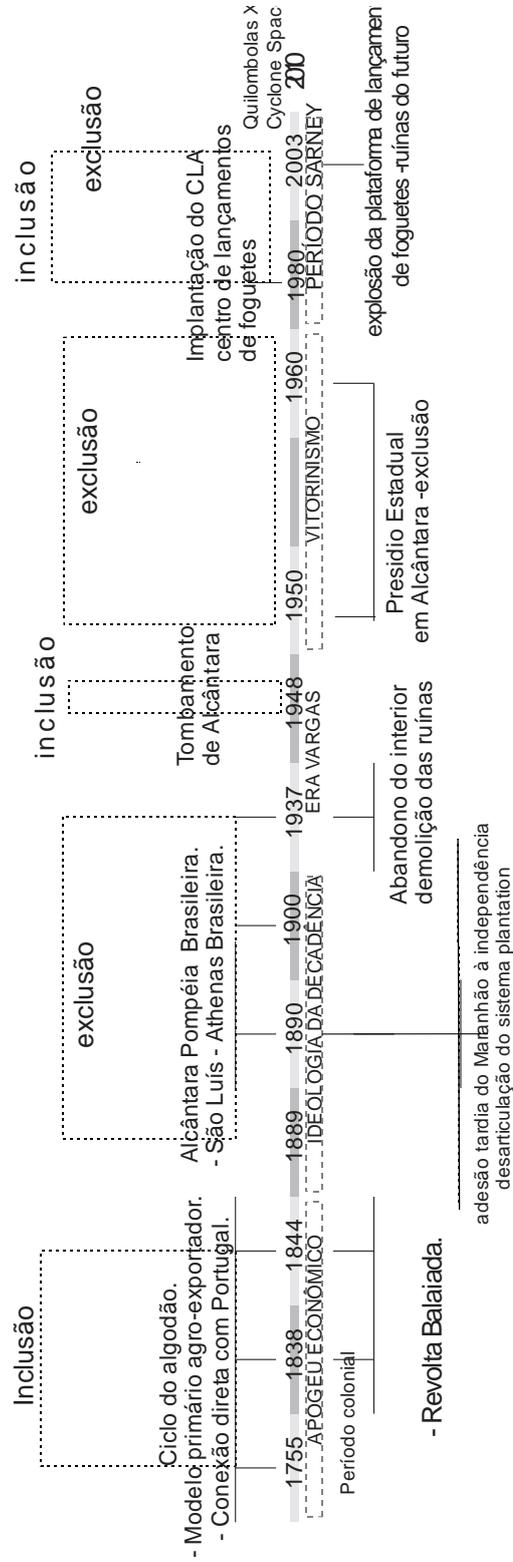
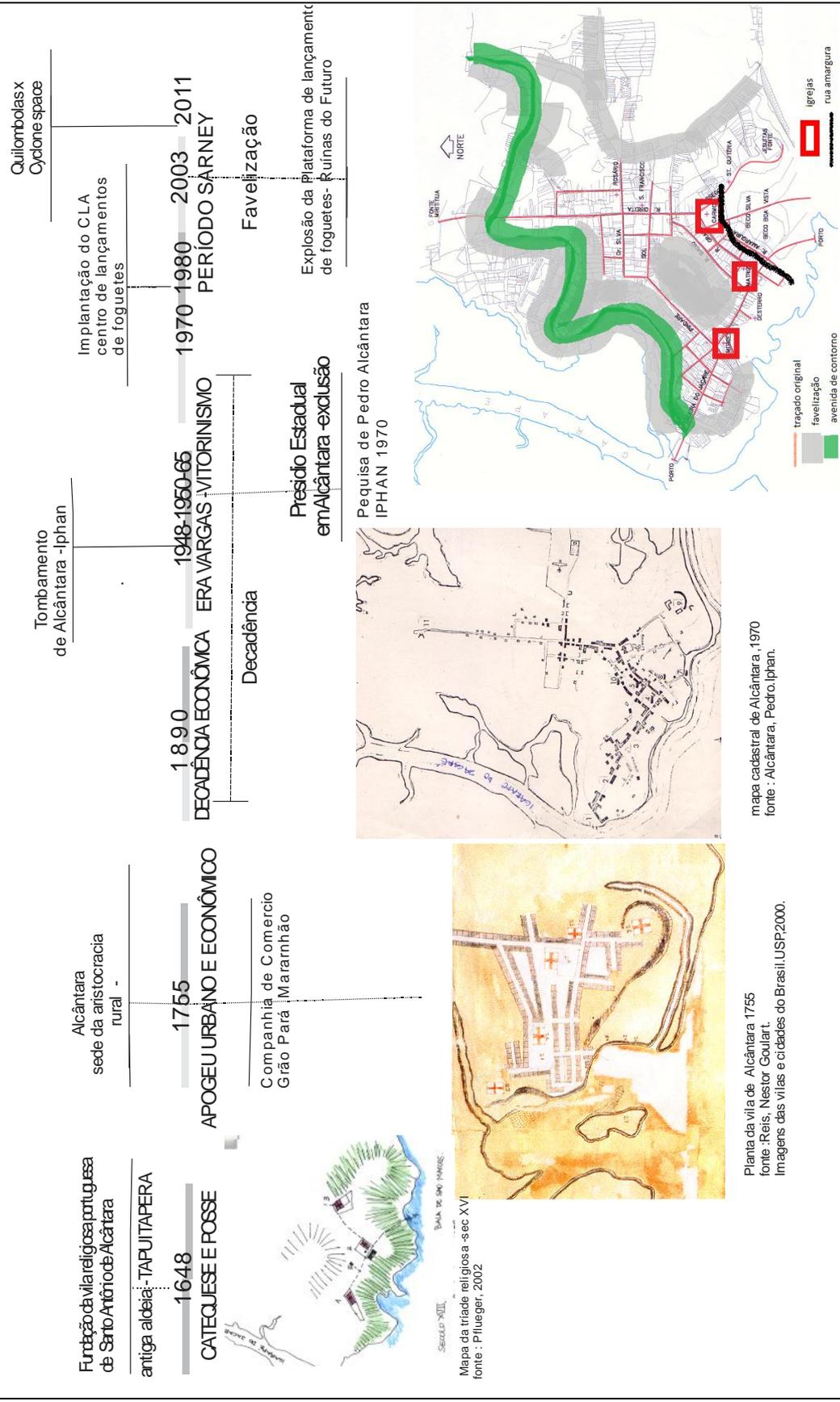


Figura 7-Linha do tempo do desenvolvimento urbano de alcântara
 fonte: Pflueger, G



2.2 Cidades



Figura 8– Vista aérea de Alcântara
Fonte: Acerto do DPHAP-MA

Como veremos adiante, a discussão ao final desta tese é se a cidade de Alcântara possui os elementos constitutivos de uma cidade ou se apenas trata-se de um aglomerado de população sem necessariamente ter as atividades e dimensões que caracterizam uma cidade. As cidades, tal qual organismos vivos, tem seus ciclos de vida, nascem, crescem, morrem em fragmentos, amadurecem, renascem e se consolidam em suas funções tradicionais num processo contínuo motivado pelas razões econômicas, políticas, geográficas, sociais e culturais ou, como observamos no caso de Alcântara, passam por um processo de estagnação e decadência econômica.

A cidade é como um organismo dinâmico que cresce e se transforma continuamente, portanto torna-se um desafio conceituá-la. Weber (1999) em seu capítulo sobre "Conceito e Categorias da Cidade" diz que pode se tentar definir cidades de formas muito diversas. Apenas uma coisa tem em comum todas as definições, que se trata, em todo caso, de um assentamento fechado, um povoado e não de moradias isoladas. Ele observa os vários tipos de cidade que existiram no passado e mostra suas diferentes origens, enfatizando a importância do mercado para seu desenvolvimento.

Para Weber (1999, p. 408), do ponto de vista sociológico, a cidade significaria

[...] um povoado, isto é, um assentamento de casa contíguas, as quais representam um conjunto tão extenso que falta o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, específico da associação de vizinhos, portanto somente povoados relativamente grandes seriam cidades e, dependendo das condições culturais gerais e do tamanho, se aplicaria estas características.

Ainda segundo Weber (1999), do ponto de vista puramente econômico, a cidade seria um povoado cujos habitantes em sua grande maioria não vivem do produto da agricultura, mas sim da indústria e do comércio. Neste caso, a cidade é a localidade de mercado ou é um assentamento de mercado permanente.

Em princípio uma cidade pode basear-se em dois fundamentos: um deles se configura pela existência da sede senhorial territorial, como centro, para cujas necessidades econômicas ou políticas trabalham as indústrias. O outro é que a realização das trocas de bens não são apenas ocasionais, mas regulares na localidade como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores.

A relação entre cidade, como portadora da indústria e do comércio, e o campo como fornecedor de alimentos, constitui apenas uma parte de um complexo de fenômenos que se denominou econômica urbana e se diferenciou como etapa econômica, no entanto Weber (1999) afirma que a satisfação regular das necessidades cotidianas do mercado em si não define suficientemente o conceito de cidade. Além da dimensão econômica, o conceito de cidade deve ser incluído em outra série de conceitos, como os de categoria econômica, social e política.

Em síntese para Weber a existência da cidade implica a existência de uma comunidade com alto grau de autonomia, tanto no nível objetivo (mercado, fortificação, exército e tribunal), quanto no nível subjetivo, como um conjunto de valores culturais.

Weber (1999) afirma ainda que a cidade é pré-condição da existência do capitalismo e pressuposto de seu desenvolvimento. Diante dessa afirmação Marx em "O Capital" pontua que o desenvolvimento do modo de produção capitalista aconteceu com o comércio e com as transformações que ocorreram nas cidades e a economia urbana requer um processo prévio de divisão social do trabalho. A convergência entre Weber e Marx é que a cidade é o lócus da política e que habitar é participar.

Apesar das divergências entre Marx e Weber serem profundas e fundamentais, os dois analisaram a cidade historicamente demonstrando de formas diversas que a cidade tem sido o ponto de convergência de processos. Eles mostram que historicamente "cidade e política nasceram, na tradição ocidental, como conceitos e realidades inter-relacionadas civitas e polis são as raízes em distintos idiomas para expressar, ao mesmo tempo, um modo de habitar e uma forma de participar: civismo e política" (Cardoso, 1975)

O ingrediente cultural pode ser acrescentado pelas idéias da escola de Chicago ,em 1938 , representada por Louis Wirth que considerava que o estabelecimento das cidades implicava no surgimento de uma nova forma de cultura, levando em consideração a relação entre o ambiente natural e os valores espirituais da comunidade humana.

Mumford (1998) afirma que: não há definição que se aplique sozinha a todas as manifestações nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas de sua maturidade e desintegração corporal da sua velhice.

Do ponto de vista da cidade enquanto parte de uma rede, o geógrafo Geiger (1963) afirma que na verdade não existe uma formula para definir cidade. Um pontilhado de cidades no mapa mundi não representa unidades idênticas ou semelhantes entre si: cidades são fruto de civilizações distintas, são formadas em condições históricas diversas e pertencem a sistemas econômicos diferentes. Em

cada fase histórica, a gente do povo tem consciência do significado comum da palavra cidade.

Geiger (1963, p. 11) considera importante o conceito colocado pelo geógrafo e urbanista Frances Michel Rochefort⁴; “que a cidade moderna é a que tem um centro de funções de relações ao mesmo tempo em que é suporte de atividades industriais” e nesta perspectiva utiliza a classificação de Pierre George nas “grandes séries urbanas” inspirado na consideração dos tipos históricos do processo de urbanização:

a) Cidades de uma economia rural, de trocas pouco desenvolvidas onde a cidade é um pequeno mercado que acumula funções de centro defensivo, administrativo e religioso;

b) Cidades de comércio, nascidas de diversas fases do desenvolvimento das trocas e das tentativas de concentração política, antes do capitalismo;

c) Cidades do comércio ou de indústrias, resultantes da revolução industrial e do capitalismo;

d) Cidades de colonização e cidades de países subdesenvolvidos, resultantes das necessidades e expressão da economia capitalista;

e) Cidades socialistas. Como organismos policêntrico hierarquizado.

A distribuição geográfica dos núcleos urbanos brasileiros permitiu outra classificação de espaço segundo categorias de cidade. De acordo com Geiger (1963) estavam assim distribuídos: As grandes cidades; os centros industriais; os grandes centros comerciais médios e pequenos centros de comércio ativo das regiões agrícolas, os centros administrativos, as cidades decadentes e os centros de áreas estagnadas ou pouco desenvolvidas e finalmente a grande massa dos pequenos centros de função administrativa ou comercial estritamente local.

Na categoria de cidades decadentes e centros de áreas estagnados ou pouco desenvolvidas figuram: centros de regiões que outrora tiveram um papel relativamente mais importante no quadro nacional e hoje jazem estagnadas: cidades que no passado sobressaíam na estrutura urbana do País, como algumas que se

⁴ A influência de geógrafos franceses no Brasil na década de 60 foi fundamental para a construção de um novo olhar sobre o processo urbano. O geógrafo Frances Rocheford que introduziu o método de pesquisa indireta para determinação da hierarquia dos centros urbanos segundo o grau de centralidade dentro da rede e a relação desta com a quantidade de população e as atividades econômicas ali exercidas.

situavam nas antigas zonas de mineração (Diamantina); cidades do Vale do São Francisco; cidades de áreas não rejuvenescidas como no Vale do Paraíba, algumas destas localidades chegam a ultrapassar cinco mil habitantes e Pequenos centros coletores de áreas muito pouco desenvolvidas, que apresentaram em comum o aspecto inerte; a pouca diferenciação visível, das partes das cidades, segundo as atividades ou classes sociais; a pobreza do comércio, restrito quase que somente a produtos de subsistência, poucos recursos na educação e assistência médica e falta de conforto urbano.

Em contraponto com a categorização de Geiger (1963) encontramos uma pesquisa realizada sobre cidades históricas no projeto “Itinerância urbanas” desenvolvido pela UNB coordenado pela antropóloga Freitag (2003).

Freitag (2003) defende a tese da itinerância das cidades brasileiras, partindo da constatação de que é corriqueiro na história das vilas e cidades brasileiras desde os primórdios da colônia o abandono de núcleos criados para fundação de outros paralelos, transferindo as funções do antigo para o novo, deste modo à cidade abandonada pode viver um período de estagnação ou até mesmo “cair no esquecimento”, enquanto a cidade nova passa a assumir as funções políticas e administrativas e concentra riqueza e prestígio. A partir desta moldura teórica, ela cria uma “tipologia” das cidades brasileiras, utilizando a metodologia proposta por Weber (1999) e identifica cinco tipos de cidades, tomando como referência sua formação histórica (colonial):

a) Cidades históricas abandonadas, descuidadas, em ruínas, “mortas”. Exemplos: Alcântara no Maranhão e Missões dos sete povos no RS;

b) Cidades históricas esquecidas, no sonho da bela adormecida que sobrevivem intocadas às intempéries do tempo e à margem da fúria modernista. Sua beleza e originalidade são revalorizadas na década de 20. Ex: Parati, Tiradentes e Olinda;

c) Cidades históricas, construídas no período colonial, sitiadas, invadidas e revitalizadas pela modernidade tomando como critério a higienização, o embelezamento e a funcionalidade. Ex: Salvador, Recife, Fortaleza, Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba;

d) Cidades sem história projetadas na prancha segundo a carta de Atenas, seguindo a política da terra arrasada; Ex. Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Marília, Londrina;

e) Cidades utópicas, que não saíram do papel, concebidas por lunáticos e sonhadores como os projetos de Le Corbusier para Paris, Rio, São Paulo, Buenos Aires e Montevideú.

Em relação as cidades alguns autores examinam o fenômeno sob diversas óticas. Rolnik (1995) atribui três conceitos à cidade: o primeiro é que a cidade como ímã iguala-se a um campo magnético que atrai, reúne e concentra; o segundo, a cidade como mercado, lugar onde acontece o espaço das trocas comerciais, do trabalho coletivo e, finalmente, a cidade como escrita, ressaltando que os fenômenos da escrita e cidade ocorrem de modos simultâneos, impulsionados pela necessidade de memorização, onde a arquitetura urbana cumpre o papel de fixar a memória, pois construir cidades é uma forma de escrita e, neste caso, as ruínas seriam textos abandonados, fragmentos da escrita da cidade, como peças de um quebra-cabeça.

Históricas e carregadas de significados simbólicos, as cidades de acordo com Rykwert (2006), não se assemelham a nenhum fenômeno natural e, por esta razão, as associações com fenômenos da natureza ou imagens como árvores, ou folhas ou tecidos epiteliais não correspondem, pois a cidade é uma criação artificial. As cidades são erguidas gradativamente pelos seus habitantes, ou, numa escala maior, pelos especuladores. As cidades, na visão do autor, não são apenas uma solução racional para os problemas da produção, comercialização e distribuição, circulação e higiene ou uma resposta automática à pressão de certas forças naturais e de mercado, por isso, elas deveriam igualmente cultivar as esperanças e os temores de seus cidadãos.

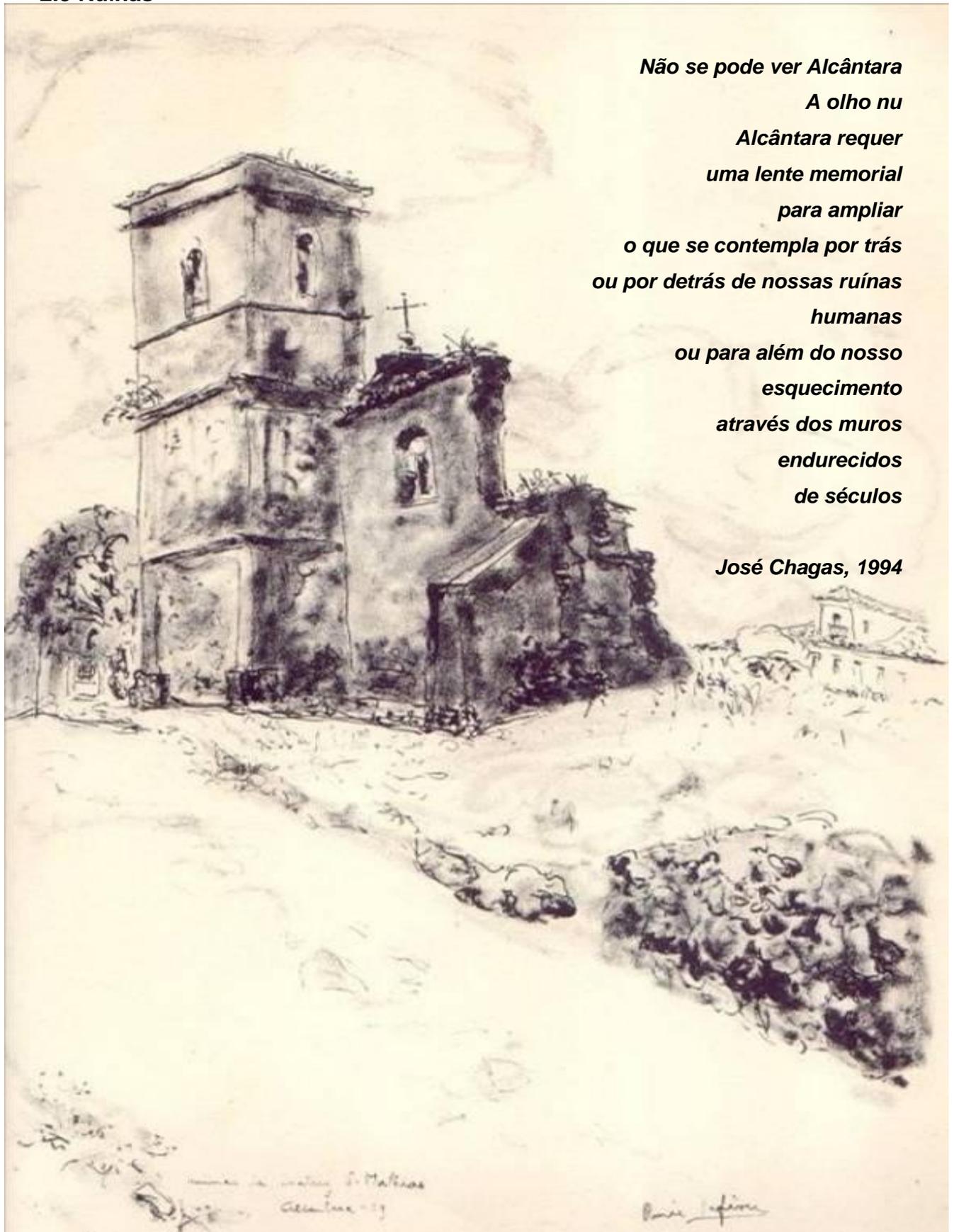
Em “A cidade entre metáfora e conceito” Jeudy (2005) explica que a cidade abandonada ensejaria a aventura dos deslizamentos metafóricos. Quanto mais ela parece um cartão postal, mais ela evoca o princípio de uma parada sobre a imagem, de uma suspensão do tempo. Quando ele observa o centro histórico, o espaço urbano vazio e monumental, de cores variáveis, tornado inquietante com sua sombra cujo movimento parece suspenso e oferece ao olhar a visão de símbolos imutáveis

da conservação patrimonial ele pensa na cidade petrificada, ou petrificante. Ela não é idêntica à cidade fantasma, pois ainda apresenta sinais de eclosão.

Diante dos conceitos trabalhados e retomando a Mumford (1998) que nos coloca que não há definição que dê conta de um organismo dinâmico e de tamanha complexidade, concluímos que a cidade deve ser compreendida em todas as suas dimensões como coloca Weber (1999), em seus significados simbólicos como nos explica Rykwert (2004) ou ainda realizando suas funções como ímã, mercado e escrita como traduz Rolnik (1995).

É importante compreender que há momentos na dinâmica de um aglomerado urbano em que ele perde suas características fundamentais, arruinando-se ou explodindo em favelas e periferias transformando-se em outro organismo que nem sempre realiza as funções de uma cidade. No caso de Alcântara, o processo de decadência e arruinamento transformou aquilo que era a cidade no período colonial em vestígios e ruínas engolidos pela cidade informal que atualmente nasce nas encostas e mangues.

2.3 Ruínas



*Não se pode ver Alcântara
A olho nu
Alcântara requer
uma lente memorial
para ampliar
o que se contempla por trás
ou por detrás de nossas ruínas
humanas
ou para além do nosso
esquecimento
através dos muros
endurecidos
de séculos*

José Chagas, 1994

Figura 9 – Ruína da Matriz
Fonte: Lefèvre e Costa Filho (1971)

Diante dos conceitos trabalhados sobre as cidades no capítulo anterior e considerando que a cidade de Alcântara, nosso objeto de estudo, transformou-se em uma cidade parcialmente em ruínas trataremos agora da dimensão simbólicas das ruínas em diferentes campos disciplinares

A história da arquitetura nos seus vários momentos demonstra a importância das ruínas como testemunho e documento. O primeiro deles seria a Antiguidade clássica Greco-romana do século V e todo seu repertório formal; o segundo diz respeito ao Renascimento no século XV e toda a redescoberta do classicismo revisitando a experiência clássica com os tratadistas; o terceiro seria o Neoclássico no século XIX e todo movimento das descobertas arqueológicas e o quarto situa-se na contemporaneidade, tendo as ruínas como documento de guerras e fragmentos da história. As ruínas são também testemunhas de cidades que um dia tiveram uma função importante nas redes sociais e econômicas devido a fatores que serão explorados neste estudo e perderam o significado.

Argan (1993) explica que as cidades ideais e utópicas do Renascimento não excluíam a conservação dos monumentos. O Papa Nicolau V achava que a Roma cristã deveria ressurgir das ruínas da Roma antiga. O Arquiteto Alberti preocupava-se com o significado dos monumentos. Para ele ruínas eram testemunhos de uma antiga grandeza, mas também da decadência sobrevinda, quase do regresso das formas arquitetônicas ao estado de natureza, a rocha e a floresta.

Por possuírem diferentes significados, as ruínas documentam as guerras, as destruições, o abandono de antigas cidades ou de civilizações perdidas em todos os continentes. Isso acontece pelos diferentes contextos e momentos vividos e apropriados por parte da história e da comunidade.

Segundo o arquiteto italiano Gionata Rizzo (2007, p. XIX),

Ruins are everywhere, they form a considerable part of our architectural heritage and actually, even of the world heritage list: they are preserve as ruins, maintained as ruins and visited by a growing number of people who, in ruins see values, significance and meaning in spite condition.

Ruínas realmente estão em toda parte, como coloca o italiano Rizzo (2007). Elas fazem parte das estruturas urbanas tradicionais e mesmo das

contemporâneas como fragmentos da cidade. Constituem, assim, uma parte do tecido urbano que morreu, mas que permanece como documento silencioso da destruição, decadência ou mesmo da permanência.

Etimologicamente, o dicionário Houaiss indica que o verbete provém do latim *ruína*, de ruere, ruir, que significa queda, ruína, destruição, desgraça. Em francês escreve-se *ruine*; em italiano *rovina*. No Aurélio, o verbete, *ruína* tem sete significados: 1. Desmoronamento; 2. Ato ou e feito de ruir; 3. Restos de construções desmoronadas, ruinaría; 4. Aniquilamento destruição e extermínio; 5. Perda de bens materiais ou morais, 6. Decadência material ou moral. Decadência completa queda e derrocada, 7. Causa de perda e destruição (FERREIRA, 1986).

Segundo Choay e Merlin (1988, p. 740), no dicionário de urbanismo as ruínas significam:

Débris ou restes, impropres à l'usage d'un édifice, d'un ensemble ou d'une ville. Objet de l'archéologie, les ruines ont, depuis le XV siècle, joué un rôle essentiel dans la connaissance des villes et de l'architecture de l'Antiquité d'abord, puis progressivement de toutes les époques et cultures. Connus et popularisés par l'oeuvre des peintres, graveurs et architectes qui ne cessèrent de les reproduire de la renaissance à l'époque de Piranesi, les ruines des antiquités- neuves ou rapportées – devinrent, dans l'Europe du XVIII siècle, partie integrante du jardin paysager. Le romantisme devrait ensuite consacrer la valeur esthétique (pittoresque) des ruines au trésor desquelles s'adjoignirent celles du Moyen Âge. Aujourd'hui, les ruines, antiques ou médiévales, posent une série de problèmes: -a la conservation, celui du maintien de leur intégrité face à la pollution et au tourisme. -a L'urbanisme, celui de leur intégration dans le cadre de la vie contemporaine où elles sont susceptibles de remplir trois fonctions: didactique, esthétique, psychologique ou politique.

Le Goff (1984, p. 107), em verbete cita que “ruína” significa:

Testemunho do poder destrutivo do tempo e do triunfo da natureza sobre a cultura as ruínas conferem, todavia à paisagem uma marca humana que as contém, abrindo-se para a dimensão histórica. Tal como peças de coleção com as quais se assemelham pela falta de utilidade, as ruínas podem na maior parte dos casos desempenhar seu papel graças a imaginação que vê nelas um signo de acontecimentos do passado. Investido-as de valores particulares, as ruínas tornam-se, portanto fontes para o conhecimento histórico que através de um processo de pesquisa que as leva a atribuição, extrai os dados relativos a seus artífices. A ruína pode por um lado evocar o passado glorioso e a caducidade de todas as coisas. Pode ser objeto de reflexão histórico filosófica por um lado e pode dar lugar a um sentimento sutilmente crepuscular; pode ser uma ruína clamorosa, eloqüente, com uma massa obstrutiva ou, pelo contrario um efêmero bastidor visual, um frio contraste, uma ironia irrisória.

Como objeto de estudo elas podem ser analisadas em diversos campos disciplinares como a arqueologia, arquitetura e urbanismo, poesia, filosofia e arte,

pois constituem uma temática extremamente interessante e peculiar. Quando pensamos em ruínas imaginamos as ruínas das antigas cidades gregas e romanas, cidades persas ou italianas ou ruínas contemporâneas, fragmentos das guerras, igrejas bombardeadas como as ruínas alemãs ou ainda mais recentemente as ruínas do mundo árabe, em constante destruição.

Essa noção de campo, de acordo com Bordieu (2004, p. 64)

[...] é em certo sentido uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar ou orientar todas as opções práticas da pesquisa, lembrando que o objeto não está isolado de um conjunto de relações do qual retira o essencial de suas propriedades.

Impossível analisá-las sem dialogar com vários campos na complexidade de um tema que possui muitos significados. O filósofo francês Morin (2007) nos ensina que a complexidade conduz à transdisciplinaridade e esta não pode ser feita senão a partir do pensamento complexo e do diálogo entre campos.

No campo das artes, por exemplo, Le Goff (1984) considera a importância delas na obra de pintores do século XVIII como *Poussin* e *Mantegna* onde a ruína é o suporte essencial da obra por estabelecer uma relação dialética entre ruína e paisagem, entre os elementos naturais e os fragmentos dos edifícios, exemplificando o esplendor da vida e a inevitável fatalidade do arruinamento.

As ruínas tiveram sua mais importante interpretação nas gravuras do italiano Giovanni Batista Piranesi⁵ (1720-1778) artista, arquiteto, arqueólogo e teórico que inovou a *veduta*⁶ até ultrapassar o próprio gênero. Piranesi foi um dos maiores expoentes da gravura europeia. A sua abordagem da Antiguidade, em termos estéticos e teóricos, teve uma imediata e duradoura influência no Neoclassicismo em toda a Europa e o seu gênio criativo impactou e ultrapassou o século XVIII perdurando assim até hoje. De acordo com Ficacci (2006), ele se ocupou das ruínas de Roma e o seu método revelou plenamente uma originalidade visionária. São gravuras de uma beleza sem equivalência e produzem no expectador uma emoção sem precedentes, pois ele consegue fazer com que a difícil técnica da

⁵ Piranesi produziu em 1748a primeira edição consagrada aos monumentos antigos, demonstrando um interesse arqueológico.

⁶ O termo *veduta* refere-se a uma pintura, desenho ou gravura representando uma cidade, um monumento ou um lugar (FERREIRA, 1986).

água forte transmita fielmente os diferentes materiais dos monumentos representados, inclusive os efeitos do envelhecimento.

2.3.1 Significados das ruínas

Percebemos os diferentes significados das ruínas nos campos da arte, da arquitetura e da filosofia. A percepção bucólica das ruínas na arte, em alguns momentos, se entrelaça com a arqueologia, como observamos em alguns autores anteriormente citados.

Qual o significado das ruínas no contexto urbano? Que impactos causa ao espectador? Dependendo do enfoque e do campo disciplinar, cada profissional tem um olhar diferente sobre o significado das ruínas. O historiador de arte, o arqueólogo ou o arquiteto provavelmente as vêem de diferentes maneiras, assim como filósofos e artistas. É necessário considerar as tradições culturais, técnicas e abordagem científica de cada disciplina e de cada contexto onde elas se inserem. As ruínas, portanto, tem múltiplos significados.

Para Starobinski (1994), as ruínas têm a capacidade de expressar a ausência e a qualidade dilacerante das coisas perdidas. Ele considera que a poética da ruína é sempre um devaneio diante da invasão do esquecimento e que a poesia da ruína é a poesia do que sobreviveu parcialmente à destruição, permanecendo imerso na ausência.

Starobinski (1994) coloca que a integração da ruína com a natureza, ocorre de modo indissociável, por isso transmite uma sensação de paz e este sentimento é, no seu entender, o somatório do esforço da vontade humana com a força inexorável da natureza, fazendo aparecer uma nova forma.

Starobinski (1994) conclui dizendo que para uma ruína parecer bela a destruição deve ser bastante longínqua e que se tenha esquecido suas circunstâncias. Por esta razão ressalta a dificuldade que encontramos em compreender o significado das ruínas contemporâneas que ainda estão latentes.

Na década de 60 os irmãos alemães Schreiber e Schreiber (1960, p. 10) publicam o livro “ruínas celebres”. Esta obra⁷ sobre as cidades malditas, cidades santas, cidades italianas, sobre as ruínas da guerra e do ouro como Angkor-vat,

⁷ Ruínas celebres de Hermann e Georg Scheiber foi publicado da década de 60 pela Ibrasa, São Paulo e tem como autores dois irmãos austríacos, um arqueólogos e outro professores de latim e filósofo.

Palmira, Pompéia, Tróia, Óstia, Cidades dos etruscos, Traquinia, Sibaris, Ofir, Zimbábue traz a visão romântica das ruínas, na introdução afirmam que:

[...] nada na face da terra é tão romântico, tão atraente, tão comovente como os vestígios de uma cidade desaparecida, quer esses restos persistam em pedras ou artefatos, quer se encontrem em livros ou histórias guardadas pelo povo.

Em Huyssen (2000) compreendemos as ruínas contemporâneas como fragmentos da guerra. Ele trata as ruínas e os vazios de Berlim pós-holocausto com um enfoque especial. Como crítico literário, trabalha a noção de cidade como um texto, no sentido de ler a cidade como um conglomerado de signos. Em seu livro reúne ensaios que apontam o surpreendente nascimento de uma cultura e de uma política da memória e sua expansão global a partir da queda do muro de Berlim, do fim das ditaduras latinas e do apartheid na África.

Em Huyssen (2000), a globalização da memória funciona também em dois outros sentidos relacionados, que ilustram um paradoxo na Alemanha, pois o holocausto se transformou em cifra para o século XX como um todo e para falência do projeto iluminista. O autor mostra a prova da incapacidade da civilização ocidental de praticar a anamênese e de refletir sobre sua inabilidade constitutiva para viver em paz com diferenças e alteridades.

2.3.2 Ruínas históricas

No campo da arquitetura podemos compreender as ruínas antigas utilizando as categorias de análise propostas por Alois Riegl (1984) em “O Culto Moderno dos Monumentos”, obra escrita em 1903 e de fundamental importância para conservação dos monumentos históricos.

Riegl (1984) trata dos valores subjacentes ao conceito de monumento histórico e que estão divididos em valor histórico, valor artístico, valor de rememoração intencional e valor de antiguidade e sua evolução histórica, trata ainda dos valores de rememoração e sua relação com o culto dos monumentos e dos valores de contemporaneidade e sua relação com o culto dos monumentos onde estabelece princípios para a preservação histórica com base nos “valores” dos monumentos. .

No caso das ruínas, observa-se que o valor de antiguidade reside na oposição à contemporaneidade, no defeito à integridade, na tendência à dissolução das formas e das cores. O autor considera as ruínas como atributos de obras, depoimentos das grandezas do passado frente à decadência do presente e ressalta que estes sintomas de degradação produzem efeitos negativos sobre o observador.

Para Riegl (1984, p. 35) monumento “é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino.” O monumento histórico é para o autor uma criação da sociedade moderna, um evento histórico localizado no tempo e no espaço.

Choay (2001) explica que a noção do patrimônio urbano histórico é resultante de uma dialética da história e da historicidade que se processa em três figuras ou abordagens sucessivas na cidade antiga, a figura memorial, histórica e historial (papel museal) onde se incluem as cidades. A figura memorial surge com John Ruskin na Inglaterra, que alertava a opinião pública contra as intervenções que lesavam a malha e a estrutura das cidades antigas, recusando-se a compactuar com as transformações do espaço urbano.

A figura histórica (papel propedêutico) tem expressão na obra de Camillo Sitte (1843-1903) onde a cidade pré-industrial aparece como objeto pertencente ao passado, e a historicidade do processo de urbanização, que transformam a cidade contemporânea, é assumida em toda sua extensão e positividade.

É uma visão, explica Choay (2001), contrária à de Ruskin (1992), mas que conservava o interesse pela cidade histórica, pois “a cidade antiga pode dar lições”, por isso os estudos morfológicos das cidades antigas constituem instrumentos para os urbanistas.

A compreensão das cidades e seus problemas complexos foi possível com surgimento da nova ciência denominada urbanismo no século XIX que se dedicou ao tema. Choay (1985) afirma que somente a partir do século XIX é que o discurso fundador, do espaço enunciou suas pretensões científicas e designou seu campo de aplicação com o termo urbanismo, pontuado pelo arquiteto espanhol Cerdá em 1867. A partir de então várias correntes formadoras destinaram-se a explicar o crescimento das cidades após a revolução industrial. Choay (1979) explica que a idéia de modernidade influenciou o modelo progressista que recusou as

heranças do passado para submeter-se as leis da geometria e em contraponto ao modelo culturalista que se opôs ao progressista e percebeu o agrupamento urbano e seu fenômeno cultural.

Em suas conclusões do livro “Urbanismo” Choay (1979) afirma que a ideia de um urbanismo científico é um dos mitos da sociedade industrial. O urbanismo desconheceu a natureza da cidade, pois a cidade não é um objeto, ela é um quadro de relações, com significados múltiplos. Para ela a metáfora do poeta Victor Hugo, que era um obcecado pelo tema da cidade e verdadeiramente apaixonado pela arquitetura é muito coerente, a cidade é comparada com um livro com sua escrita particular, linguagem própria e seu estilo, que remete a uma língua que evolui no tempo com suas estruturas. Ela afirma que o velho modo de planejamento tornou-se obsoleto e ninguém sabe qual o futuro da cidade do amanhã, talvez haja a proliferação de aglomerados urbanos que farão o conceito de cidade perder o seu significado

A cidade tem seu valor histórico e há neste sentido, de acordo com Choay e Merlin (1988), uma definição especial na “Carta internacional de salvaguarda” adotada em 1986 pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que considera que todas as vilas do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades na história e são todas históricas, do ponto de vista da conservação e da proteção às vilas grandes e pequenas que preservam sua qualidade de documento histórico e exprimem ainda o valor da civilização tradicional, mas estão sujeitas à degradação, à destruição, pois estes são os efeitos de um modo de urbanização da era industrial que atinge hoje todas as sociedades

Choay (2001) explica no item preparação romântica; o pitoresco, o abandono e o culto a arte que a sensibilidade romântica descobriu nos monumentos do passado são um campo de deleite. A imagem pitoresca pode também gerar um sentimento de perturbação ou de angústia, em que se compraz a alma romântica. A ruína medieval, ela explica, é uma testemunha mais dramática que a ruína antiga. O castelo fortificado reduzido as suas muralhas, a igreja gótica da qual resta apenas o esqueleto revelam, mais do que se estivessem intactos, o poder fundador que os mandou construir. *Mas os musgos corrosivos, as ervas daninhas que desmantelam os telhados e arrancam as pedras das muralhas, os rostos erodidos dos apóstolos*

no pórtico de uma igreja românica lembram que a destruição e a decadência são o término desses maravilhosos inícios.(Choay,2001,pag .)

Desta forma Choay (2001) afirma que a emoção estética gerada pela qualidade arquitetônica ou pelo pitoresco sentimento de abandono imposto pela percepção da ação corrosiva do tempo. A ascensão desses valores afetivos integra o monumento histórico ao novo culto da arte.

Em teoria do restauro, Brandi (2004) trata das proposições fundamentais ao restauro, compreendendo-o como um ato crítico que deve privilegiar a instância estética e entender a obra de arte em sua totalidade mais ampla, visto que a restauração de monumentos assim como das obras de arte recaem sob as instâncias estéticas e históricas. Ele ressalta que a ruína não se define por uma mera realidade empírica, mas como algo que deva ser pensado de modo simultâneo sob o ângulo da história e da conservação, na sua consistência presente, no seu passado e no futuro para o qual deve ser assegurada com vestígio ou testemunho da obra humana.

Brandi (2004) afirma que só se poderá chamar de ruína algo que testemunhe um tempo humano. No capítulo “A restauração segundo a instância estética”, o autor diz que o conceito de ruína do ponto de vista artístico apresenta complicações que não podem ser desconsideradas, ou seja, contempla a eventualidade de que a ruína se integre a um determinado complexo: monumental ou paisagístico. Foram assim compreendidas a utilização das ruínas romanas na jardinagem e na paisagem dos seiscentos. O “templo de Castor e Polux” no fórum romano é um caso típico de monumentos que adquiriram uma “fácies” indissolúvel na sua mutilação. É por isso que considera um erro crer que toda coluna despedaçada possa ser reerguida ou recomposta de modo legítimo. O fragmento do templo nada representa de forma isolada, mas, visto no conjunto do fórum romano tem outro significado e expressão.

2.3.3 Ruínas nas cartas patrimoniais

Na prática, a conservação e os processos de intervenção nas ruínas são esclarecidos pelas cartas patrimoniais. Destacamos aqui duas referências importantes contidas na “Carta de Atenas”: “§ Art. 6 - A história está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades. Aquilo que subsiste forma o fio condutor que juntamente com textos gráficos permite a representação de imagens sucessivas do passado” (CARTA..., 1933, não paginado).

Na “Carta de Veneza”, 1964 que trata a questão da preservação.

§ Art. 15 – Devem ser asseguradas a manutenção das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado (CARTA..., 1964, não paginado).

A preocupação com as ruínas, expressa nas duas cartas patrimoniais, revela o quanto elas são importantes para o entendimento da história das cidades. Geralmente associadas ao abandono e à decadência pela degradação de seus elementos construtivos ou estéticos, as ruínas são, por outro lado, reminiscências do passado, fragmentos da arquitetura, peças de um quebra-cabeça que necessitam de complemento para compreensão.

Em texto sobre patrimônio e memória Fortuna (2010, não paginado) questiona:

Serão as ruínas, os monumentos e os museus manifestações espaciais e artefatos que decoram a cidade que habitamos, ou ao contrário, serão eles elementos históricos, artísticos e culturais que atualizam o passado e lhe dão vida? Com eles temporalizamos o espaço ou espacializamos o tempo?

Consideramos deste modo, que as ruínas são como as peças de quebra-cabeça que necessitam de complemento para a compreensão ou podem ser vistas isoladas em sua resistência, permanência e valor intrínseco ou no contexto urbano como fragmentos do passado e da memória física dos monumentos.

2.4 Temporalidades: Cidades e Ruínas

A matéria fundamental da história é o tempo e a cronologia desempenha um papel importante como fio condutor e ciência auxiliar da história (LE GOFF, 2003).

Desta forma a oposição entre passado e presente é essencial à aquisição da consciência do tempo, pois a história é feita segundo ritmos diferentes e a tarefa do historiador, assegura Le Goff (2003), é reconhecer estes ritmos.

Neste sentido tentamos construir um ritmo cronológico na pesquisa empírica respeitando as temporalidades do Estado do Maranhão e da cidade de Alcântara com o objetivo de identificar os diferentes momentos de sua formação.

É importante ressaltar que vários níveis de tempo organizam a história conforme explica Braudel (1995). O primeiro tempo é o do ambiente onde as mudanças são lentas, quase imperceptíveis com um senso de repetição e ciclos, é o tempo geográfico. O segundo tempo é o da história social e cultural, com mudanças mais rápidas no ambiente, pois se processa nos grupos e agrupamentos, com a queda ou ascensão de impérios e civilizações cuja extensão pode ser de dois ou três séculos para se estudar apenas um fenômeno. O terceiro nível de tempo é o de eventos que diz respeito a história dos homens individuais. É o tempo da superfície e dos efeitos enganosos, é, portanto o tempo de curta duração, pois trata de acontecimentos políticos e de pessoas. Além dele, há provavelmente um quarto tempo o do momento ou conjuntura, em que uma situação específica é estudada em diferentes ângulos.

Segundo Lecht (2003), em vez de dispensar a complexidade e tentar uma única abordagem em que as variáveis são mais ou menos controláveis, Braudel e a “Escola dos Annales” abraçavam a complexidade. A história seria escrita simultaneamente de varias posições e perspectivas diferentes.

Em Burke (1997), aprendemos que a “Escola francesa dos Annales” [1929- 1989] foi uma resposta aos anseios da humanidade que vivia momentos de convulsões e rupturas com o passado, pois a história convencional não correspondia mais e nem conseguiu satisfazer às exigências de um novo homem que surgia, de acordo com o núcleo central formado por historiadores como Bloch, Braudel, Duby, Le Goff e outros.

O conceito de história para Le Goff (2003) traz em si alguns problemas e questionamentos:

1. Que relações existem entre a história vivida, a história natural, senão o esforço científico para descrever, pensar e explicar esta evolução a ciência histórica?
2. Que relações têm a história com o tempo, com a duração, tanto com o tempo natural e cíclico quanto com o tempo vivido e naturalmente registrada das sociedades e dos indivíduos?
3. A dialética da história parece resumir-se numa oposição ou diálogo? – passado e presente e ou presente e passado? Será a história capaz de prever o futuro?

Para Le Goff (2003), a crítica da noção de fato histórico tem provocado o reconhecimento de realidades históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores. Junto à história política, econômica, social e cultural, nasceu uma história das representações. Essa assumiu diversas formas: história das concepções globais da sociedade ou história das ideologias; história das estruturas mentais comuns a uma categoria social, a uma sociedade, a uma época ou história das mentalidades; história das produções.

Para Foucault (1999, p. 27), escrever a história do passado é vê-lo como novo; o passado assume novos sentidos à luz de novos eventos. No capítulo “Genealogia e a História” ele afirma que a história tem o compromisso com as questões do presente. Para o autor a história deve ser escrita na perspectiva do presente.

Desta forma recuperamos a história do século XX para compreendermos o contexto histórico do Estado do Maranhão e dentro dele contextualizarmos a decadência econômica e social de Alcântara com um olhar na contemporaneidade e nos diferentes momentos e atores do processo.

Nesse sentido, estudar os vários níveis de tempo e como eles organizam a história de Alcântara, possibilitam compreender os momentos-chaves de inclusão e exclusão da cidade nas redes globais e locais e entender o arruinamento do que um dia foi uma cidade verdadeira.

3 MARANHÃO NO SÉCULO XX: Dimensões socio-econômica e política.



Figura 10 - Rua do giz, de Gaudêncio Cunha 1908
Fonte: Original no Museu Histórico do Maranhão

Este capítulo tem por objetivo compreender e contextualizar a história do Estado do Maranhão e da cidade de Alcântara no século XX, nas dimensões política, econômica e social, pontuando os processos de inclusão e exclusão do Estado do Maranhão e da cidade de Alcântara nas redes global, regional e local em diferentes temporalidades. Resgatando as razões da decadência econômica e social do Estado e do arruinamento de Alcântara, pretende, também, analisar as tentativas e planos para alavancar a economia do Estado.

Ressaltamos a utilização da cronologia adotada por Prado Junior (1987) que categoriza as diferentes etapas do processo de formação do país: 1889 a 1930- a república burguesa e a crise do sistema, enfatizando aspectos como a industrialização juntamente com a cronologia da coleção de Viveiros (1992b) e

Meireles (1992); para pontuar de forma sintética os momentos de apogeu e decadência do Estado, com recorte temporal no século XX.

A pesquisa histórica foi feita em acervos do Rio de Janeiro (IHGB e Biblioteca Nacional) e em acervos em São Luís do Maranhão (Biblioteca Pública Benedito Leite, na Associação comercial do Maranhão, arquivo Público do Estado do Maranhão e IBGE-MA). Inicialmente tomando como fontes primárias os *almanaks* ilustrados e almanaques administrativos (1898-1923-1950), relatórios do interventor Paulo Ramos (1937 a 1945), dados da coletoria federal de Alcântara – 1938 a 1940; documentos relativos ao presídio de 1952; dados do IBGE como anuários estatísticos (1930-1990) e enciclopédia dos municípios 1950, jornais e revistas e fotografias de 1905, 1908, 1930 e 1950 e também nas fontes secundárias como os livros de historiadores maranhenses relativos a história do comércio como Jerônimo Viveiros, Antonio Lopes, Raimundo Lopes Mario Meireles e Carlos Lima, além de crônicas críticas dos maranhenses Dunshee de Abranches e Nascimento de Moraes.

Dimensão sócio-econômica

3.1 Contexto histórico

De acordo com Prado Junior (1987), foi entre 1770 e 1808 que ocorreu o período de apogeu da colônia portuguesa no Brasil, resultante do desenvolvimento econômico decorrente do renascimento da agricultura, especialmente pelo cultivo do algodão, arroz, açúcar, anil e café.

Dentre as várias culturas, o algodão era exportado em pequenas quantidades e, na falta da moeda cunhada em Portugal os novelos de fio ou rolos de pano eram utilizados como valores monetários ou moeda para pagamento de dívidas. Segundo Prado Junior (1987, p. 81), “É somente quando se torna mercadoria de grande importância que começa a parecer, tornando-se uma das principais riquezas da colônia.” A cultura do algodão se disseminaria em todo território da América portuguesa até o declínio do preço no século XIX e o aumento da produção norte americana.

Toda essa atividade agrícola era baseada na força do trabalho escravo que impulsionava a elite aristocrata de barões emergentes que teve destaque no cenário político e social da corte portuguesa, instalada em cidades dotadas de todas as urbanidades com elementos arquitetônicos que traduziam os requintes europeus.

Neste modelo agrário-exportador, a economia colonial brasileira teria sido organizada em grandes latifúndios, de modo a exportar matérias-primas a baixo preço e transferir riqueza para a Metrópole. Como resultado, o mercado interno seria mínimo e a sociedade, escravista.

Em contraponto ao latifúndio, Caldeira (2009) acrescenta à historiografia colonial um novo olhar sobre essa sociedade trazendo a figura do empreendedor para o centro das discussões. Esta figura ligada à produção independente e à pequena propriedade gerou uma economia dinâmica e paralela a figura do latifúndio agrário-exportador.

A mistura de relações pessoais com trocas de mercadorias criou no Brasil a figura daquele que queria enriquecer, não tinha dinheiro, mas tinha capacidade de organizar a produção e expandir o mercado: trata-se da figura do empreendedor.

Numa sociedade onde poucos homens livres tinham escravos (apenas 9% deles eram proprietários, no início do século XIX), e na qual formavam a maioria da população (62% do total, no mesmo momento), o empreendedor organizava o trabalho e buscava enriquecer. Migrantes portugueses, índios livres, escravos libertos e filhos miscigenados compunham o grupo que, em todos os setores da economia, corria riscos, mas ganhava na forma de lucros. O mercado crescia porque não paravam de chegar novos empreendedores, que através de casamentos, se fixavam na sociedade colonial.

Essa visão nos ajuda a compreender melhor a dinâmica econômica da colônia em seu apogeu e declínio, compreendendo também quem era a classe dominante que ergueu e abandonou cidades no Brasil em nome das dinâmicas mercantis, das redes e dos ciclos econômicos.

Essa classe dominante era chamada de burguesia comercial, ou pequenos empreendedores que à margem dos políticos e representantes da Coroa movimentavam a economia local com pequenos comércios e negócios, inclusive o de escravos, formando uma rede de trocas informais que produzia uma economia dinâmica interna. Do ponto de vista econômico, o tráfico era uma operação que exigia uma base de capital e investimento em transporte marítimo, Caldeira (2009) calcula que em um século, algo em torno de 1, 4 milhão de escravos foram trazidos da África para o Brasil.

Neste contexto, a economia do Estado do Maranhão foi profundamente alterada pela criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão,

fundada em 1755 pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo poderoso ministro do Rei. A Companhia detinha o monopólio do algodão e fornecia crédito, escravos e ferramentas aos lavradores, estimulando o cultivo do produto. Esta companhia monopolista impediu no caso do Maranhão a figura do pequeno empreendedor mencionado por Caldeira (2009).

Todo o apogeu econômico deu impulso à estruturação das vilas e cidades em todo o Estado do Maranhão. São Luís foi uma das principais expressões urbanas da colônia e a quarta cidade em importância do país.

Este período de franco progresso traduziu-se de acordo com Meireles (2001) no enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade que culminou no surgimento de uma elite latifundiária e de uma nobreza rural que conferiu à província uma posição de primeiro plano no cenário nacional.

Alcântara era a segunda cidade em importância depois da capital São Luis. Por sua importância econômica e social foi o entreposto comercial da cidade de São Luis, celeiro do Estado. Como sede da aristocracia emergente rural agro-exportadora de algodão, configurou uma formação urbana de ruas e quadras espontâneas em torno dos elementos originais, conformando posteriormente no século XVIII um traçado regulador que envolveu os três principais conjuntos religiosos em torno dos quais a arquitetura civil se consolidou num belo conjunto barroco.

O economista maranhense Bandeira Tribuzi (1981) em seus estudos sobre a formação econômica do Estado afirma que o Maranhão só teve expressão no contexto colonial português com a Companhia de Comércio Grão-Pará Maranhão contingenciada pela expansão das terras e aumento do número de escravos e pela ênfase ao cultivo do algodão, a pecuária e exportação de couros.

Tribuzi (1981) ressalta que neste “boom” econômico colonial estavam implícitas as raízes da ruína econômica do Estado, pois o crescimento se fazia de fora para fora, era dirigido pela Companhia Grão Pará e visava criar excedentes para o Reino de Portugal e o sistema escravagista impedia o surgimento de um mercado interno significativo. Explorada da metrópole, a economia maranhense que se expandiu em 1756 à abertura dos portos (1808), sofreu os danos infligidos às economias periféricas pelo imperialismo da fase mercantil, inclusive a elevada vulnerabilidade a nível de preços e mercados para sua produção tendente à monocultura. A reação contra o monopólio da Companhia de Comércio foi intensa,

levando-a a extinção em 1777. O comércio passou então, a importar direto para a metrópole, mas o monopólio e os impostos cerceavam os pequenos empreendedores.

Raimundo Gaioso (1970), que publicou seu compendio da lavoura em 1818, já ressaltava que vários entraves prejudicaram os lavradores: a falta de terrenos para a lavoura que se achavam reduzidas e ocupadas pelos “gentios bravos”; o horroroso preço da escravidão e o ínfimo preço do algodão devido o monopólio. Estes entraves, reflete o autor, foram a razão da decadência do Estado e motivo da perda da sua antiga opulência.

Em seus estudos o arquiteto Pedro Alcântara do Iphan (1971) concordava com os pesquisadores afirmando que o período do esplendor do Maranhão trazia consigo as sementes da destruição. O algodão era um excelente negócio devidos aos altos preços no mercado internacional, pois sua produção era simples e pouco dispendiosa. A cultura algodoeira cresceu rápida, mediante extensiva utilização de terras virgens e importação de mão de obra africana.

Estas formas extensivas, no entanto, obrigavam a buscar terras novas e penetrar no interior. Dessa forma o algodão foi subindo pelas margens do Rio Itapecuru e neste caminhar ia abandonando terras esgotadas por uma agricultura rudimentar e predatória. Esta interiorização tomou outro ritmo com a navegação a vapor, pelo sistema fluvial dos vales dos rios Mearim e Pindaré, deixando para trás as cidades com as terras esgotadas, como foi o caso do eixo de produção de Alcântara que foi deslocado para outras cidades do interior do Estado.

Pesquisadores como Gaioso (1970), Tribuzi (1981), Almeida (2008) e Alcântara (1971) em seus escritos são unânimes em afirmar que estavam nas bases frágeis da prosperidade do Estado do Maranhão as razões de sua ruína e decadência econômica, além das fragilidades houve também a construção do discurso oficial sobre a decadência da lavoura, repetido e reforçado pelos relatórios dos governantes e pelos historiadores.

Não houve, portanto, na cultura do algodão, o cuidado de criar uma racionalização e diversificação da produção agrícola para manter o equilíbrio econômico interno no Estado. Soma-se a isso as mudanças de mercados, pois ao iniciar a produção de algodão em grande escala para os EUA, o produto passou a ser a principal matéria-prima do mercado mundial e os preços reduziram-se a terça parte, tornando a rentabilidade nula no Brasil. Desta forma o algodão brasileiro

encerrou sua curta trajetória e o Maranhão, um dos principais produtores atravessou grandes dificuldades.

O ciclo tardio da cana de açúcar no Maranhão foi uma nova tentativa econômica pela qual a aristocracia rural, lutou em 1846 em favor da recuperação da lavoura. Com melhoria técnica e meios de transporte os engenhos se multiplicaram no interior do estado em Guimarães, Alcântara e Viana.

Em 1860 havia 410 engenhos movidos a vapor hidráulico e a produção maranhense, em 1882, era de 16.000 toneladas. Mas, tal qual o algodão, a produção de açúcar perdeu o mercado internacional entrando novamente o Estado do Maranhão em recessão.

A extinção do tráfico africano acentuou as contradições do regime escravagista, a escassez de braços e o desequilíbrio demográfico entre as regiões brasileiras criaram para a região norte dificuldades, pois eram desviados os escravos para as regiões do café no sul. Esta situação desfavorável foi uma das causas que fez amadurecer, no norte, as idéias emancipacionistas mais cedo que no sul (Prado Junior, 1987).

No período das regências (1831-1840) muitas revoltas eclodiram pelas províncias do Brasil, decorrentes da crise econômica e do descontentamento com a situação política geral. Estas reações ocorreram em diversos Estados conhecidas como revoltas populares, das elites dominantes e dos escravos. A revolta dos Malés em 1835 na Bahia foi uma das únicas que reivindicava a abolição dos escravos, as outras revoltas se caracterizaram por inicialmente por conflitos entre elites e depois revoltos populares, como a Cabanagem no Pará (1835-1840) que foi uma revolta popular contra a miséria e injustiça; a revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845) motivada por problemas econômicos da classe dominante gaúcha; a Sabinada (1837-1838), na Bahia, motivada pela formação de uma República baiana enquanto o imperador Pedro II, ainda criança, não podia governar, e a Balaiada no Maranhão (1838-1841).

No caso da Balaiada, a desorganização da produção do algodão criou condições para a eclosão que envolveu no Maranhão uns 31 mil homens armados dos quais 3.000 eram escravos foragidos e devastou todo o vale do Itapecuru e a baixada maranhense.

Diante deste quadro a imigração européia surgia então como uma solução mais ampla e radical para resolver o problema da escassez de braços, a

corrente imigratória intensificada em 1850 foi feita para coexistir nas lavouras de café trabalhadores escravos e europeus livres. As características negativas da escravidão seriam acentuadas também pelo início da indústria manufatureira.

3.1.1 A Imigração

Entre 1890 a 1930 chegaram ao Brasil cerca de 3, 5 milhões de imigrantes em busca de oportunidades de trabalho de acordo com Cotrim (1999). Os italianos representavam 33% desta população, portugueses 29%, espanhóis 15% além de grupos menores como os alemães, japoneses, sírio e libanês, russo, lituano e austríaco. As oportunidades de trabalho se concentraram nos Estados do sul e sudeste.

De acordo com dados do Anuário estatístico do IBGE⁸, o movimento da população de estrangeiros no país entre 1884-1949 apresenta alguns picos de grande entrada e entre os anos de 1888-1897 houve um grande número de imigrantes chegando ao Brasil. Os principais grupos eram de alemães, espanhóis, italianos, japoneses, portugueses, russos entre outros grupos menores.

Sobre a imigração estrangeira no Maranhão, consta no Dicionário Histórico e Geográfico de Cesar Marques (2008) um verbete sobre as tentativas de implantação de colônias agrícolas estrangeiras.

Marques (2008) afirma que além da presença portuguesa houve iniciativas como as do inglês Guilherme Welstood, em 1817, de buscar famílias de artífices e de trabalhadores rurais na Inglaterra e Irlanda para que juntamente com as máquinas mostrassem o método de incremento a agricultura. Esta colônia instalada às margens do rio Pindaré não logrou êxito.

Marques (2008) ressalta ainda que entre os anos de 1853 a 1856 foram importados 887 colonos, sendo 847 portugueses e 40 chineses, com destino a colônias no interior do Maranhão: de Arapapaí, de Maracaçumé, de Santa Isabel, de Santa Teresa, de Pericuau e de Petrópolis, de todas estas colônias apenas a Santa Isabel prosperou. As demais colônias desapareceram por razões diversas, os colonos ficaram doentes, morreram com as epidemias ou abandonaram o trabalho levando-as a extinção. O autor conclui que a:

⁸ Compilações de dados sobre imigração, buscadas no site do IBGE.

[...] província não conseguiu atrair a imigração estrangeira apesar da fertilidade do solo e da salubridade do clima e de tantas riquezas naturais, pois o imigrante europeu preferia as províncias do sul do império pela semelhança do clima com a Europa e pela riqueza e progresso material do Sul (Marques, 2008, p. 353).

Em 1889 houve outra proposta de trazer 200 americanos da Filadélfia para a colônia “Nova Polônia”, mas com as chuvas os colonos adoeceram e ela ficou reduzida e foi extinta em 1890. Outras tentativas isoladas e menores são citadas por Marques (2008) como a chegada de famílias em 1894 da cidade do Porto em Portugal para a fábrica de tecidos do Rio Anil em São Luís, alguns poucos Italianos que viviam no Piauí chegaram ao Maranhão para trabalharem em fábricas na cidade de Codó, assim como algumas famílias alemãs chegaram à cidade de Rosário.

Apesar das iniciativas acima citadas a maior predominância da imigração no Estado do Maranhão foi da colônia síria e libanesa. O sociólogo Corrêa (2009) indica que alguns estudos se dedicaram a questão da imigração libanesa na Maranhão, como por exemplo: o texto do Prof. Olavo Correia Lima: Sírios e Libaneses no Maranhão (1950); o texto de Salomão Fiquene intitulado “Os Palestinos”, algumas citações no livro “Torrão Maranhense” de Raimundo Lopes, fazem referência a esse grupo étnico-cultural na formação do Estado e de São Luís e o historiador Viveiros (1992b) dedica um capítulo desta obra ao estabelecimento desta colônia no Estado.

De acordo com Viveiros (1992b) esses imigrantes escolheram os Estados Unidos e o Brasil para se estabelecerem preferencialmente no comércio. Esse movimento que se iniciou a partir de 1900, foi caracterizado por uma imigração espontânea e não colonizadora como a dos italianos, do espanhol e do japonês, que vieram “fazer o Brasil”.

Os sírios e libaneses não eram operários industriais ou agrícolas, eram, sobretudo comerciantes ambulantes, mascates com liberdades de viajar e vender seus produtos nas diversas cidades. Eram humildes e modestos dando a impressão de inferiores aos demais imigrantes, mas foram acumulando riquezas a ponto de se tornarem, posteriormente, proprietários de usinas de beneficiamento de arroz, de fábricas de tecidos, de óleo e sabão e ainda dominaram o comércio da principal rua da cidade, a Rua Grande.

Na crônica maranhense intitulada “*Vencidos e degenerados*”, de autoria de Nascimento Moraes, há uma análise sobre a história política do Maranhão na virada do século XIX para o século XX, após a abolição no contexto de esperanças de renovação da sociedade. O autor ressalta a paralisação das principais fontes produtoras do Estado devia-se à falta de mão de obra, principalmente as dificuldades de imigração;

[...] porque falta quem venha ensinar os modernos métodos. Os pequenos agricultores e criadores que possuímos pouco a pouco abandonaram o trabalho, vexados por impostos exorbitantes, taxaço que paralisa e desanima o espírito (Moraes Filho, 2000, p. 78).

Estabelece ainda uma crítica à presença dos imigrantes:

O Maranhão não foi bafejado pela imigração estrangeira, nem em grande nem em pequena escala. Só a estas plagas continuam a chegar portugueses trabalhadores, mas que de modo algum auxiliaram o nosso progresso e, depois principiaram a entrar chusmas de sírios e turcos... Mas os sírios e turcos não fazem parte da sociedade maranhense como os portugueses, não se aplicam à indústria, à criação de gado e à lavoura. Vivem do comércio, mas do comércio misterioso, incompreensível, a que a perspicácia de ninguém alcança, e do qual só se diz que é na sua maior parte prejudicial à praça (Moraes Filho, 2000, p. 203)

Desta forma observamos que os entraves como a falta de braços e de técnicas colocados por Raimundo Gaioso (1970) permaneceram na virada do século quando o Maranhão não recebeu imigrantes, nem novas técnicas agrícolas para o incremento de sua economia e sociedade.

3.1.2 A Industrialização

Prado Junior (1987) afirma que das transformações ocorridas no século XIX nenhuma contribuiu mais para modificar a fisionomia do país como a revolução que se operou na distribuição das atividades produtivas. Essa revolução foi constituída por dois fatos: um de natureza geográfica, que foi o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do norte para as do centro sul e o outro foi a decadência das lavouras tradicionais do Brasil – da cana de açúcar, do algodão e do tabaco e o desenvolvimento paralelo da produção de café.

O fomento à indústria brasileira data de 1846, e o seu desenvolvimento, afirma Viveiros (1992b) se deu entre os anos 1855 a 1895. Dentre os Estados mais

promissores destacavam-se Minas Gerais com trinta e sete fabricas e o Maranhão com dezesseis, numero este acima da capital federal, da Bahia e de São Paulo.

Viveiros (1992a) enfatiza que o surto industrial de estabelecimentos fabris no Estado no período de 1880 a 1895, logo após a abolição, tentou transformar o Maranhão agrícola em industrial, esgotando todas as possibilidades financeiras.

O sonho da industrialização que fez atribuir a São Luís o precoce e frustrado cognome de “*Manchester brasileira*”, durou pouco e *foi levando*, “[...] na torrente de desastrosas falências, a maior parte do parque fabril instalado com muito açodamento nos últimos anos do século XIX” (Moraes, 1987).

A maioria dos estabelecimentos fabris eram sociedades anônimas (dezessete) e algumas eram particulares (dez) quase todas de fiação e tecelagem de tecido do algodão, mas havia também fábricas de fósforo, chumbo, prego, cerâmica e sabão.

Destacamos de acordo Marques (2008) e com o almanaque administrativo (Jorge, 1950) as fábricas mais importantes, por ordem cronológica (figura 11):

a) Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense: Criada em 1888/1890; faliu em 1970. Era a mais antiga fábrica do Maranhão possuía 300 teares com produção de 1.800.000 metros de riscados anual;

b) Companhia de Fiação e Tecelagem de São Luis: Criada em 1894; faliu em 1960. Empregava 55 operários; 55 teares para uma produção anual de 350.000 metros de tecidos;

c) Companhia Lanifícios Maranhenses ou Fábrica Santa Amélia, integrava o grupo cotonifício Candido Ribeiro; faliu em 1969; produzia 440.000 metros/ano empregando 50 operários;

d) Companhia Progresso Maranhense: Criada em 1892; tinha 150 teares para uma produção anual de 70.000 metros/ano com 160 operários;

e) Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão: Fábrica de tecido de Codó, criação em 1893. Produzia 750.000 metros/ano, 250 operários na fiação e tecelagem;

f) Companhia Fabril Maranhense: Criada em 1893; tinha uma produção anual de 3 milhões de metros; 600 operários; faliu em 1971;

g) Companhia de Fiação e Tecido do Rio Anil: Criada em 1893, faliu em 1966; pertenceu ao grupo Jorge & Santos com uma produção 1 milhão metros/ano; 100 operários;

h) *Companhia de Fiação e Tecido do Cânhamo* foi criada em 1891; faliu em 1969; possuía uma produção anual 1.500.000 metros/ano com 250 operários;

i) Companhia Industrial Maranhense: Criada em 1894, 22 teares para 50 operários; 120 t/ano;

j) Cotonière Brasil Ltda.: Criada na década de trinta, empresa de origem francesa subsidiária da LIL; tinha por objetivo abastecer aquela indústria de algodão de alta qualidade; desativada após 1945.

Mas, ao contrário do Estado do Maranhão que permaneceu em letargia econômica com tentativas fracassadas de industrialização, o Estado de São Paulo conseguiu superar o abandono criando uma rede urbana na fronteira noroeste do Estado através da rede ferroviária. De acordo com Coutinho da Silva (1998), a rede de cidades formadas na fronteira noroeste do Estado de São Paulo entre 1890 e 1950 deu origem a uma rede de 100 pequenas cidades desenvolvidas em função de quatro importantes fatores: a existência de terras férteis e desocupadas, a expansão da cafeicultura, a presença da classe média rural e o desenvolvimento de uma rede viária baseada no transporte ferroviário.



Figura 11 - Imagens das fábricas em 1908
Fonte: Cunha (1987)



Figura 11b - Imagens das fábricas em 1908
 Fonte: Cunha (1987)

Na perspectiva de enfrentar a crise do Estado do Maranhão ocasionada pela abolição da escravatura e pelo frustrado sonho industrial, a colônia maranhense domiciliada no Rio de Janeiro em 1890 decidiu fundar o plano de organização de uma empresa, com grande capital para promover grandes empreendimentos necessários.

Esta iniciativa estava ligada ao “Banco Emissor do Norte” que era parte do programa financeiro do Ministro da Fazenda, aprovado desde 1890, com sede em Belém e circunscrição nos Estados do Pará e Maranhão.

Embora combatido pelos jornais locais, o Banco era destinado a dar crédito a operações comerciais e contratos de hipoteca, penhor agrícola e também a lavoura e indústria extrativa (VIVEIROS, 1992b). Tinha por objetivo alavancar grandes obras fundamentais ao escoamento e dinamização da produção agrícola no Estado assim como a circulação e mobilidade das mercadorias:

- a) Construção uso e gôzo da estrada de ferro Caxias a São José das Cajazeiras e de Caxias a Rio Araguaia;
- b) Construção uso e gôzo das obras de melhoramentos do porto da capital do Estado do Maranhão;
- c) Instalação uso e gôzo dos dois engenhos centrais para o fabrico de açúcar;

- d) Construção uso e gôzo dos saladeiros centrais para preparo de charque e fábricas anexas;
- e) Introdução de 3000 famílias de imigrantes, contrato de 1890;
- f) Desenvolvimento e aperfeiçoamento da navegação fluvial e costeira;
- g) Exploração da indústria e comercio de algodão;
- h) Fazer toda sorte de operações bancárias para auxiliar fins sociais;
- i) Organizar companhias, levantar empréstimos e compra de matérias primas no país e no estrangeiro;
- j) Empreitar obras;
- k) Edificar, comprar e vender terrenos e prédios e proceder à divisão de terras;
- l) Organizar e explorar fábricas e estabelecimentos industriais.

A Companhia, dentre tantas iniciativas para soerguer a economia do Maranhão como as fabricas e o banco emissor foi exitosa em seu lançamento, mas sofreu duros golpes não conseguindo que seus acionistas atendessem à chamada de coleta de capital e com os prejuízos na bolsa. De todos os itens propostos finalmente conseguiu realizar apenas o porto, o cais da sagração, “malogrando mais uma vez a esperança de soerguimento do Maranhão” (Viveiros, 1992b, p. 94).

Se a capital encontrava-se em péssima situação, os municípios do interior do Estado, que de acordo com dados do IBGE eram 65 em 1872 contra 217 atualmente, encontravam-se totalmente abandonados pelas políticas públicas.

3.1.3 Babaçu: a esperança do Maranhão

O Babaçu, juntamente com o algodão e açúcar foi uma das maiores riquezas maranhense e o produto de exportação mais importante da década de 40 do Estado, mas, tal como os dois outros produtos , sofreu com as mudanças dos mercados internacionais e com a concorrência e facilidade na industrialização de outros produtos .

Palmeira nativa da região do meio-norte, existem dois generos Orbignya e Attalea. Seu côco é extraído pelo pequeno agricultor de forma rudimentar, manualmente em um sistema caseiro tradicional e de subsistência, principalmente pela população feminina e os maiores focos dos babaçuais situam-se nos vales dos

principais rios maranhenses e na mata de transição. As amêndoas contidas em seus frutos são importantes produtos extraídos do babaçu que possuem valor mercantil e industrial. Da amêndoa do babaçu produz-se óleo, inclusive diesel, margarina e sabão.

Em 1948 a indústria do babaçu começava a se firmar e ele se transforma num importante produto de exportação gerando um convênio americano-brasileiro para compra e venda do produto. Meireles (1992) explica que neste convênio, estava assegurado ao mercado americano 75% da produção e 25% para consumo interno. Em 1946, as consequências deixadas pela II Guerra mundial, levaram a Associação Comercial do Maranhão a pleitear o adiamento do convênio e a negociação da produção em partes iguais.

Em 1951 foi promulgada uma lei para criação do Instituto do Babaçu, semelhante às que existiam com o Cacau, Mate, açúcar e Álcool. Brasil e Estados Unidos estavam, conjuntamente, interessados no desenvolvimento da produção do Babaçu. O Diário Oficial de 10/11/1951 publicou o convênio entre o Ministério das Relações exteriores e a Embaixada Americana para exploração do babaçu, Meireles (1992) afirma que havia uma expectativa, em 1952, de que não só o problema do Babaçu, mas toda a economia do Estado estaria em breve solucionada e em pleno desenvolvimento.

Amaral Filho (1990) analisa as formas de organização econômica, social e técnica do babaçu e suas tendências e ressalta que além das articulações e relações entre grupos no interior do complexo babaçueiro, dois processos econômicos afetaram o desenvolvimento do complexo do babaçu : o primeiro foi a retomada do aproveitamento do côco em bases amplas e industriais na década de 70, após a crise do petróleo como outra alternativa energética ; o segundo foi a mudança e modernização da agropecuária maranhense e a expansão de novas culturas como a cana, para atender a fabricação de álcool, arroz mecanizado, soja e a pecuária que avançaram sobre a população do babaçu, provocando devastação .A atividade da coleta do côco e extração da amêndoa envolvia, na década de 70, cerca de 300 mil famílias de pequenos produtores.

3.1.4 Ciclo econômico contemporâneo

O economista Holanda explica que o estado do Maranhão passou por quatro importantes ciclos. O primeiro deles foi o ciclo primário exportador do algodão, monopolizado pela Cia Grão-Pará de Comércio, iniciado em 1755 que durou até 1889, seguido da exportação de arroz e couro e depois da cana. A abolição dos escravos, foi uma das razões da decadência somada às mudanças no mercado internacional seguida da desarticulação do sistema agrícola.

O segundo ciclo apresenta o surto de crescimento industrial têxtil entre 1890-1940, na perspectiva de resgatar o algodão no mercado e levantar a economia foi seguido de falências das fábricas. O terceiro ciclo, do babaçu no início do século XX, foi considerado por Getúlio Vargas a salvação do Maranhão, por ser um produto com 100% de aproveitamento, todavia não alcançou os resultados esperados.

O quarto ciclo, contemporâneo, diz respeito à integração na economia nacional e à implantação de investimentos públicos e privados no Estado a partir dos anos 70, através de grandes projetos como a estrada de ferro de Carajás, da Cia Vale do Rio Doce, instalação da Alumar fábrica de guserias de alumínio, pólo graneleiro na região do baixo Parnaíba e a implantação da soja no sul do Maranhão, na cidade de Balsas e centro de lançamentos de foguetes em Alcântara. Uma nova etapa deste ciclo se desenha com a possibilidade de implantação em 2012 com novos projetos no Estado como o da refinaria Premium da Petrobras em Bacabeira, da fábrica Suzano celulose e uma nova etapa do centro de lançamentos de Alcântara, projeto Cyclone space com a Ucrânia.

Neste contexto o economista Holanda (2011) ressalta que a economia maranhense exibiu uma taxa de crescimento acumulada no período de 2003 a 2010 de 61% ou de 7 % ao ano, trata-se de um excelente desempenho, mas ele ressaltar que o dinamismo deveu-se a fatores que não dependem das condições internas à economia maranhense mas sim das condições financeiras internacionais e da condução da política macroeconômica nacional .

Parece-nos que os entraves citados por Gaioso (1970) e as bases frágeis citadas por Tribuzzi (1981) permanecem na contemporaneidade no contraponto entre o global e o local.

Dimensão política

3.2 O fenômeno do Coronelismo e patrimonialismo

Faoro (2001) reflete sobre o coronelismo e sobre o patrimonialismo explicando que na supremacia estadual e da eleição sancionadora se insere o coronelismo. Ele se irmana à oligarquia das unidades federadas, num recíproco jogo de interações ativas.

O comando do sistema, afirma o autor, caberá ao governador, ao grupo estadual isto é, ao grupo estadual por ele representado, intermediário de favores e benefícios da união sobre a comunidade. Entre governador e coronel a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos.

Esta relação se forma através de um sistema de reciprocidade, de um lado os chefes municipais e os coronéis, que conduzem os eleitores e de outro lado a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui em suma o cofre das graças e o poder das desgraças. (Faoro,2001, pag 711)

Faoro (2001) explica que o patrimonialismo pulveriza-se, num localismo isolado, de modo a converter o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede clientelista. O coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura a organização estatal e seu erário com os próprios bens. Os coronéis não se apropriam das oportunidades econômicas do município, pois há poucos recursos nos municípios fracos que não possuem grande arrecadação financeira; poucos cargos políticos a distribuir e as pequenas e esparsas obras, os coronéis se alimentam das concessões de terras devolutas, entregues ao Estado desde a república. São senhores de créditos e dos monopólios comerciais, que graças a suas conexões políticas, enriqueciam com empréstimos e com a compra de safras de pequenos sítios. O Estado do Maranhão vivenciou e vivência ainda oligarquias políticas e o fenômeno do coronelismo.

Weber (1999) afirma que a dominação é um dos elementos mais importantes da ação social, pois todas as áreas de ação social mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação e a dominação é um

caso especial de poder. Desta forma, o poder de disposição sobre bens econômicos é uma consequência freqüentemente deliberada e planejada da dominação.

Para Weber (1999), dominação no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, pode apresentar-se nas formas mais diversas. Apesar de todas as formas de dominação, o autor ressalta duas radicalmente opostas, a dominação em virtude de uma situação de monopólio e a dominação em virtude de autoridade, poder de mando e dever de obediência.

A dominação compreende uma situação de fato, em que a vontade manifesta do dominador ou dominadores quer influencia as ações de outras pessoas ou dominados.

3.2.1 O Estado do Maranhão na República Velha

Entre 1894-1930 a República oligárquica foi composta por governadores civis ligados às oligarquias rurais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. De acordo com Cotrim (1999) os títulos de coronéis, mesmo depois de extinta a Guarda Nacional em 1918 continuaram a ser usados pelos grandes proprietários de terras na República Velha.

A Monarquia legou à República um Maranhão anêmico e cheio de dívidas (FERNANDES, 2003). Enquanto os Estados do Sul se beneficiavam pelas vias férreas e pela imigração, os Estados do extremo norte não encontravam as mesmas facilidades e investimentos. O mundo enfrentou a primeira Grande Guerra entre 1914-1918 com reflexos na economia mundial dando grande ênfase à industrialização nos ramos da alimentação, veículos motores, farmacêuticos e químicos, com impulso na exploração e aproveitamento do minério brasileiro, centrando no eixo produtivo do País em Minas Gerais e São Paulo onde se situavam todas as subsidiárias das indústrias americanas (PRADO JUNIOR, 1987).

Os investimentos esperados no Estado do Maranhão como a construção da estrada de ferro São Luís-Teresina unindo as bacias dos rios Itapecuru e Paraíba, a construção de estradas unindo os vales do Pindaré e Tocantins e o incremento da navegação fluvial nunca chegavam e deixava o Estado à margem do desenvolvimento. Fernandes (2003) afirma que havia um ciclo vicioso: o governo não construía a via férrea porque o que o Maranhão produzia mal sustentava a

navegação fluvial e a produção não se movimentava porque o transporte era péssimo. Exclusão e abandono caracterizavam o começo do século no Estado.

A estrada de ferro autorizada em 1905 começou a funcionar parcialmente em 1919 e apenas em 1923 foi concluída a ponte Benedito Leite, complementando o acesso da estrada de ferro à ilha de São Luís, atravessando o estreito dos Mosquitos.

A situação financeira e econômica do Estado era precária. A indústria o comércio, a navegação e a agricultura permaneciam sem avanços. A capital, São Luís não dispunha de serviços básicos como esgoto, água, transportes nem saneamento e já havia sido assolada pela peste e pela gripe espanhola. O Estado encontrava-se falido e recorreu a dois empréstimos internacionais na tentativa de resolver suas dificuldades.

Em 1907, o governador Benedito Leite solicitou empréstimo ao Banco argentino-francês que foi utilizado em socorro à Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em obras de saneamento da capital, reformas de escolas e prédios públicos. Não sendo suficiente, foi solicitado um novo empréstimo pelo Senador Magalhães de Almeida em 1923, cujo objetivo era dotar a capital de condições de salubridade, iluminação, abastecimento de água e esgoto, melhoria dos bondes que constavam no programa de Governo de Dr. Godofredo Viana. A capital, São Luís, com 50 mil habitantes não dispunha de serviços satisfatórios e suficientes.

A operação de crédito, no entanto, foi feita simultaneamente com o contrato das obras com a empresa America Ullen & Company, de Nova York. Em 1926 e 1928 mais dois novos empréstimos foram feitos para a conclusão dos serviços urbanos através da mesma Ullen Company, detentora do contrato de obras.

3.2.2 O Estado do Maranhão no Estado Novo do Governo Vargas: 1930-1945

O pensamento autoritário que entre as décadas de 30 e 40, proliferou no Brasil tem suas raízes no fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão, apesar de florescer em condições histórico-sociais diferenciadas daquelas da Europa (Caldeira, 1999). Esse pensamento interferiu na realidade brasileira seduzindo grupos significativos de brasileiros.

Dentre os vários segmentos identificados com essa nova ordem, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi, sem dúvida, o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantado no País. A Ação Integralista Brasileira (AIB) (1933-1937) foi uma organização política que se expandiu no país, embora mais concentrada em regiões do sul onde a imigração alemã e italiana foi expressiva. A AIB, no entanto, se estendeu também pelas cidades do interior e do nordeste, que eram maltratadas pela miséria e submetidas aos interesses do poder local e se deixaram seduzir pelas novas fórmulas de catequização política até o seu fechamento em 1937, por Getúlio Vargas.

Além destes aspectos, Caldeira (1999) em sua análise sobre a trajetória da ação integralista no Maranhão entre 1933 e 1937 ressalta que o Maranhão era um Estado onde o comando político tinha à sua frente lideranças cuja atuação remontava a décadas anteriores. Eram chefes políticos fortes, comandantes, e os integralistas aliaram-se a estas forças autoritárias. No Maranhão, o integralismo não conseguiu envolver as massas devido aos baixos índices de industrialização e de urbanização do Estado, bem como pela forte dominação de antigas lideranças.

Nesta época, o Estado do Maranhão de acordo com Anuário estatístico do Brasil e com os dados coletados na pesquisa em diferentes fontes⁹ já havia enfrentado várias epidemias, era deficiente de hospitais e grande parte da população era pobre e vivia no meio rural. Em 1935 o Estado possuía cerca de um milhão de habitantes, sendo que setenta mil habitavam na capital, São Luís. Os principais produtos econômicos eram o algodão e arroz e a atividade fabril contava com quarenta e quatro fábricas (figura 12).

O historiador maranhense Meireles (1992)¹⁰ relata que apresentaram ao ditador Getúlio Vargas um memorial preparado pela Associação Comercial do

⁹ Dados do IBGE, coleção da Associação Comercial-História do Comércio, livros raros e jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís.

¹⁰ A coleção "História do Comércio no Maranhão" de 1612-1895, v. I e II – 1986-1934, edição fac similar da Associação Comercial do Maranhão foi escrita pelo historiador Jerônimo de Viveiros (1884-1965) e complementada pelo historiador contemporâneo Mario Meireles em seu volume IV.

Maranhão antes da revolução de 1932, quando de sua visita aos Estados do Nordeste e do Norte. Vargas esteve em São Luís em 29/09/1931.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA 27						
ESTADO DA POPULAÇÃO						
I — POPULAÇÃO DO BRASIL NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS						
1. DISCRIMINAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO						
a) Resumo — 1872/950						
REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE					
	1.º-VIII-1872	31-XII-1890	31-XII-1900	1.º-IX-1920	1.º-IX-1940	1.º-VII-1950
Norte						
Guaporé	36 935
Acre	92 379	79 768	114 755
Amazonas	57 610	147 915	249 756	363 166	438 008	514 099
Rio Branco	18 116
Pará	275 237	328 455	445 356	983 507	944 644	1 123 273
Amapá	37 477
Nordeste						
Maranhão	360 640	430 854	499 308	874 337	1 235 169	1 533 248
Piauí	211 822	267 609	334 328	609 003	817 601	1 045 696
Ceará	721 686	805 687	849 127	1 319 228	2 091 032	2 695 450
Rio Grande do Norte	233 979	268 273	274 317	537 135	768 018	967 921

Figura 12 - Estatísticas populacionais

Fonte: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1992)

O memorial subscrito por toda a diretoria da Associação Comercial do Maranhão afirmava que: “estavam certos de que o governo central não faltaria com o concurso de que carecia o novo delegado e interventor Antônio Martins de Almeida para que pudesse alcançar o êxito na gestão da coisa pública e que haveria de proporcionar os meios que libertariam o Maranhão dos compromissos da ordem financeira que o atormentavam, pondo a salvo das dificuldades que vinham mingando as suas fontes de riqueza, estiolando o trabalho da lavoura e jugulando o desenvolvimento e a expansão econômica.

O memorial alertava para problemas como a baixa na produção de algodão, arroz e babaçu; para a dívida externa decorrentes de empréstimos com a França em 1912, como os EUA em 1928 e com o Banco do Brasil. Chamava a atenção para os problemas das vias de comunicação para escoamento e circulação de gêneros e mercadorias; para a inexistência de rodovias e existência de apenas uma única estrada de ferro São Luis-Teresina em estado muito precário; mostrava ainda a necessidade de drenagem e dragagem dos rios Itapecurú, Pindaré e Mearim com intuito de assegurar a navegabilidade e insistia na necessidade de construção

do cais da alfândega e obras contra o assoreamento do Porto de São Luís ou até mudança do mesmo.

As dificuldades encontradas à época no Estado, não foram resolvidas pelo ditador e sequer pelos seus interventores. O Maranhão, neste período, teve nove governadores discricionários. Meireles (1992) afirma que houve momentos de muitas mudanças no governo marcado pela estagnação econômica e desequilíbrio orçamentário. Posteriormente, as mudanças no governo ainda estariam por acontecer. Com a indicação de Vargas, entre os anos de 1930 e 37 governaram o Maranhão sete interventores, cujos mandatos foram marcados por conflitos políticos.

As medidas autoritárias da “era Vargas” iniciaram com a suspensão da Constituição de 1891, o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas, das câmaras municipais e culminaram com a indicação de interventores militares ligados ao tenentismo para chefiar os governos estaduais. Promulgada a nova constituição a assembleia instalada em 1935 poria fim ao governo de interventores e elegeu de forma indireta o Dr. Aquiles Lisboa (1935-36) e em seguida foi indicado o interventor Paulo Ramos (1936-37).

3.2.2.1 O interventor Paulo Ramos: 1937-1945

Dentre os representantes de Getúlio Vargas que governaram o Estado do Maranhão destacou-se o interventor Paulo Ramos que permaneceu no cargo entre 1937 e 1945, como Governador e interventor.

Paulo Ramos era maranhense, alto funcionário do Ministério da Fazenda, advogado e homem de confiança do presidente Vargas.

Meireles (1992) explica que ele foi designado com a missão de acabar com as crises políticas no Estado, constituindo uma nova correlação de forças, além de controle financeiro, com contenção de despesas e aplicação racional de recursos.

No documento de Moraes Filho (1938), observamos no capítulo que trata dos “*Municípios e do Estado novo*” que a constituição outorgada em 10 de novembro de 1937 devolveu a autonomia aos municípios, que vinham sendo abandonados pelo poder. Consta neste documento o retorno aos direitos à escolha de vereadores, de cobranças de taxas e impostos e da organização de serviços públicos.

O documento reforça a ênfase dada pelo interventor Paulo Ramos às questões relativas à capital em detrimento aos municípios do interior do Estado. Observa também que a prioridade aos municípios do interior do Estado era dada de acordo com a ação dos integralistas.

Dentre os princípios da administração de Paulo Ramos observamos o tratamento que pretendia dar o chefe da nação sobre os principais e urgentes problemas administrativos do Maranhão e das grandes reformas exigidas pelas novas instituições políticas ou aconselhadas pelos seus preceitos os quais impunham uma pronunciada compressão nas despesas públicas.

No relatório apresentado pelo interventor Paulo Ramos ao Presidente Getúlio Vargas em 1939, Ramos (1939) afirma que quando assumiu o cargo em 1936 encontrou o Estado em condições adversas, além dos efeitos das lutas partidárias, das crises políticas havia os fatores negativos, dentre eles os municípios do sertão estavam abandonados e esquecidos.

Ramos (1939) ressalta que no discurso proferido em 1933 por Getúlio Vargas, o presidente afirmava que agora era a “*hora do Maranhão*”. Este discurso foi proferido durante uma viagem aos estados do Norte quando Vargas conheceu de perto as condições econômicas e sociais das várias unidades da federação e estabeleceu que as prioridades do governo estivessem no desenvolvimento econômico, no equilíbrio financeiro, na solução dos problemas dos transportes, da justiça, instrução, saúde, agricultura, pecuária e segurança pública.

A situação geral econômica do Estado do Maranhão é freqüentemente relatada nos jornais da década de 30¹¹ que denunciam uma situação de decadência do Estado:

É incontestável a decadência econômica do Maranhão. Estado dos mais ricos da união, não oferece, entretanto possibilidade imediata de alevantamento. A linguagem iniludível das realidades sociais empolga e convence muito mais do que os mais derramados artigos deste jornal. Estudar a questão do nosso esplendor e da nossa decadência econômica é tarefa, assa árdua, porque obriga a um recuo bem longo na nossa história (LOPES, 1937, p. 1).

Nesse período de decadência, “*Alcantarizar-se*” virou, sinônimo de abandono, arruinamento, destruição e tristeza, uma espécie de reflexo da crise do

¹¹ Acervo de obras raras da biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís. Jornal Diário do Norte, abril de 1936-37, tendo como Redatores chefe: Antonio Lopes.

Estado do Maranhão observada na Capital. As políticas públicas enfatizavam a renovação urbana da capital em detrimento aos municípios do interior do Estado.

São Luís é uma cidade de poucas alegrias. Decadente e triste, a nossa capital alcantariza-se de dia para dia. Vivendo entre ruínas, o maranhense quer, no entanto ter alma nova sente a inevitável e linda alegria de viver. Os Escombros não fazem bem a todas as ânsias moças da vida. Mas, como procurar fugir do espetáculo de tristeza e desolação de nossa cidade. Marchamos e nisto esta o nosso progresso para uma "Alcantarização" [...] (Diário do norte, 1936).

Observamos no relatório de Ramos (1939, p. 77), relativo ao Departamento da municipalidade sobre as prefeituras do interior que:

[...] as cidades estavam abandonadas ao seu próprio destino durante quase meio século, as nossas municipalidades ao rebentar a revolução de outubro, encontravam-se em precária situação em que sempre estiveram desde a queda do império. De quem é a culpa? Dos seus administradores? Em parte, mas principalmente da extrema liberdade da carta constitucional de 91 que concedeu aos municípios menos preparados a mesma autonomia dos grandes Estados.

3.2.2.2 Renovação urbana de São Luís e o abandono do interior

No Governo do interventor Paulo Ramos houve uma grande mudança no perfil da capital do Estado, São Luis, entre a década de 30 e 40. Este arrojado projeto de acordo com o historiador Meireles (1992), inicialmente foi um plano do conceituado técnico da secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal que o governador Ramos importou do Rio de Janeiro. O jovem urbanista era o engenheiro Otacílio Sabóia Ribeiro¹² (1899-1967) que foi prefeito da cidade de São Luis em 1936 e que tinha um plano de transformar a velha capital maranhense de perfil colonial com ruas estreitas em uma cidade de feição moderna, retilínea, com avenidas largas e espaçosas.

Em mensagem a Câmara municipal depois de empossado prefeito assim se manifestou: Chamado a esta cidade, aqui cheguei com o mais sincero otimismo, trazendo a decidida vontade de romper com a rotina que estava conduzindo a cidade a uma ruína muito próxima. (Marques,2008,p.653):

O prefeito Otacílio criou uma comissão para elaborar o plano da cidade, integrada por figuras representativas da sociedade com vistas à remodelação a

¹² José Otacílio Sabóia Ribeiro foi atuante urbanista brasileiro. Em 1937 ingressou como professor na cadeira de urbanismo da Faculdade Nacional de arquitetura da Universidade do Brasil.Ocupou o cargo de coordenador do curso de urbanismo.www.urbanismo.br/org

capital, mas não foi bem entendido por alguns setores expressivos da sociedade, sobretudo a Associação comercial que desencadeou contra ele uma campanha difamatória. Diante da apresentação à Câmara dos recursos necessários à obra, que eram superiores a possibilidade do erário, houve uma grande polemica que culminou na exoneração do prefeito do cargo.

Marques (2008, p.653) explica que na realidade houve reação contra os custos e impostos gerados, pois a Prefeitura, para fazer face as despesas das obras, principalmente as viárias, com base na constituição de 1934, criou mais tributos e aumentou impostos.

Parte deste plano foi executada pelo seu sucessor o Prefeito Pedro Neiva de Santana que administrou São Luis entre 1937 a 1945, até o final do período da gestão do interventor Paulo Ramos. Em sua gestão Santana promoveu obras de relevância urbanística .

Na revista Athenas¹³, de 1940, podemos observar as imagens das obras de modernização da capital São Luís, à época em que Paulo Ramos era interventor (figuras 13A e B e 14). Nelas, se encontram respectivamente: o Quartel 24 Batalhão de caçadores; o Palácio do comércio (hoje Hotel Central) e Palácio da educação atual Liceu Maranhense.



Figura 13a - Palácio do Comércio (A) e Palácio da educação (B)
Fonte: Imagens e postais da revista Athenas, 1941

¹³ Revista Athenas, junho de 1941, n.º. 23-30. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 13 - Palácio do Comércio (A) e Palácio da educação (B)
 Fonte: Imagens e postais da revista Athenas, 1941

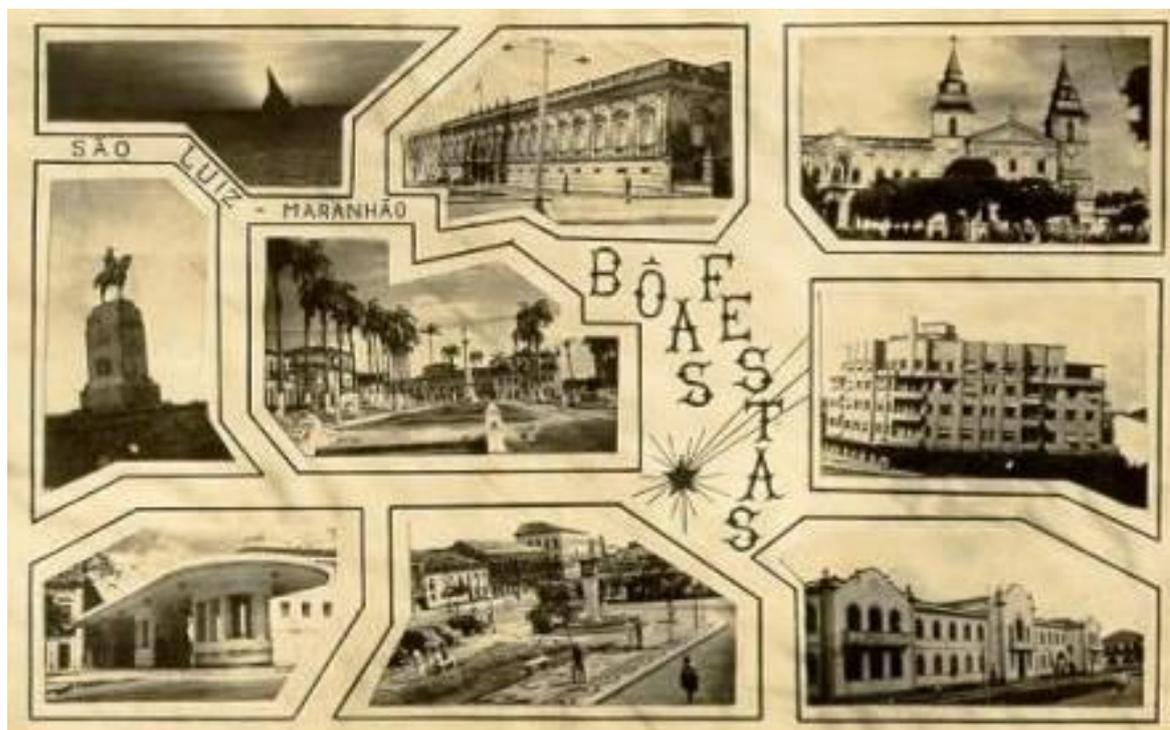


Figura 14 - Monumentos modernos, postal de natal
 Fonte: Acervo do Museu de Artes Visuais do Maranhão

Esta renovação urbana no centro de São Luís feita com muitas demolições na busca pela “imagem *moderna da cidade*” foi influenciada pelas idéias higienistas das renovações urbanas executadas pelo prefeito Haussmann, de Paris e pelas obras da abertura da avenida central no Rio, na gestão de Pereira Passos, cidade onde o governador Paulo Ramos trabalhava como funcionário do Ministério da Fazenda, antes de assumir o governo do Maranhão.

Hoje as novas estratégias de reabilitação de centros históricos evitam as demolições de estoques urbanos existentes promovendo o aproveitamento e integração dos prédios. A prática da demolição muito comum no início do século tem sido substituída por uma visão da conservação urbana integrada. De acordo com a Carta de Lisboa *renovação urbana* é uma ação que implica na demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Desta forma todo o padrão da arquitetura tradicional foi substituído na avenida pela linguagem arquitetônica vigente que refletia a chegada do moderno através do eclético e do *art déco* (Carta de Lisboa, 1995).

Em São Luís, uma das principais obras realizadas por Paulo Ramos e Pedro Neiva de Santana foi a abertura da Avenida chamada 10 de Novembro que posteriormente faria homenagem a José Maria de Magalhães de Almeida oficial da Marinha, deputado, Senador e Governador do Estado (figura 15).



Figura 15 - Postal da construção da Avenida Magalhães de Almeida em São Luís
Fonte: Acervo do Museu de Artes Visuais do Maranhão

As obras promovidas na capital pelo prefeito Pedro Neiva de Santana foram a triplicação em largura da Rua do Egito até o largo do Carmo, rumo ao norte até a Avenida Beira Mar e a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, rasgada em diagonal conforme podemos observar no mapa abaixo de 1950. A ligação do centro com os novos bairros seria feita posteriormente pela Avenida Getúlio Vargas onde exemplares da nova arquitetura como “bungalows” e casario eclético e moderno se mesclariam com a tradicional arquitetura colonial luso brasileiro do centro histórico de São Luís. O nome da nova avenida foi uma clara homenagem ao Governo Vargas

A mudança do traçado na planta ortogonal de São Luís pode ser observada na cartografia do século XX, nos mapas de 1912 e 1950. Podemos notar o eixo diagonal de abertura da nova Avenida Magalhães de Almeida (figuras 16 e 17).

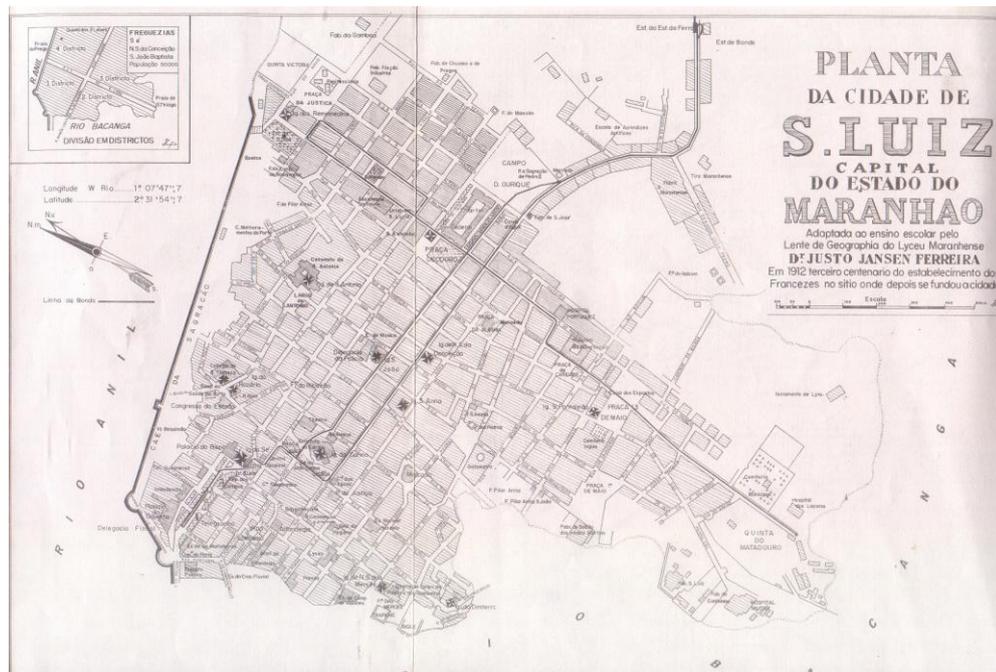


Figura 16 - Planta de São Luís em 1912 – Justa Jansen
Fonte: Marques (2008)



Figura 17 - Planta de São Luís em 1950, detalhe para a diagonal da Avenida Magalhães
 Fonte: Álbum Miércio Jorge, acervo BPBL

Enquanto a capital São Luís, se modernizava, os municípios do interior, excluídos do processo de industrialização entravam em decadência econômica e isolamento.

Este foi o caso de Alcântara, cujo processo de isolamento foi analisado pelos consultores internacionais da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que em visita técnica a São Luís e Alcântara. Eles alertavam o processo de fragilidade urbana e econômica e desconexão dos mercados nacionais e regionais de Alcântara e da necessidade de tombamento para preservação do conjunto em franco estado de arruinação.

A governança do Estado, conforme Meireles (2001) afirma, estava ligada as classes empresariais e em mãos de figuras exponenciais do Estado Saturnino Belo e Francisco Aguiar, de firmas exportadoras bancos e fabricas Sebastião Archer, de Codó, chefe da Companhia Manufatureira Agrícola e Eugenio de Barros dono da fábrica Sanharó.

A produção agro-industrial maranhense do final do século XIX alternava-se em concorrências, sendo superada pelo mercado internacional que era um grande entrave para os focos do progresso de pouca durabilidade, articulado pela

transição do escravismo para o assalarialismo, onde o Maranhão gradativamente perdia posições no contexto brasileiro.

O declínio da economia maranhense no final do século XIX acarretou em último momento na formação do parque industrial, visto que a aristocracia rural necessitava urgentemente de uma nova atividade que transformasse o panorama da crise ocasionada pela falência em massa dos engenhos e fazendas algodoeiras.

O investimento na transferência de atividade impulsionou um crescimento periódico baseado nas indústrias de pequeno e médio porte voltados para a produção de bens de consumo: calçados, produtos têxteis, fósforo, pregos, etc.

A inexistência de um setor agrícola forte, principalmente algodoeiro, assim como a falta de indústria de base, o frequente êxodo rural e a venda de grandes propriedades rurais a preços baixos ocasionou a crise do parque fabril, pois a euforia da indústria, além de passageira, impulsionou o aumento da dependência econômica do Estado, bem como sua decadência frente ao restante do país, pois muitas fábricas, não saíram da planificação deixando, portanto, uma parcela da indústria têxtil como responsável pela manutenção da economia local. Fragilizada a economia fabril, dependia exclusivamente das flutuações do mercado internacional e das pequenas quedas dos seus concorrentes, por consequência sobrevive até a metade do século XX. É neste contexto, após os ciclos do algodão, do açúcar e do arroz que surge o babaçu como esperança de renascimento da economia maranhense.

3.2.3 Vitorino Freire e Sarney

Em 1945, o governo Paulo Ramos entra em franca desvantagem face ao desprestígio do Governo Vargas o que acarretaria na sua renúncia na interventoria do Estado dando assim a oportunidade de surgimento de uma nova força política, que se consolidaria pelos próximos 20 anos, denominada Vitorinismo.

Cabral ¹⁴ explica que Paulo Ramos não foi bem sucedido na montagem de uma engrenagem que lhe desse sustentação política após a queda do Estado Novo, tendo renunciado ao cargo e ingressado no PTB. A saída de cena do ex-interventor,

¹⁴ Cabral, Wagner .crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão 1945/1970. In www.fundaj.gov.br Professor da Universidade federal do Maranhão.

junto com outros fatores, permitiu a ascensão à chefia política estadual de Victorino Freire.

Victorino Freire nasceu em Pernambuco, onde, na condição de tenente, apoiou o golpe de 1930. No Maranhão, sua história começa em 1933, quando assume a chefia do gabinete do interventor Martins de Almeida, cumprindo funções burocráticas. organizar o Partido Social Democrático (PSD) com vistas às eleições de outubro de 1934 . Depois de uma fracassada tentativa de eleger parlamentares, no âmbito federal e estadual, viaja para o Rio de Janeiro, a convite do presidente Getúlio Vargas, para assumir um cargo na Câmara Federal e exercer o posto de Ministro da Viação e Obras Públicas.

Ele remete verbas ao Estado e nomeia aliados para cargos estratégicos. Victorino Freire, retorna ao Maranhão na década de 40, a fim de articular a campanha do candidato a presidente, Eurico Gaspar Dutra, seu amigo pessoal. É nessa década que Victorino monta a sua trajetória rumo ao poder, exercido até meados da década de 60, quando José Sarney assumiu o controle do Estado. A ascensão de Victorino está vinculada às benesses que recebe do governo federal; a ausência de um grupo político que lhe fizesse oposição; bem como a sua articulação política em torno do principal partido nacional, o PSD.

De acordo com Zulene Barbosa¹⁵ em seu artigo sobre “as temporalidades da política no Maranhão” a liderança de José Sarney foi associada ao domínio político de Vitorino Freire, chefe oligárquico que controlou a política maranhense entre 1946 e 1965. Membro da chamada geração 50, Sarney tornou-se o candidato das oposições coligadas pela UDN (partido que, mais tarde, deu sustentação ao movimento militar de 1964), combatendo o Vitorinismo.

A pesquisadora afirma que o grupo Sarney e seu projeto de dominação na política regional e local, estão vinculados ao discurso de modernização econômica desde 1965. A base ideológica desse projeto foi construída sob o mito do passado de um Maranhão de prosperidade. Personalizando o projeto de um “Maranhão Novo”, José Sarney iniciou sua trajetória no comando da política maranhense.

¹⁵ Barbosa ,Muniz Zulene . As temporalidades políticas do Maranhão, in www.pucsp.br/neils. professora da Universidade Estadual do Maranhão

4 ALCÂNTARA : Apogeu e Declínio

“[...] Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles [...]” (CALVINO, 2002, p. 59).



Foto 1 - Imagem das ruínas do Imperador, em Alcântara
Fonte: Marcio Vasconcelos, em 2010

Este capítulo faz uma narrativa sobre o apogeu e declínio da cidade de Alcântara, com foco no século XX, na perspectiva de construir uma cronologia para compreender as temporalidades históricas, organizando por datas as informações coletadas na pesquisa empírica. Aborda brevemente o século XVIII, momento de apogeu da cidade para depois tratar das razões de seu declínio. No século XX, inicia-se a narrativa a partir do relato de 1904 dos médicos Victor Godinho e o Adolpho Lindenberg que comparam o abandono da Rua da Amargura de Alcântara às ruas de Pompéia, devastada pelo Vesúvio na Itália. Mesmo considerando as

diferentes causas e temporalidades, a metáfora utilizada serve para ilustrar o arruinamento visto pelo viajante.

Entre 1904 e 1906 há as imagens inéditas das ruínas de Alcântara que ilustram os textos da “Revista do Norte”; em 1908 as fotografias de Cunha (1987), produzidas para Exposição Nacional do Rio de Janeiro com os monumentos que restavam da cidade já decadente, omitindo as ruínas; em 1912 o relato das impressões do viajante francês Paul Walle; em 1927 os debates no jornal “O Imparcial” sobre a demolição das ruínas e de 1936 sobre a “alcantarização” da capital, quando a cidade passa a ser então, sinônimo de ruínas.

Em 1948, o decreto de tombamento de Alcântara em patrimônio nacional demonstra o claro interesse na preservação e é seguido em 1950 da decisão de transformação do principal edifício da cidade em presídio de segurança máxima. Dados da enciclopédia dos Municípios de 1950 e do álbum de Miércio Jorge contextualizam este período de estagnação econômica e social.

Constatamos na pesquisa realizada no acervo de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís¹⁶ que em Alcântara o processo de decadência foi intenso, contextualizada pela falência dos ciclos econômicos do Estado, do algodão, cana de açúcar, das fábricas e até do babaçu. Mas não podemos omitir que este processo foi também reforçado pelas decisões políticas e pela existência de um discurso recorrente dos intelectuais e técnicos sobre o declínio da cidade de Alcântara.

4.1 Alcântara: antecedentes da decadência

A história social, econômica e política de Alcântara foi contada pelos autores maranhenses Viveiros (1999) e Lopes (1957) e Lima (1998). No início era *Tapuitapera*, a aldeia dos índios tapuios que exerceu importante papel na conquista do Maranhão nos primórdios da colonização.

A aldeia Tapuitapera recebeu a visita dos franceses que já percorriam a costa do Maranhão desde o século XVI e fundaram a cidade de São Luis em 1612, no intuito de concretizar o sonho da França Equinocial e dos holandeses em 1646,

¹⁶ Revista do Norte e Jornal “O Estado do Maranhão” e “O Imparcial” de 1904 a 1910, 1927- 30-40 e 1970” do setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão.

dois anos antes de fundação da vila de Alcântara, período que invadiram a capital São Luis entre 1640-46, conforme nos conta Lopes (1957, p.169-173).

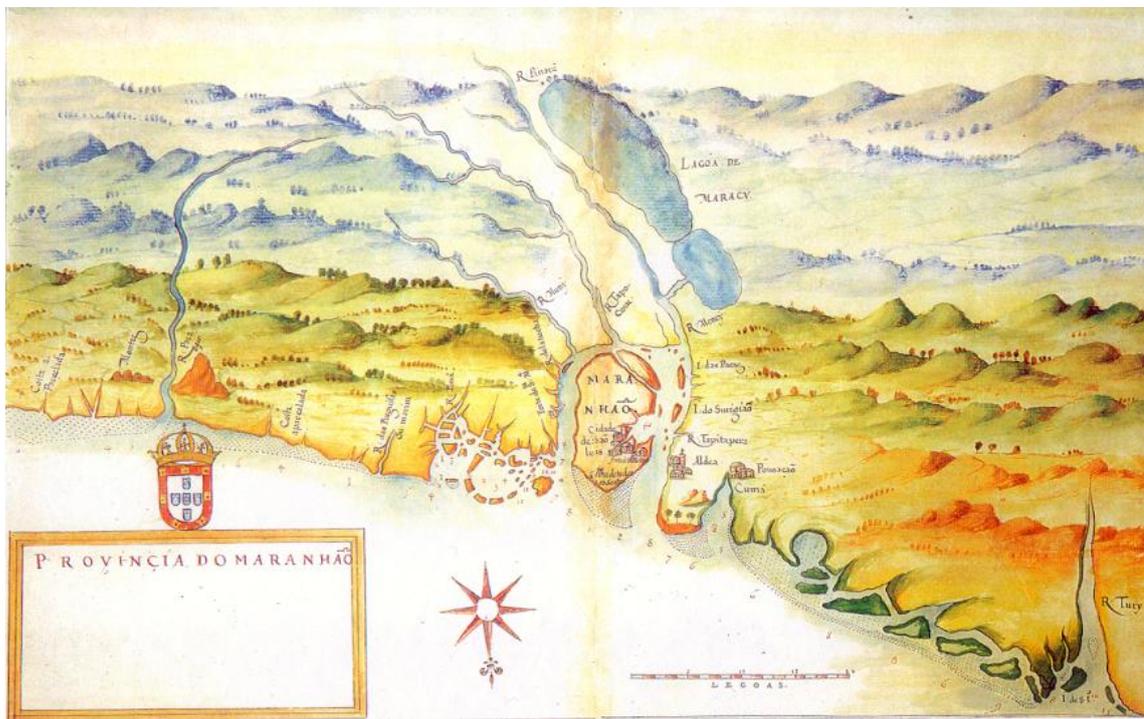


Figura 18 - Mapa do Maranhão em 1631 de João Teixeira Albernaz
Fonte: Mapoteca do Itamaraty – RJ

Por sua localização estratégica, guardando a Baía de São Marcos no lado oposto à São Luis, a vila religiosa foi fundada pelos portugueses em 1648, com a denominação de Santo Antônio de Alcântara, sede da capitania de Cumã. Implantada num promontório, instalou na praça principal o pelourinho e câmara municipal símbolos da coroa portuguesa.

A transição do século XVII para o XVIII é marcada pela presença dos agentes da formação histórica: as ordens religiosas, os índios e a coroa portuguesa, concretizando as disputas pela ocupação do território. A Villa eleita em 1648 segue até 1700 sem grandes transformações, com sua pequena estrutura em torno das edificações religiosas. A vila viveu seu apogeu no século XVIII, quando foi a sede da aristocracia agro-exportadora do algodão,

O século XVIII será um momento do apogeu econômico e social com a ascensão da aristocracia rural agro-exportadora de algodão impulsionada pela Cia Grão Pará- Maranhão, trazendo mudanças à estrutura urbana da Vila de Santo

Antonio de Alcântara. O modelo urbano e arquitetônico adotado foi o alçado Pombalino¹⁷ que foi um padrão arquitetônico estabelecido pelo Marques de Pombal na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755.

O esforço desta reconstrução significou um marco de mudança no planejamento urbano da Colônia com profundas influências no traçado e na arquitetura das vilas e cidades do Brasil do século XVIII. Este planejamento urbano pode ser observado no mapa de 1755, onde percebe-se a transformação da aldeia indígena e religiosa na Villa estruturada com seus eixos de crescimento. Ruas e quadras configuram o traçado urbano .

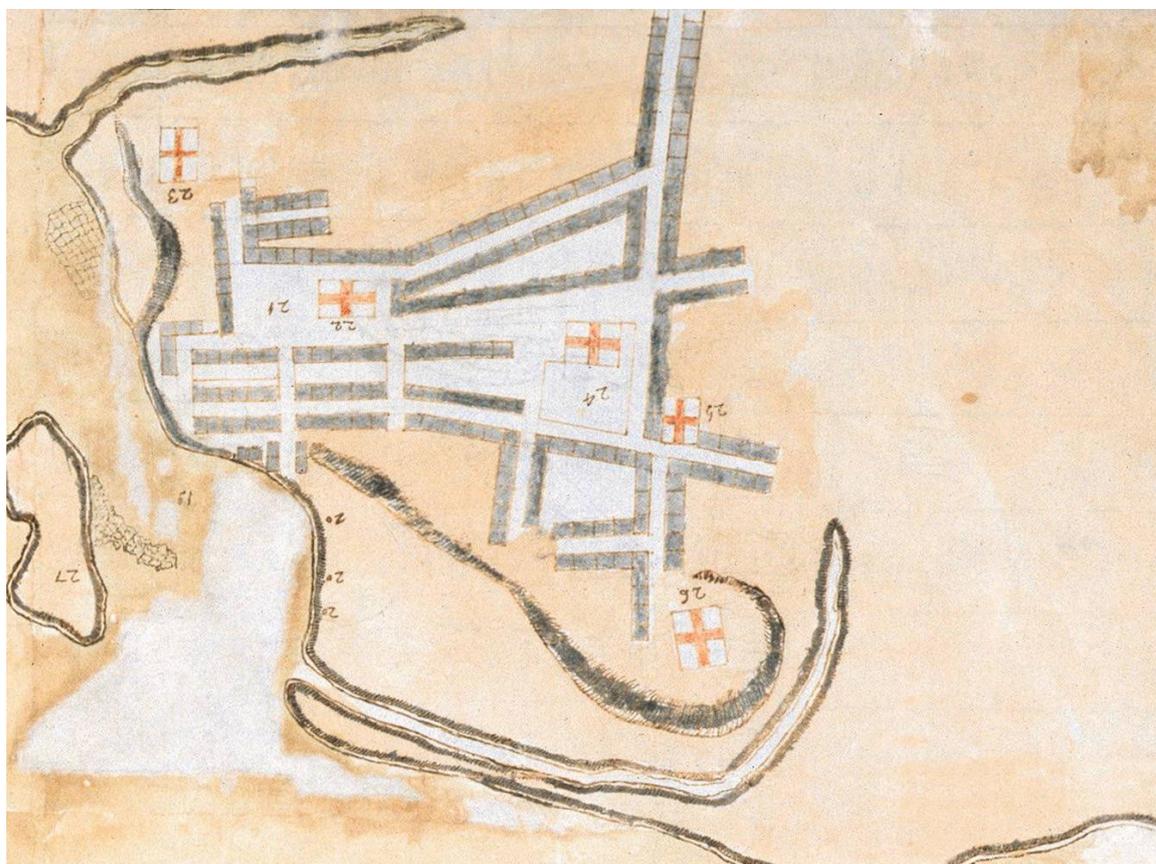


Figura 19 – Planta da Vila de Alcântara 1755,
Fonte: REIS Filho, Nestor Goulart. 2000

Na metade do século XIX, de acordo com Viveiros (1992), trabalhavam na freguesia principal e outras do município de Alcântara sete a oito mil escravos e moviam-se quinze engenhos de açúcar, cento e vinte fazendas de lavoura de mandioca, arroz, fumo, algodão e outros gêneros e umas quarenta fazendas de

¹⁷ Pelouro da Reabilitação dos núcleos históricos. Câmara municipal de Lisboa. 1993. Pág. .32-34 in O terremoto e a Lisboa iluminista.

gado. Até meados de 1880, a cidade era próspera. Com a abolição dos escravos e a mudança dos mercados produtores e exportadores no final século XIX, a cidade entra em declínio. A elite se transfere para a capital, São Luís, abandonando seus engenhos e fazendas.

Porém, nas décadas seguintes, vários fatores históricos irão impulsionar o início da decadência de Alcântara. Durante a primeira metade do século XX, a cidade permanece em estado de letargia. Não houve projetos ou atuação políticas no sentido de reverter a estagnação sócio-econômica que tantos reflexos trazia para o tecido urbano. Seus edifícios sofrem um processo de arruinamento decorrente, não somente do abandono, como também do vandalismo da população empobrecida.

Diante deste quadro de fragilidade e vulnerabilidade do patrimônio construído de Alcântara o IPHAN decide em 1948 tombar o conjunto histórico da cidade. No entanto, as políticas públicas estaduais e federais não contribuíram para o incremento econômico da cidade nem para reversão do estado de conservação dos imóveis. A decisão de instalar o presídio de segurança máxima do Estado do Maranhão entre 1959 e 1965 acentuou sua exclusão e arruinamento.

Alcântara também foi excluída do ímpeto industrial (1890-1960) do Estado do Maranhão e o modelo de governos autoritários do Estado do Maranhão também se reproduziu na cidade por décadas e não levaram novos investimentos nem novas perspectivas econômicas ao município.

Os entraves citados por Gaioso (1970) que foram responsáveis pela decadência da lavoura no Estado do Maranhão são percebidos no processo de decadência econômica e social de Alcântara, uma vez que a aristocracia rural não se preparou no período da prosperidade para as dificuldades. A falta de braços, de técnicas alternativas para a produção e a falta de terras permanecem no século XIX e XX como entraves de uma sociedade rural centrada na monocultura. A elite ficou absorvida em disputas políticas partidárias e não formou sua população para a prática rural. Posteriormente a industrialização não atinge esta região e a falta de imigrantes na região devido ao clima, desestimula as novas colônias configurando novos entraves ao desenvolvimento da região.

4.2 A Elite Alcantareense :Fidalgos e Barões

Viveiros (1999, p. 92-93) explica que Alcântara teve forte influência política no Senado. Durante os 63 anos de duração do Senado as províncias foram representadas por 229 senadores sendo cinco oriundos da cidade de Alcântara, portanto 38% do total.

No conselho da Coroa, Alcântara teve dois representantes: Gomes de Castro e Franco de Sá. Ao baronato foram elevados quatro alcantarenses: Barão de Mearim (1849), São Bento (1853); Pindaré (1854) e Grajaú (1884). Segundo o autor o domínio dos alcantarenses era tanto que se falecesse algum dos senadores pelo Maranhão, seria privilégio de Alcântara escolher um dos seus para substituto.

Os filhos dos aristocratas alcantarenses estudavam em Coimbra, em Paris e na Filadélfia. Esse movimento favoreceu a formação de uma elite cultural qualificada em universidades européias e americanas e que retornava para o Estado e acabava por exercer grande influência política e social.

Em alguns casos, a formação obtida não se adequava às atividades agrícolas e rurais dos engenhos e casas grandes. Exemplo disto foi o *Barão de Pindaré*, Antonio Pedro da Costa Ferreira (1778-1860) que cursou humanidade em Coimbra e voltou à Alcântara para administrar a fazenda do pai, mas acabou sendo um dos arautos do movimento da independência no Maranhão. Foi também senador pela Regência Trina e a Coroa concedeu-lhe o título de Barão em 1854. Outro caso semelhante foi o de Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho (1819-1860) que doutorou-se em matemática em Coimbra. Regressando entrou nas lutas políticas e foi agraciado pelo Imperador, em julho de 1836, com o título de o *Barão de São Bento* com o foro de fidalgo cavalheiro da casa imperial. Constatamos, portanto, que inadequação à vida rural levou os aristocratas a desempenharem papéis políticos fora de Alcântara e a se afastarem das questões locais.

Essa elite era sustentada pelos engenhos, salinas e plantações de algodão movido pelo trabalho escravo. Segundo Moraes Filho (2000), os descendentes das antigas famílias da província, a quem pertencia o monopólio do comércio, não herdaram as características empreendedoras de seus ancestrais. O autor defende ainda a tese de que uma das causas da decadência da economia foi

porque grande parte destes descendentes da aristocracia não entendia nada de lavoura e de criação.

As lutas políticas também eram fortes entre os dois partidos políticos: o partido liberal e o partido conservador que dividiam as famílias alcantarenses, com profundas incompatibilidades políticas.

A partir de 1890 com a proclamação da república e a decadência econômica, a elite já desconectada das questões locais abandona de vez a cidade. As propriedades privadas no interior do município de Alcântara foram doadas para escravos, sendo nomeadas as “terras de preto” e as terras religiosas que foram abandonadas ainda hoje são nomeadas como “terras de Santo”.

4.3 A não-industrialização /A não-imigração

Dentre os fatores que contribuíram para a decadência da cidade, além da abolição dos escravos, atribui-se que o maior deles foi o incremento da indústria açucareira da província. O ciclo tardio do açúcar em Alcântara, também não consolidou transformações econômicas. A elite dominante abandonou suas terras mudando-se para a capital e lavouras foram migrando para outras cidades às margens do Rio Itapecurú mais adaptadas ao plantio.

As terras alcantarenses eram muito arenosas, próprias à plantação de mandioca, milho, batatas e feijão, mas impróprias para o cultivo do arroz e da cana. A lavoura canavieira encontrou seu habitat natural nas margens dos rios Mearim, Pindaré e Itapecurú incentivados pela navegação fluvial a vapor que favoreceu a movimentação da produção.

Desta forma o eixo de produção maranhense se voltou para o Vale dos Rios Itapecurú e foram eleitas outras cidades, como Caxias, para sediar as novas fabricas.

Alcântara não consegue neste período superar os entraves e fica excluída da rede agro exportadora e comercial. O ímpeto fabril (1890-1960) não chegou à cidade de Alcântara, embora o município tenha sido um grande produtor de algodão. Além do Algodão, Marques (2008) registra a existência de pequenas culturas, tais como: as salinas que restaram dos jesuítas, pequenas fábricas caseiras de velas de

ceras, olarias do tempo dos carmelitas e também a fabricação de redes fortes e panos grossos de algodão.

Em 1891 houve uma tentativa fracassada para salvar a economia da cidade e incentivar a implantação de uma fábrica. O “Diário do Maranhão” registrou a fundação de uma fábrica de fiação e tecidos alcantarenses, mas o projeto não foi realizado e a fábrica nunca chegou a funcionar. No dicionário Histórico e geográfico do Maranhão, (MARQUES, 2008) ¹⁸ há uma transcrição de um artigo do jornal maranhense de 1892 com o apelo pela instalação de uma fabrica em Alcântara:

[...] Como vimos nos jornais desta capital a noticia de que alguns capitalistas da cidade do Pará pretendem montar uma fabrica de fiação e tecidos de algodão nesse Estado, vamos lembrar-lhes essa velha cidade de Alcântara, onde ainda há alguns prédios que se compram barato, havendo muitas pedras das casas demolidas para a construção da dita fábrica./Além do perímetro dessa cidade há a fonte pública da Mirititua, e o pitoresco sítio de Nazaré, onde há abundância de água, e portos de embarque com todos os cômodos./temos pessoal para custear qualquer fábrica e muitas famílias que ficaram reduzidas à miséria com a lei da abolição terão onde ir ganhar o pão. Aqui, além de termos os materiais baratos, o clima é saudável e o passadio é mais barato do que na capital, onde já há tantas fábricas de fiação e tecido./acresce ainda para cá uma grande vantagem que o algodão produzido em Pericumã, Pinheiro e Santo Antonio das Almas é remetido para a capital com escalas por aqui. Esta cidade, que outrora já foi importante, pode ainda reviver com o estabelecimento de algumas fabricas, não só porque esta situada perto da capital, como porque tem ótimo porto e está colocada numa península possuindo bons terrenos para o plantio de algodão (MARQUES, 2008, p. 99).

O município de Alcântara era um dos mais pobres, segundo consta no relatório teve como receita em 1937 de 19\$300 e em 1938 de 21\$960, observou abaixo o quadro de receitas, do Estado onde se constata que a situação precária econômica do município (RAMOS, 1938) (quadro 1).

Arrecadação dos municípios em 1936	Valor
Alcântara	17:500\$00
Bacabal	119:000\$00
Araioses	118:000\$00

¹⁸ Verbetes Alcântara p. 91 a 104- Jomar Moraes, historiador e presidente da Academia Maranhense de Letras reeditou o Dicionário Cesar de Moraes (2008). verbetes e notas auxiliares. Este dicionário só possuía duas edições de 1870 e 1970.

Caxias	353:000\$00
Codó	185:000\$00
Coroatá	185:000\$00
Pedreiras	101:000\$00

Quadro 1 – Valores da arrecadação dos municípios em 1936
Fonte: Ramos (1936)

Outro fato importante que consta no relatório era que o interventor Paulo Ramos apostava no Babaçu como esteio econômico. Ramos (1939) afirma no relatório: “estar convencido de que o babaçu transformaria o Maranhão no mais prospero Estado do Brasil”. No ano de 1936-38 a exportação do produto já superava o algodão. A economia dos pequenos empreendedores resistia na tentativa de novas alternativas econômicas como o Babaçu, o sal e outras culturas menores (quadro 2).

Exportação em 1936		Exportação em 1938	
Algodão	27.856 kg	Algodão	27.856 kg
Babaçu	414.122 kg	Babaçu	414.122 kg
Arroz	159.00 kg	Arroz	159.00 kg

Quadro 2 – Comparativo das exportações de 1936 e 1938
Fonte: Ramos (1936)

No arquivo público do Estado do Maranhão, encontramos um caixa de documentos encaminhados a Coletoria Federal de Alcântara em obediência ao artigo 111 do regulamento do “Imposto de consumo” da época que obrigava pequenos produtores a relatarem seus lucros ou prejuízos em 1938.

Nesta documentação, há relatos da produção de 2000 kg de sal, além pequenas produções de açúcar pelos engenhos ariquipá e santa estela e engenho São Luís. O que comprova a existência dos pequenos empreendimentos na tentativa de subsistir economicamente após a decadência do algodão.

O Instituto Nacional do Sal foi organizado por lei federal em 13 de maio de 1957: conforme decreto abaixo:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faz saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e sanciona a seguinte Lei que denomina Instituto Brasileiro do Sal, dando-lhe nova organização:

Art. 1º O Instituto Nacional do Sal (I.N. S), que passa a denominar-se Instituto Brasileiro do Sal (I.B.S.), entidade autárquica com personalidade

jurídica e patrimônio próprio, sede e fôro na Capital Federal, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e com jurisdição em todo o território nacional, é o órgão da intervenção do Estado na economia salinera. Com objetivo de organizar os registros das salinas, dos produtores, rebeneficiadores, exportadores do sal e dos estabelecimentos da indústria de transformação de sal; b) assegurar o equilíbrio da produção de sal com o seu consumo; c) manter a estatística da produção, do consumo, dos preços (BRASIL, 1957, não paginado).

4.4 Narrativas da decadência

Em fragmentos para a chorografia do Maranhão, Justo Jansen Ferreira ressalta que em 1901, Alcântara era uma cidade muito bem edificada, embora seus edifícios estejam “em ruínas possuem importantes e numerosas salinas ao longo da costa, constituindo a exportação de sal a sua principal riqueza.” (ALCÂNTARA, 1980, p. 57).

Em 1904, os médicos sanitaristas Victor Godinho e seu assistente Adolpho Lindenberg relatam uma visita a cidade Alcântara e comparam a rua da amargura às ruas da cidade de Pompéia na Itália (GODINHO; LINDENBERG, 1906). Este relato é de extrema importância por ser rico em detalhes e porque ambos estavam preocupados em compreender a situação da decadência de Alcântara e sua história, observando, pois todos os detalhes urbanos.

Os médicos do serviço extraordinário de higiene de São Paulo vieram ao Maranhão a pedido do senador Benedito Leite e do Governador do Estado, Coronel Alexandre Collares Moreira para tratar da peste que assolava o Estado e que atingia mais de 10.000 mil habitantes. Notavam os médicos o mais profundo desânimo no espírito da população no que dizia respeito à peste, sendo que mais de 10.000 pessoas se refugiaram no interior do Estado. Como resultado deste período, Godinho (1904) escreveu um livro-relatório intitulado com uma série de medidas higienistas para evitar que a peste se alastrasse pelo Estado.

Encontramos referência deste relato nas pesquisas realizadas pelo arquiteto Pedro Alcântara, que sistematizou para o IPHAN todos os relatos relativos à cidade em sua cuidadosa pesquisa sobre a cidade na década de 60 e encontramos o original na biblioteca do IHGB do Rio de Janeiro.

Os médicos viajantes narram num tom dramático a impressão causada pelas ruínas da Rua da “Amargura” de Alcântara comparando-as com as ruas da cidade italiana de Pompéia devastada pelo Vesúvio. Respeitando as diferentes

temporalidades achamos muito pertinente a comparação estabelecida pelo médico que confirma a impressão de cidade morta.

A narrativa chama atenção para o processo urbano do arruinamento. Vejamos que no início do relato eles afirmam

[...] Não que a cidade velha e arruinada não mereça ser visitada... Mais adiante afirmam que [...] A ruína é beleza encantadora, mesmo com a sensação cruel de abandono, do silêncio e constatando que a verdadeira ruína ainda estava por ser vista [...]. Eles iniciam a visita acompanhados pelo guia e constatam as ruínas da igreja das Mercês onde relatando a visão do frontispício da igreja, hoje inexistente e desconhecido (GODINHO; LINDENBERG, 1906).

Os médicos refletem sobre a decadência “[...] Granitos e mármore atestam a sua passada grandeza e tentam ainda compreender os motivos... Não foi cataclismo como Herculano e Pompéia, mas um acidente como Tiro e Cartago”, e se despedem, vendo ao longe a luz branca do farolete da necrópole. Como forma de ilustração desta visita podemos citar as imagens da revista do Norte que encontramos no acervo da Biblioteca Pública (fotos 2 e 3) (GODINHO; LINDENBERG, 1906).



Foto 2 - Rua da Amargura, em 2007 (A) e de Pompéia, em 2008 (B)

Fonte: Pflueger, G



Foto 3 - Rua da amargura

Fonte: Marcio vasconcelos, em 2010

É interessante pontuar neste momento, as primeiras imagens das ruínas de Alcântara que surgiram na “Revista do Norte”¹⁹ de 1901 e 1905 (figura 16). Esta importante publicação trazia muitas ilustrações de artigos com as ruínas de Alcântara. As fotos dos palacetes arruinados ilustravam vários artigos sobre a falência econômica no Estado (fotos 4 a 5).



Foto 4 – Ruína dos interior da Igreja das Mercês (A) e ruína da Rua da Amargura (B)
 fonte: Revista do Norte reproduções de Francisco Otoni, em 2007, acervo Biblioteca Publica Benedito Leite em São Luis



Foto 5 - Rua Grande e ruína da Igreja Matriz
 Fonte: fonte: Revista do Norte reproduções de Francisco Otoni, em 2007, acervo Biblioteca Publica Benedito Leite em São Luis

¹⁹ Revista do Norte de 1901 a 1905, acervo de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís-MA.

As imagens demonstram que já na primeira década do século XX o estado de arruinamento da cidade era evidente. Em pouco mais de uma década a cidade que demonstrava pujança em 1850, está completamente abandonada. Nestas fotos observa-se que os edifícios estavam começando a ser vandalizados e seus materiais de construção seriam utilizados para outras construções.

Vale ressaltar que logo em seguida, em 1908 o fotógrafo Gaudêncio Cunha reúne imagens de São Luís e Alcântara, para um álbum que seria apresentado na Exposição Nacional no Rio de Janeiro²⁰ e escolhe os ângulos que não mostravam o lastimável estado das edificações em ruínas.

Observamos que as fotos ressaltavam os principais edifícios públicos como a “Casa de Câmara e Cadeia” e a Igreja do Carmo e as principais ruas e sobrados ainda em bom estado. As ruínas foram omitidas e não foram fotografadas para exposição ainda que elas representassem os principais monumentos, marcos da cidade colonial como a Igreja da Matriz e o Pelourinho. Importante ressaltar que o olhar do fotógrafo Gaudêncio Cunha, neste caso, tinha por objetivo mostrar apenas o que restava da vila colonial, excluindo, desta forma, as ruínas (fotos 7 e 8).

Observamos então que é natural e podem ocorrer registros e narrativas contraditórias no mesmo recorte temporal. A cidade de Alcântara estava decadente e morta de acordo com os relatos de Lindenberg e Walle e nas imagens da Revista do Norte, mas a imagem da cidade registrada pelas lentes do fotógrafo Gaudêncio Cunha ressaltavam a vila sem mostrar sua face arruinada.

Anos depois, o viajante francês Paul Walle²¹ (1912, p. 35) esteve nos Estados do Piauí e Maranhão em 1912 e comprovou o arruinamento de Alcântara,

²⁰ Exposição realizada no bairro da Urca, do Rio de Janeiro em comemoração a abertura dos portos às nações amigas composta por pavilhões dos Estados brasileiros. No Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM) estão as imagens originais. há seis fotos de Alcântara

²¹ Alcântara, L'ancienne Tapuy-tapira des indienes tupinambás, fut en d'autres temps la rivale de São Luiz; cette ville, aujourd'hui en pleine décadence et presque en ruines, est située de l'autre côté de la baie de São Marcos, sur le continent, a peu près en face de São Luiz et à une quinzaine de kilomètres de cette dernière. Nous eûmes la curiosité de visiter cette cité qui meurt... Nous l'avons vivement regretté, car vieille et ruinée, elle ne mérite pas les deux heures et demie de barque nécessaires pour y aller et les quatre qu'il nous a fallu faire au retour, par un vent violent. Lorsqu'on pénètre dans Alcântara, édifiée sur une colline dans une bonne position, on a la sensation de l'abandon le plus absolu, du vide : les rues sont mal pavées, on ne les entretient plus depuis longtemps, la plupart des églises et couvents sont abandonnées et en ruines. La cathédrale ou Matriz ne sert plus à rien. Dans la rue principale on note encore une vingtaine de maison en bon état, autrefois les palacettes des gents riches; à côté, des maisons à demi ruinées. Cette décadence si complète fait peine à voir, surtout lorsqu'on regarde les murs noircis, dans les interstices desquels apparaît une végétation herbacée, et parfois une sorte d'arbre, l'atracá; qui croit entre les pierres. La décadence et la ruine d'Alcântara sont dues, assure-ton, aux progrès et à la prospérité de la navigation fluviale à Maranhão. Autrefois, quand les vapeurs ne sillonnaient pas encore les rivières, Alcântara, située sur le continent, servait d'intermédiaire entre la capitale pour les échanges et le commerce avec l'intérieur de l'État, em somme, l'entrepôt des commercants de São Luiz, qui en recevait tout les produits nécessaires à la consommation. Alcântara aurais encore de 3.000 à 3500 habitants (WALLE, 1912, p. 59).

comentando a plena decadência e sensação de abandono e também a curiosidade em visitar uma vila que estava morta.



Foto 7 - Rua Afonso Pena atual Rua Direita

Fonte: Reprodução do álbum original de Cunha, no MHAM. Foto de Francisco Otoni, em 2007



Foto 8 - Igrejas e convento do Carmo – fachada frontal

Fonte: Reprodução do álbum original de Cunha, no MHAM. Foto de Francisco Otoni, em 2007

Alcântara, antiga tapuitapera dos índios tupinambás, foi em outros tempos rival de São Luis. Esta vila, hoje em plena decadência e ruínas, está situada do outro lado da Baía de São Marcos, no continente, em frente a São Luis, a quinze quilômetros. Tivemos a curiosidade de visitar a cidade morta. Lamentamos porque, velha e arruinada, não merecia às duas horas e meia de travessia de barco necessárias a ida e as quatro horas que fizemos para retornar com ventos fortes. Quando entramos em Alcântara, construída sobre uma colina em boa posição, temos a sensação de abandono absoluto, as ruas são mal pavimentadas, não se mantêm mais por muito tempo as igrejas e conventos foram abandonados e estão em ruínas. A catedral, a Matriz não serve mais para nada. Na rua principal, há vinte casas em bom estado que eram os palacetes dos ricos, ao lado de sobrados meio arruinados. Essa decadência faz pena de se ver, sobretudo as paredes enegrecidas, preenchidas pela vegetação herbácea e às vezes por um tipo de árvore – a atraca, que nasce nas pedras. A decadência e ruína de Alcântara foram devido o progresso e a prosperidade da navegação fluvial, quando os vapores não atracaram mais nos rios. Alcântara situada no continente serviu de intermediária para as trocas e comércio entre a capital e o interior do Estado. Em suma era entreposto dos comerciantes de São Luis que recebia todos os produtos necessários ao consumo. Alcântara tem ainda entre 3.000 a 3500 habitantes. (Walle, 1912.pag.35)

4.5 O debate sobre a demolição das ruínas de Alcântara e a Renovação urbana da capital

Viveiros (1999) ressaltam que a decadência começou no quinquênio de 1865 a 1870 concorrendo para isso vários fatores. O maior deles foi o incremento da indústria açucareira, O deslocamento da produção maranhense para do litoral para o vale dos Rios, seguido da abolição dos escravos e da urbanização da capital São Luis.

Enquanto na capital São Luis, o governo promovia a renovação urbana, na perspectiva higienista e moderna havia um movimento pela demolição das ruínas da cidade de Alcântara. O interventor Paulo Ramos resalta no seu relatório de 1938 encaminhado ao governo a ênfase dada às obras de remodelação das vias públicas na capital São Luis, incluindo a pavimentação de novas avenidas, a construção do mercado central, limpeza pública, arborização de jardins, construção do 24º Batalhão do exército que seria transferido do campo de Ourique para o bairro do João Paulo, obras no porto, construção do palácio do comércio e Palácio da educação.

Enquanto isso, intelectuais maranhenses debatiam nos jornais para defender a cidade de Alcântara da iniciativa de demolição das suas ruínas. O jornalista Antonio Lopes usou como argumento a comparação da permanência das

ruínas italianas e gregas para a preservação das ruínas da igreja da matriz de Alcântara.

Este debate consta no jornal “O Imparcial”²² de 1927, onde a proposta de demolição das ruínas da Igreja da Matriz foi levantada pelo Tenente Ulpiano Brandão, morador de Alcântara, na perspectiva higienista de demolição das antigas estruturas para criar uma praça arborizada e contou com a resistência dos membros do IHGB-Maranhão, num debate travado entre o escritor Antonio Lopes e Ulpiano em forma de carta publicada pelo periódico (LOPES, 1927).

[...] Que não sejam arrasadas as vetustas ruínas da Igreja da Matriz. Oponho-me e comigo o Instituto Histórico. Admira que você não tenha desde logo impedido. “Pois então meu caro poeta compreenderia você que Roma demolisse o Coliseu para ajardinar o local, e Athenas do alto da colina da Acrópole varresse as ultimas colunas do Parthenon para abrir um passeio público”? Não foi, é certo, Phidias quem construiu a matriz de Alcântara, nem outro architecto celebre dos áureos tempos da Grécia, mas também não se sabe quem elevou tantos edifícios que, embora sem grande valor artístico nos falam, em velhas cidades, das gerações que se extinguiram e das grandezas para sempre perdidas! Os povos cultos, quando querem modernizar os seus agrupamentos urbanos colocam as ruínas nos logradouros públicos entre flores, árvores, gramados e repuchos cantantes deixando-as realçar com o prestígio sua ancianidade venerável, os lugares de prazer, olhando em volta na nudez eloqüente das suas pedras (LOPES, 1927, p. 1).

No relatório de Ramos (1938) consta que era o “Departamento das Municipalidades” que controlava a vida dos municípios. Este departamento foi dirigido por Clodoaldo Cardoso e depois por Helvidio Martins, sendo que à época os municípios arrecadavam à revelia do Governo, pois não havia estatística.

O relatório explicita que a prioridade da administração do Interventor Ramos eram os municípios da 1ª circunscrição: (Anajatuba, Barra do Corda, Grajaú, Monção, Pedreiras, Penalva, São Luís Gonzaga, São Pedro, Viana e Vitoria do Mearim) e da 2ª circunscrição- (Buriti, Caxias, Codó, Coroatá, Itapecurú, Monte alegre, São José dos matões e Rosário). No entanto, há no documento citado referências a pequenas melhorias na situação patrimonial realizadas pelo Prefeito de Alcântara, tais como obras de recuperação no cemitério de S. João de Cortes, do mercado e do matadouro, das fontes e do Cais do Porto do Jacaré. Essas obras atendiam então à ênfase higienista e de melhoria dos serviços públicos muito comuns na década de 30-40 (RAMOS, 1938).

²² Acervo digitalizado de periódicos da Biblioteca Pública Benedito leite, localizado com auxílio do pesquisador Luis de Mello.

A situação geral econômica do Estado do Maranhão é freqüentemente relatada nos jornais da década de 30²³ que denunciam uma situação de decadência do Estado conforme consta na Coluna “Cidade do “*Diário de norte*” de 24 de abril de 1936:

É incontestável a decadência econômica do Maranhão. Estado dos mais ricos da união, não oferece, entretanto possibilidade imediata de alevantamento. A linguagem iniludível das realidades sociais empolga e convence muito mais do que os mais derramados artigos deste jornal. Estudar a questão do nosso esplendor e da nossa decadência econômica é tarefa, assa árdua, porque obriga a um recuo bem longo na nossa história (LOPES, 1937, p. 1).

“*Alcantarizar-se*” virou, nesse período, sinônimo de abandono, arruinamento, destruição e tristeza. Reflexo da decadência do Estado do Maranhão observada na Capital (figura 17).

São Luís é uma cidade de poucas alegrias. Decadente e triste, a nossa capital alcantariza-se de dia para dia. Vivendo entre ruínas, o maranhense quer, no entanto ter alma nova sente a inevitável e linda alegria de viver. Os Escombros não fazem bem a todas as ânsias moças da vida. Mas, como procurar fugir do espetáculo de tristeza e desolação de nossa cidade. Marchamos e nisto esta o nosso progresso para uma “Alcantarização” [...] (ALCANTARIZAÇÃO..., 1936).



Figura 20 - Sobrada em ruínas na Rua do Giz em São Luís
Fonte: Racieli Olivas, em 2009

Viveiros (1954)²⁴ escreve contando sobre a riqueza da família alcantareense refletida no fausto das igrejas. Ele explica que com a decadência da

²³ Acervo de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite – São Luis-MA. Pesquisa feita pela autora em janeiro de 2006. No jornal diário do Norte, abril de 1937 Redatores chefe: Antonio Lopes.

²⁴ Obra pesquisa no cervo de obras raras da BPBL em São Luis, sendo o artigo localizado por Luis Mello.

cidade, as igrejas foram ruindo a começar pela igreja de Santa Quitéria, São Francisco, Mercês e Matriz e, dissolvendo-se as irmandades, toda a riqueza foi recolhida à igreja do Carmo, única que escapou do arruinamento, mas quando faleceu o último carmelita em 1855 o provincial do convento tentou transladar, por meio de emissários, toda a riqueza para seu convento.

O artigo feito pelo intelectual comenta sobre a transferência da prata de Alcântara para São Luís e da resistência da população local ao ato:

[...] alegando que tendo sido esses objetos dados pelos seus antepassados, para aformosamento das suas igrejas, não era justo que viessem servir os templos da capital, e alguns homens mais fervorosos adeptos dessa idéia conseguiram evitar o embarque de uma grande caixa de madeira, que se dizia conter quinze arrobas de prata [...] Para fazê-lo cumprir o governador de então mandou o chefe de polícia e 43 praças, sob o comando de um oficial, no vapor de Alcântara, o povo não esperava este desfecho e às 15 horas o tesouro estava em São Luís, o governo federal constituiu-se no legítimo dono e recolheu o tesouro em seus cofres no Rio de Janeiro! (VIVEIROS, 1954).

Lopes (1957; 1977) remete à cronologia ao mesmo tempo em que denuncia o abandono de Alcântara:

Cidade meio abandonada, Alcântara guarda ainda as relíquias do fausto extinto”. Edificaram-se num plano largo, quase monumental, ruas amplas, casas sólidas, numerosos sobrados, muitos dos quais verdadeiros palacetes. As suas igrejas: Carmo e a Matriz, hoje arruinadas são relativamente notáveis pela sua construção e ornamentação. E a velha cidade morta, com os seus templos derruídos e casarões destelhados, têm a poesia do passado, da grandeza perdida, das relíquias veneráveis, vítimas não só do tempo, mas da incúria e do vandalismo dos interesseiros negociadores do espólio de uma prosperidade que se foi (LOPES, 1957, p. 103).

As narrativas do começo do século reforçam a situação de decadência e abandono da cidade, mas reconhecem a importância da cidade no passado. Em suas crônicas Moraes Filho (2000) cita a cidade de Alcântara como uma das mais opulentas cidades da província do Maranhão que decaiu do seu antigo esplendor.

Moraes Filho (2000, p. 92) afirma que bastava dizer que descendia de uma família alcantareense para dizer o grau de apurada refinação e importância desta família, “Bastava dizer que era alcantareense! Ou, segundo ele, saber ler nas ruínas os fatos que ela fora outrora! - a vida que a animou com o dilatar dos anos. Dizia ainda: que a falsa pompa de suas mulatas corria paralela com a balofa aristocracia dos brancos.”

A constatação do abandono também está presente na análise dos intelectuais inquietos com o arruinamento da cidade como Lefèvre e Costa Filho (1971). O autor escreve, a pedido do então governador José Sarney, um livro sobre

São Luís e Alcântara (figuras 23 e 24). Em seu texto sobre a cidade, ele inicia com o título “Alcântara, a cidade que se recusa a morrer”.

Segundo os escritos de Costa Filho (1971, p. 23), “Recuso-me a pensar em Alcântara como cidade morta. Dir-se-ia que Alcântara está morta. Direi que Alcântara se recusa a morrer. Foi condenada a viver menor: não se entregou a este destino.”



Figura 21 -Croquis de Renée da Rua da Amargura em Alcântara-MA
Fonte: Lefèvre e Costa Filho (1971)

Odylo Costa Filho, então, trouxe para a cidade a artista paulista Renée Lefèvre (1905-1996) que estudou artes em Paris para ilustrar o livro. Lefèvre já havia desenhado várias cidades históricas, inclusive as mineiras, em telas coloridas, mas no Maranhão ela consegue traduzir em seus desenhos em preto e branco toda a dramaticidade da decadência. Ferri (1971, p. XII-XVI) no prefácio dessa obra ressalta que a crítica publicada aos desenhos dela no ano de 1962 disse que:

[...] Renée sente e fixa com sobriedade a matéria secular depositada pelo tempo sobre as velhas cidades decadentes; recolhe e espiritualiza as cores dessa matéria e a alma deste tempo, depositada em fímbrias, de esquadrias, relevos de cornijas, em dosséis de janelas e tímpanos de portas.



Figura 22 - Croquis da Rua da Grande em Alcântara-MA
Fonte: Lefèvre e Costa Filho (1971)

Outros livros contêm desenhos e croquis da cidade de Alcântara como “O velho Maranhão” de Tom Maia. São belos os croquis, mas não conseguem capturar a decadência da cidade, visto que retratam a cidade em tom bucólico, diferentemente dos croquis de Lefèvre que carregam a dramaticidade e o impacto do arruinamento e abandono, chegando a ser considerados por alguns arquitetos como desenhos “feios” das ruínas de Alcântara (figuras 20 e 21).



Figura 23 - Croquis do forte são Sebastião e das ruínas do convento do Carmo em Alcântara-MA
Fonte: Maia, Tom, 1985



Figura 24 - Ruínas da Matriz
Fonte: Maia, Tom, 1985

4.6 Cidade Presídio: a implantação do Presidio Estadual de Segurança Máxima - 1950 a 1965



Figura 25 - Intendência: presídio de Alcântara

Fonte: Revista do Norte 1905, acervo BPBL, em São Luís-MA

A primeira metade do século XX, como vimos, consolida o total arruinamento da cidade de Alcântara. As medidas de tombamento do IPHAN em 1948 em nada contribuíram para a reversão deste quadro.

Diante das ideais de modernização e progresso da capital, que implicavam na tentativa de higienização do espaço urbano, o Governador do Estado Sebastião Archer da Silva através da Lei nº 61, de março de 1948, autorizou a Transferência da penitenciária Estadual do Maranhão, de São Luís para Alcântara. De acordo com Melo (2010) o Governo tinha como meta ao implantar um projeto agrícola para o trabalho dos detentos, cujo objetivo era que os presidiários considerados adaptáveis ao convívio social pudessem abastecer as cidades de São Luís e Alcântara a partir da produção de alimentos. Contudo, o projeto agrícola não funcionou a contento.

A implantação do presídio estadual de segurança máxima na antiga Casa de Câmara e Cadeia, símbolo da cidade colonial foi para Alcântara um golpe de misericórdia. Esta decisão eliminou qualquer possibilidade de revitalização da cidade, que poderia acontecer após o tombamento em 1948. A cidade ficou definitivamente refém de suas ruínas e torna-se uma cidade presídio por 15 anos. Os moradores ficaram apavorados , conforme relato abaixo :

Na antiga Tapuitapera, hoje Alcântara, a penitenciária do Maranhão erguia-se como um castelo mal assombrado onde a penalidade era semelhante ou transcende às vezes a natureza dos próprios crimes praticados pelos detentos. A filosofia da época, era assim, consistia em castigar o homem pelos erros cometidos, criando-lhe dentro da alma o maior dos rancores à sociedade. Hoje em Pedrinhas a poucos quilômetros do estreito dos mosquitos, que separa a ilha do continente maranhense, ergue-se monumental o maior centro presidiário do Estado, não é um castelo mal assombrado, mas uma escola que recebe homens marginalizados fornecendo a eles a confiança e o crédito que merecem.

Até 1966 os “condenados da justiça” eram recolhidos à penitenciaria de Alcântara, a qual se notabilizou pelas crueldades praticadas pelos seus diretores. A partir daquele ano substitui-se o velho cativoiro pela atual penitenciária de "Pedrinhas" vinculada à Secretaria de Justiça do Estado, a qual recebeu sentenciados de todos os 128 municípios do Estado (Jornal “O Imparcial”, 1973).

No jornal “O combate”²⁵, há um forte apelo do professor Guimaraes Pinto, ilustre representante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no sentido de ser transferida para outro local a atual penitenciaria,

Hoje, passadas largas épocas, transformada a fidalga cidade em relicário no instante que convergem às atenções turísticas, vemos uma cruel casa de castigos em exercício pleno como nodoa a confundir-lhe o nome que a história consagrou... Que motivos óbvios teriam induzido um obscuro governo acometido de erro evidentemente grave? A instalação desse instituto de correção em Alcântara foi demasiadamente fácil, entrementes tem sido difícil a outros governantes promoverem a transferência desta medonha cadeia (O combate, 1957).

Dados oficiais comprovam a presença da penitenciária em Alcântara. Observa-se na mensagem²⁶ apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo Governador Cesar Alexandre Aboud em 1951, que:

²⁵ Jornal o Combate 1957 . acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão, em São Luís-MA.

²⁶ Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado em 3 de maio de 1951 pelo Governador Cesar Alexandre Aboud, São Luis - acervo da biblioteca do Arquivo Público do Estado do Maranhão

[...] a penitenciária esta instalada na vizinha cidade de Alcântara, em prédio que não satisfaz às exigências de um estabelecimento desta natureza e que impõe resolver o mais breve possível, o problema de remoção deste presídio destinado a guarda e regeneração dos detentos, assim como proporcionar-lhes melhor conforto e tratamento, encontram-se na penitenciária, cumprindo as penas impostas por sentença judicial 127 condenados.

A enciclopédia dos municípios de 1959 considerava como Estados mais pobres da federação o Maranhão e do Piauí. Estes Estados tiveram no período de 1940 a 1950 um incremento na produção agrícola dos produtos de maior importância para a alimentação humana de subsistência, como o milho, arroz, mandioca e feijão. Os números indicavam um esforço notável de recuperação que estes Estados pobres vinham realizando para superar seus péssimos indicadores (FERREIRA, 1959, p. 3).

Na data do recenseamento, em 1950, havia no Estado do Maranhão: 72 municípios, 133 distritos, 72 cidades e 61 vilas. Os resultados censitários reportam-se a divisão territorial. Alcântara apresentava a área total de 1114 quilômetros quadrados com população de 14.820 habitantes o que equivale a 13, 3 habitantes por quilômetros quadrados sendo 7547 homens e 729 mulheres. A sede do município contava com 1453 habitantes e a vila de São João de Cortes com 550. A zona rural era habitada por 12917 almas, ou seja, 86%da população total. A atividade econômica era intensa e havia 1815 estabelecimentos comerciais

Em 1957 o Antonio Lopes escreveu e publicou na série das Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o livro “Alcântara subsídios para a história da cidade, de onde copiamos as fotos abaixo. As imagens demonstram o estado de abandono da cidade. No prefacio o autor relata o abandono , a inexistência de arquivos na cidade e as dificuldades em recuperar os dados históricos. Lopes foi um incansável defensor da cidade. Foi ele que impediu em 1927 a demolição das ruínas da Matriz , através de seus artigos publicados no jornal “ O Imparcial” .

O tombamento não garantiu a sobrevivência da vila decadente, em função disto a UNESCO enviou seus consultores para analisarem a situação da cidade em 1960. Os relatórios elaborados entre os anos de 1960 e 1980 constituem uma fonte importante de reflexão sobre o urbanismo, a exclusão e a decadência da cidade de Alcântara.

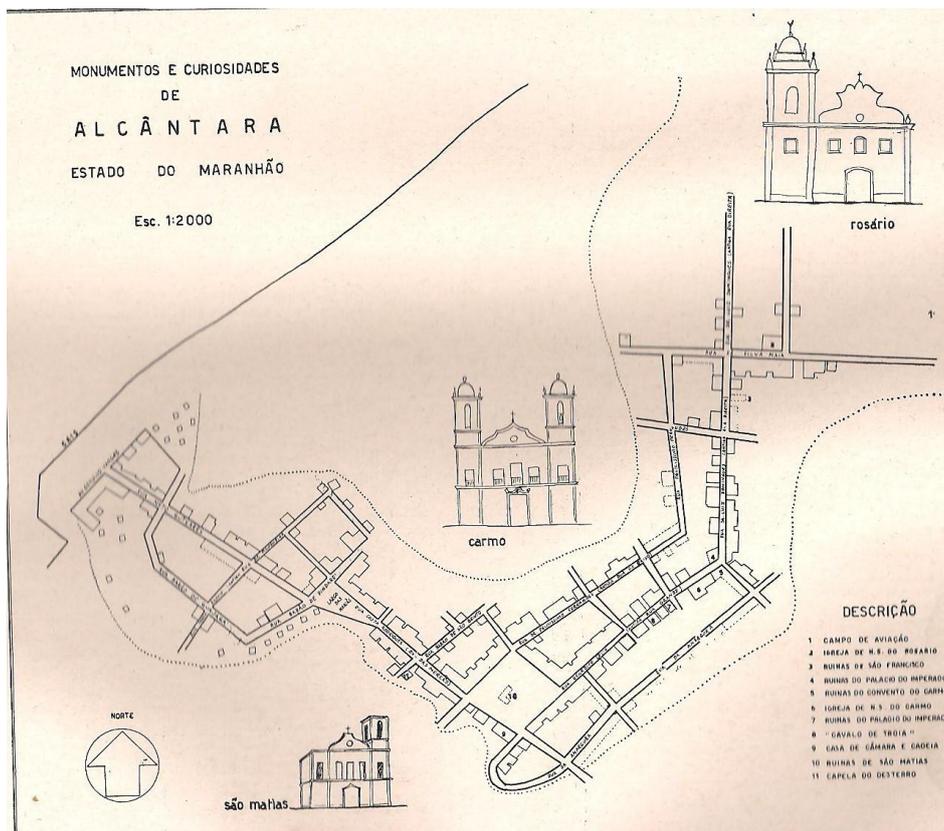


Figura 26-Mapa de Alcântara em 1957

Fonte: Lopes (1957)



Figura 27 – imagem da Peninteciaría e Igreja Matriz em 1957

Fonte: Lopes (1957)

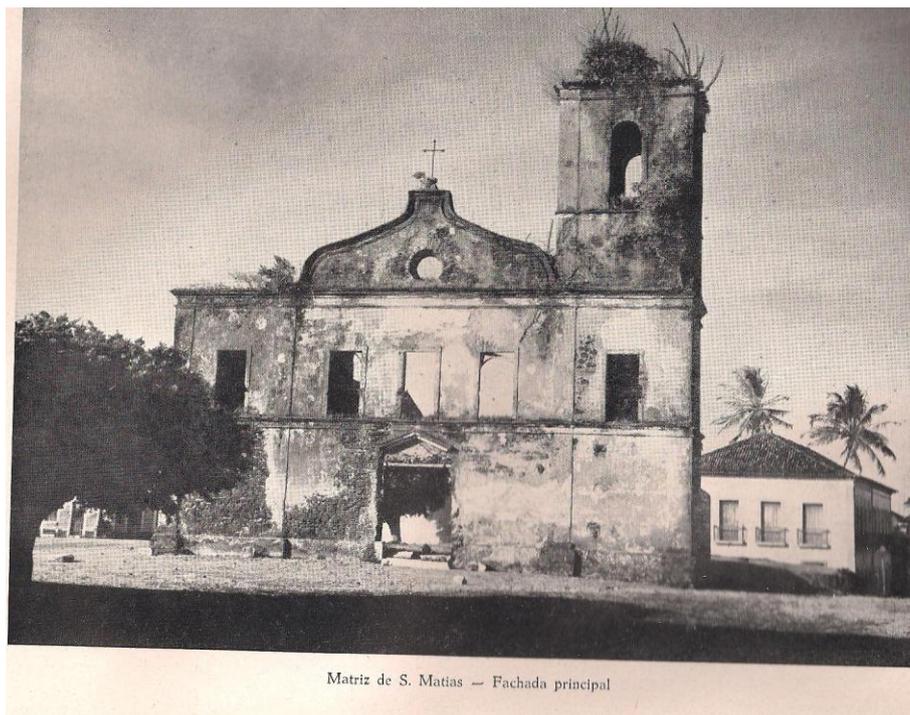


Figura 28 – Imagem da Matriz de S. Mathias em 1957

Fonte: Lopes (1957)

O fato é que as políticas públicas Estaduais, mesmo ciente destes relatórios, poderiam ter direcionado o município para o turismo ou implantação de serviços, mas a decisão foi de instalar um presídio. Com a implantação do presídio e o afastamento dos investimentos, a cidade decaiu. Vale ressaltar que Alcântara reproduziu o modelo político vigente no Estado do Maranhão, alternando oligarquias e governos autoritários ao longo de sua história. Após a implantação do Centro de Lançamentos em 1980, na década de 1990, houve uma queda das oligarquias com eleição de prefeitos de partidos de oposição, que logo em seguida foram derrotados e a cidade voltou a ter governos autoritários, seguindo o modelo do Estado.

A população de Alcântara, portanto, cresceu muito pouco em 20 anos, entre 1950 e 1980. Após a implantação do Centro de Lançamento em 1980 houve um crescimento significativo da população. Atualmente de acordo com os dados do Censo 2010 a população é de 21 mil habitantes, sendo divididos em aproximadamente 6.000 habitantes na sede ou vila e 15 000 habitantes na zona rural entre povoados, colônia de pescadores e comunidades quilombolas. O município além da sede abriga 218 pequenos povoados, de acordo o mapa da nova cartografia social da Amazônia de Pereira Junior (2008) esses povoados são formados por colônias de pescadores, remanescentes de quilombos e antigas fazendas.

4.7 A Cidade espacial: do global ao local: 1979 a 2010



Foto 9 – antiga Plataforma de lançamento do VLS, em Alcântara antes do incêndio em 2003.
Fonte: Associação do Comércio Exterior do Brasil (AEB)



Foto 10 – Centro de lançamento, em 2003
Fonte: www.CLA.Aer.mil.br

4.7.1 1980: implantação do Centro de Lançamento de Alcântara-MA

A instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi feita através de decreto do Governo Estadual (N.º 7.820, de 12 de setembro de 1980) e foi um dos fatores responsáveis pela transformação econômica e territorial do município, devido à desapropriação em 1980 de uma área de 52 mil hectares, equivalente à metade da base territorial de Alcântara. Havia na época uma expectativa muito grande de que este empreendimento alavancaria a economia da cidade gerando empregos e renda.

O Centro de Lançamento de Alcântara, na verdade uma base militar espacial, foi construída juntamente com instalações administrativas, residenciais e militares, ocupando uma parte do litoral do município onde muitos povoados de pescadores e comunidades negras se localizavam. Esse processo levou ao deslocamento compulsório (FERNANDES, 1998) de mais de 2.000 famílias de povoados localizados à beira mar para agrovilas no interior do município, gerando desagregação social e econômica.

Essa transformação modificou as formas de sobrevivência do município, incentivando o êxodo rural e atraindo para a sede do município muitos trabalhadores de outras regiões dando início ao processo de inchamento das periferias do centro histórico decorrente da favelização e ocupação desordenada das encostas e mangues com ocupação irregular das áreas e sítios arqueológicos.

No auge da obra do CLA, em 1980, 5.000 peões trabalharam na construção da infraestrutura das plataformas de lançamentos e das vilas militares. No caso das vilas a maior parte delas hoje está abandonada, pois todos os militares moram em São Luis.

Neste período o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN alertou quanto à necessidade da construção de uma avenida, chamada de anel de contorno, para desviar o fluxo de transportes pesados e caminhões do centro para a periferia, pois o movimento de cargas era intenso. O objetivo de proteger as ruas históricas foi alcançado, mas a avenida acabou incentivando a ocupação periférica, dando origem a uma favela chamada de Anel do Contorno, composta de trabalhadores rurais oriundos das áreas desapropriadas. Hoje, 30 anos depois, esta favela está consolidada nas encostas da cidade histórica

A Municipalidade, o Estado e o Patrimônio Nacional, incapazes de enfrentar tamanho desafio e preocupados com a gravidade do processo de Alcântara, solicitaram apoio ao Ministério da Cultura, que criou em 1980 o GT – Alcântara, grupo de trabalho para um diagnóstico da situação da cidade face à externalidades.

Um dos objetivos do grupo de trabalho (GT) foi proceder a uma revisão do processo de tombamento e propor um plano estratégico para o município. Naquele momento, diversos relatórios foram produzidos após as reuniões técnicas. Poucas conquistas concretas, no entanto, foram alcançadas diante do volume do empreendimento do Centro de Lançamento e muitos problemas se concretizaram na cidade, sem suporte para enfrentar tamanha transformação.

Ainda em 1981, o poeta e escritor Carlos Drummond de Andrade foi um dos primeiros a anunciar e protestar contra os impactos negativos e malefícios do empreendimento:

Qualquer pessoa que tenha um mínimo de sensibilidade em face das coisas de arte e história (os 'bens culturais' que o governo procura não só defender como incitar a população a fazer o mesmo) arrepiava-se ao ler que será instalada em Alcântara a segunda base de lançamentos de mísseis brasileiros. A área já começou a ser demarcada e um fato novo,

surpreendente, bole com os nervos da pacata população da pacatíssima cidade inscrita nos livros de tombo do IPHAN como monumento nacional.

Claro que os foguetes não serão lançados no espaço ocupado pelo acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, mas a proximidade dessa assustadora [...] faz crer que os benefícios da circulação de dinheiro compensem os incômodos da militarização de vasta área agrícola em torno do conjunto tombado. Não se poderia localizar a estação de mísseis em outro ponto, sem afetar a grave e silenciosa Alcântara, com seus velhos sobrados convertidos em monumento nacional? (ANDRADE, 1981 apud ARAUJO; LIMA FILHO, 2006, p. 209).

O fato é que a cidade não estava preparada para este empreendimento, a fragilidade da estrutura local se confrontou com um empreendimento global e com a nova dinâmica que surgia no mundo da globalização e das redes globais.

4.8 Desconexão local

O fotógrafo alemão Bosshart (1989) registrou um importante conjunto de imagens da população negra e das ruínas de Alcântara em preto e branco. Na introdução desse livro, ele relembra, que quando chegou à cidade pela primeira vez em 1971 a água vinha dos poços, não havia eletricidade, havia apenas um gerador movido a óleo diesel extremamente barulhento que funcionava de 6 da tarde às 11 da noite. Em 1981 quando retornou já estava em construção o Centro de Lançamentos. Finaliza então:

[...] O salto do passado para o futuro é violento. O choque cultural é forte, alguns chamam isso de progresso e desenvolvimento, mas para a maioria dos moradores predomina o lado negativo das mudanças. O estilo de vida tradicional não é respeitado [...] a população está sendo mal informada do que vai acontecer com sua cidade, não há diálogo entre eles e os diversos invasores. pouco a pouco vão sendo expulsos da cidade e envolvidos novamente numa forma de escravidão, dessa vez não pelos portugueses mas pelos tecnocratas do século XX. fiz questão de mostrei-lhes que para mim são eles que contam, que eles são Alcântara (BOSSHART, 1989, p. 8).

Nas décadas de 70 e 80 algumas tentativas foram empreendidas para recuperar a economia da cidade, apoiadas na crença de que o crescimento econômico do Estado, sobretudo da capital, incluiria Alcântara nas áreas beneficiadas. Além dos efeitos indiretos, o incentivo ao turismo seria a alternativa viável. No entanto, não foram feitos os investimentos necessários à melhoria da infraestrutura física, indispensáveis à dinamização da cidade. Depois do fracasso das tentativas, a situação geral foi agravada pela desapropriação do território do município. Havia no ar a expectativa de que a implantação da base de foguetes

alavancaria a economia alcantareense transferindo para a comunidade os benefícios do projeto.

Assim, renasceram as esperanças da recuperação econômica do município. Havia, no entanto uma contradição com a realidade local, pois a comunidade estava despreparada para participar de tal empreendimento, e a demanda específica do Centro de Lançamento excluiu os alcantareenses e a cidade de Alcântara dos benefícios do centro. Como era previsível, pois a vila militar criou uma estrutura independente da cidade histórica.

5. REDES E RUÍNAS

Inclusão e exclusão sócio espacial



Figura 29 – Igreja da Matriz de Alcântara
Fonte: Postal do fotografo Barnabas Boshart, 1980



Figura 30 – Ruína do Palácio Negro
Fonte: Postal do fotografo Barnabas Boshart, 1980

Há quase dois séculos a decadência do Maranhão e de Alcântara tem sido tematizada produzindo uma visão cíclica do Estado com uma periodização da barbárie (período colonial), seguida da prosperidade (lavoura escrava) e depois da decadência. O historiador maranhense contemporâneo Costa (2001) ressalta a ideia da cidade como texto e afirma que a construção do “texto urbano de Alcântara: a cidade morta” tratando da “fastamagórica” que preside as discussões sobre o Maranhão quando se pretende pensar o complexo processo de instituição do imaginário social acerca da identidade regional. Destaca ainda uma “ideologia da decadência” e analisa o conto “Almintá” de Ferreira Gullar como o subconsciente da decadência, imagens e representação da cidade morta. Esta fantasmagoria associada à decadência da cidade está presente nos desenhos, nos relatos, nas poesias e nos livros que se referem a Alcântara. Ele lembra o importante geógrafo Maranhense Raimundo Lopes (1977), que referia a Alcântara como a cidade das ruínas verdes.

A morte, mesmo entrelaçada à vida, intimida e assombra; a cidade decadente inspira uma simpatia mesclada de tristeza. De longe, porém revêmo-la com amor, num crepúsculo de emoções que suaviza os contornos da realidade caminho dolorosa; e através da meditação, que é o da sabedoria, e através da saudade que é mãe da emoção duradoura e espiritualizada, transportamo-nos às ruas e às ruínas verdes de Alcântara [...] (LOPES, 1977, p. 7).

Assim como Lopes o poeta maranhense Gullar (1997) inventou cidades com imaginação fértil, tendo como base cidades históricas brasileiras. A primeira cidade criada foi Odon em 1955, situada no passado, depois criou On situada no futuro e em seguida inventou mais 22 cidades. Certamente inspirado na narrativa de Calvino (2002), que trata do diálogo entre o famoso viajante veneziano Marco Pólo e o imperador dos tártaros Kublai Khan e da geografia fantástica de cidades, onde a cidade deixa de ser um conceito para se tornar símbolo da existência humana.

Calvino (2002) também fala da memória das cidades e dos símbolos, das cidades delgadas, contínuas e ocultas, das cidades e o céu e das cidades e os olhos e das cidades e os mortos. Os livros sobre as cidades inventadas ou invisíveis nos trazem a narrativa de processos urbanos de decadência e abandono de cidades. São referências simbólicas da decadência das cidades vistas por escritores e poetas, reconhecendo a importância delas e seus processos de morte e arruinamento no contexto social e no imaginário daqueles que entendem as cidades

como elemento de resistência das culturas passadas e presentes. São relatos dos momentos de exclusão destas cidades nas redes urbanas.

Em Gullar (1997, p. 13) reconhecemos duas cidades maranhenses:

São Luís se revela nas cidades imaginárias de Odon e *ailum* através de referências ao centro histórico [...] Um amontoado de casas velhas [...] Mas a evidência maior está em Almintá cuja transcrição da história de Alcântara se faz presente em sua arquitetura de sobrados vazios e igrejas abandonadas, revelando o processo de decadência da cidade. Narra ainda o episódio da visita do imperador que nunca aconteceu, mas que se tornou lenda na cidade [...].

Observamos no texto original, várias coincidências com o processo de arruinamento de Alcântara e sua história, que transcrevemos de Gullar (1997). No livro, “Cidades Inventadas”. Almintá é Alcântara.

Almintá

Os sobrados vazios, as igrejas com suas imagens sujas de excremento de morcego mostram, ainda assim, que ela conheceu o esplendor e que seus habitantes gozaram de relativo conforto provinciano. Há sobre Almintá uma considerável bibliografia, contraditória em muitos pontos, mas harmoniosa no fundamental: filha de escravo, ela cresceu e progrediu com o suor dos negros até que um dia, entregue unicamente àqueles que se dizem seus senhores, começou a morrer. E está morta agora. . Até os escravos a comentavam com orgulho e espanto. Almintá começou a se preparar para a visita, que não aconteceu. Ainda hoje pode-se ver a ruína do palácio que estava sendo construído especialmente para hospedar o imperador: algumas paredes e portais de mármore mantêm-se ainda de pé em meio ao amontoado de pedras de cantaria, devidamente preparadas para compor os muros e arcos (GULLAR, 1997, p. 13).

Lembramos que Monteiro Lobato (1995) foi um dos escritores que primeiro tratou na literatura da temática da decadência das cidades brasileiras e do ambiente marasmático das cidades mortas, lembrando que o progresso das cidades é nômade. No livro “Cidades Mortas” ele registrou suas impressões sobre o abandono das cidades em São Paulo, com o fim do ciclo do café. São impressões similares as dos autores maranhenses Gullar e Montello .

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é desconsolo, ressurgue de tantas ruínas: nosso progresso é nômade a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles de uma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano vive de acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastro de taperas (LOBATO, 1995, p. 5).

5.1. As tentativas de reconexão de Alcântara nas redes

5.1.1 1948: cidade monumento: tombamento do IPHAN

Em 1948, percebendo o grave processo de deterioração e devido à sua inegável importância histórica, a cidade de Alcântara foi erigida em monumento nacional e se conectou a rede nacional de cidades tombadas. Nessa ocasião festiva de comemoração do aniversário de 300 anos da cidade, um dos seus marcos mais significativo foi reerguido após anos de esquecimento.

Trata-se do Pelourinho, enterrado em 1889 na praça e dividido em pedaços que deve seu resgate graças às indicações de uma ex-escrava de nome Calú que localizou suas partes separadas e pela iniciativa dos irmãos maranhenses Osvaldo e Durval Soares, membros do IHGB - MA, que o reergueram na Praça por ocasião do tombamento nacional da cidade (foto 11).



Foto 11 - Ruína da matriz e pelourinho
Fonte: Marcio Vasconcelos, em 2010

O Serviço de Patrimônio Federal, em sua fase heroica de 1937 a 1960 preocupava-se em tombar, inventariar e desenvolver estudos em cidades históricas brasileiras. Seus objetos privilegiados, de acordo com Millet (2000) eram as edificações portadoras das representações estilísticas do período colonial (igrejas,

fortes, casa de câmara e engenhos.). Esta ação pontual visava proteger monumentos isolados e o IPHAN não vislumbrava o processo de inchamento que aconteceria mais tarde com a maioria das cidades que se encontravam estagnadas, colocando em risco o contexto urbano dos objetos privilegiados

O tombamento do acervo arquitetônico da cidade de Alcântara foi concretizado através do Decreto Lei N.º 26.077- "A", de 22 de dezembro de 1948, seguido de tombamento pelo processo N.º 390 t; inscrição N.º 254 no livro histórico; inscrição N.º 521 no livro de belas artes e inscrição N.º 67 no livro arqueológico etnográfico e paisagístico, em 29.12.1948 e 10.10.1974.

Considerando a comemoração do terceiro centenário da instituição da vila, antiga aldeia Tapuitapera e seu papel como marco inicial da catequese e do desbravamento do território Brasileiro.

Art.1º - É erigida em monumento nacional a cidade de Alcântara.

Art.2º - O conjunto deve ser inscrito no Livro do Tombo Histórico, instituído pelo decreto N.º 25 de 30/12/1937, competindo à Diretoria Nacional tomar providências necessárias para a demarcação da área respectiva (BRASIL, 1948, não paginado).

Vale ressaltar que o tombamento do conjunto arquitetônico da cidade, destacou também alguns monumentos isolados como a ladeira do jacaré, capela das Mercês e do Desterro, os paços, as fontes, o forte e as Ruínas dos palácios do Barão de Mearim, do Barão de Pindaré e as ruínas da igreja Matriz de São Mathias, reconhecendo desde então o valor das ruínas como ruínas e protegendo-as como tal.

O reconhecimento e proteção do sítio histórico de Alcântara como patrimônio nacional pelo IPHAN em 1948 foi anterior ao tombamento da capital, São Luis, que só ocorreu em dezembro de 1955 pelo decreto N 509-T inscrição N 432 livro de belas artes em 23.12.1955. Diante das fragilidades do município, o Iphan sempre exerceu importante papel na proteção do patrimônio de Alcântara.

A contradição que observamos nas políticas públicas estadual, municipal e federal foi que, mesmo tendo sido reconhecida pelo IPHAN por seu valor histórico diante da perspectiva de preservação de seu acervo arquitetônico em 1948 e apresentando dados de relativo crescimento em 1950 de acordo com o censo, instalaram, em Alcântara dois anos depois, um presídio de segurança máxima no seu edifício mais importante e significativo: a "Casa de Câmara e Cadeia", sede do poder municipal, afastando, deste modo, investimentos para a preservação e

dinamização da cidade monumento, reafirmando seu caráter de decadência e isolamento.

5.1.2 Os relatórios da UNESCO

O processo de decadência da cidade histórica de Alcântara foi objeto de diversos estudos e relatórios técnicos. De acordo com os arquivos do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís - Projeto Praia Grande, em 1979 foi desenvolvido um projeto especial da disciplina de edificações e urbanismo do curso de arquitetura da Universidade Nacional de Brasília (UNB) (MARANHÃO, 1985). Essa iniciativa externa foi fundamental, pois ajudou a organizar uma coletânea de estudos que serviriam de subsídio para elaboração de um plano de revitalização do patrimônio histórico de Alcântara-MA. Neste estudo foram identificados todos os relatórios elaborados pelos consultores nacionais e internacionais que destacamos a seguir:

a) 1963: recuperação de Alcântara: arquitetos Pedro e Dora Alcântara do IPHAN 1967-Proteção e valorização do patrimônio cultura brasileiro no quadro do desenvolvimento turístico e econômico- relatório para a UNESCO de Michel Parent;

b) 1973: relatório e proposta para a conservação, recuperação e expansão de Alcântara – Viana de Lima;

c) 1976-1984: relatório sobre Alcântara do arquiteto Raul Pastrana – consultor da UNESCO.

Todos estes relatórios elaborados ao longo de quase 20 anos (1967 a 1984) são unânimes em afirmar que a preservação do conjunto arquitetônico de Alcântara não pode prescindir de um conjunto de estratégias para a revitalização social e econômica diante do quadro de decadência da cidade. Todos os consultores elencaram soluções que iniciam com o levantamento cadastral e diagnóstico do conjunto arquitetônico e apontam o turismo cultural e ecológico como perspectiva de revitalização econômica e preservação da cidade. Tais relatórios sintetizam o questionamento da exclusão e desconexão da cidade de Alcântara das estruturas econômicas globais e regionais

O plano de recuperação de Alcântara elaborado pelos arquitetos do IPHAN Pedro e Dora Alcântara foi o primeiro e mais importante trabalho de resgate da formação histórica da cidade. Elaborado em 1963 durante o período em que os arquitetos Pedro e Dora moraram na cidade entre 1959 e 1965 o plano foi uma importante contribuição à preservação do patrimônio histórico de Alcântara.

O arquiteto Pedro Alcântara foi o primeiro a desenvolver estudos sobre a formação da cidade de Alcântara que servem até hoje de referência teórica e a arquiteta Dora Alcântara publicou um importante registro sobre a azulejaria no Maranhão. Ressaltamos também que ambos foram consultores do processo encaminhado à UNESCO para inscrição de São Luís na lista de patrimônio da humanidade em 1988.

O plano publicado por Gomes e Alcântara (1971) foi uma tentativa de integrar um planejamento setorial de preservação de bens culturais numa planificação mais ampla que visasse disciplinar, orientar e coordenar o crescimento de São Luís e Alcântara, devolvendo-lhes suas antigas funções de centro econômico e histórico do Estado. O plano consistia num conjunto de ações no esforço desenvolvimentista global de um Estado secularmente marginalizado, como o Maranhão.

O arquiteto Pedro Alcântara realizou uma vasta pesquisa bibliográfica e iconográfica nos acervos do Rio de Janeiro e de São Luis, na perspectiva de fixar parâmetros para a solução de problemas práticos e projetos específicos para a preservação da cidade.

O plano inicialmente analisava a cidade em sua estrutura urbana, analisava o processo de decadência da comunidade e suas potencialidades e foi apresentado em 1959 ao Governador Dr. Matos Carvalho, constando dos seguintes itens (GOMES; ALCÂNTARA, 1971):

- a) Transformar a cidade num centro de cultura e lazer do Estado, da capital inserindo-a na rede turística nacional;
- b) Dinamizar o acervo histórico cultural e artístico existente e integrá-lo ao movimento cultural do Estado;
- c) Estimular o artesanato, gerando serviços para a comunidade.

O arquiteto Pedro apresentou ainda “croquis” com sugestões como a recuperação das torres da matriz para abrigar um museu e montagem de uma exposição itinerante sobre a história de Alcântara. No entanto em sua permanência na cidade observou que: “Transformada em presídio estadual, Alcântara ficou completamente inerte não podendo conter o avanço avassalador da floresta equatorial, que a tudo cobria como imensa mortalha (ALCÂNTARA, 1971).

O relatório dos arquitetos Gomes e Alcântara (1971) serviu, mais tarde, como referência ao trabalho que o consultor Francês Michel Parent veio a realizar.

Em recente documento publicado pelo IPHAN sobre as missões da UNESCO no Brasil, há especial referência à missão de Parent como a primeira dentre várias missões de consultores que estiveram no Brasil entre as décadas de 1960-1970. Sua missão foi relevante devido à extensão de sua visita a 35 cidades brasileiras e, sobretudo, pela importância de Parent no campo da preservação do patrimônio e pelo seu compromisso com instâncias várias de proteção dos bens culturais como ICOMOS (PARENT; LEAL, 2008).

Parent era *expert do Ministério des affaires culturelles* e inspetor geral dos monumentos. Histórico do Ministério da Cultura da França e percorreu o Brasil a convite do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para formular uma política de conservação do patrimônio brasileiro. A cidade de Salvador impressionou o francês, que defendeu calorosamente a preservação de todo o centro.

Seu relatório sobre São Luís foi fundamental na revitalização e proteção do centro histórico da capital maranhense assim como influenciou os trabalhos desenvolvidos posteriormente por Viana de Lima na cidade. Vale ressaltar a ênfase dada ao turismo pela UNESCO como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural. Parent (1967, p. 3) ressalta no documento:

O problema de Alcântara choca evidentemente por sua simplicidade, em relação ao complexo problema de Salvador. Alcântara pode continuar durante longos a se esvaziar lentamente do Brasil: a despeito de seu caráter único, ela é sistematicamente negligenciada nos guias de reportagens do Brasil. Ela própria cidade de arte e em plena mudança econômica e urbanística: nada é mais tentador para o visitante que atravessar este braço de mar, onde do lado de lá repousa o mistério da cidade ideal, desta utopia materializada que foi Alcântara, que a decadência econômica alguns decênios após seu nascimento golpeou de forma tão súbita, que ela se congelou sem deixar traços de uma progressiva decrepitude.

No documento, Parent (1967, p. 5) pontua aspectos da história do apogeu e decadência da cidade: e como proposição básica coloca a reanimação rural de Alcântara.

A segunda metade do XVIII é para Alcântara uma época de grande desenvolvimento, a da prosperidade das fazendas de algodão, da Cia Grão Para Maranhão. Nesta época Alcântara suplanta São Luís, por sua riqueza e logo após a queda súbita, resultante de um curioso fenômeno que pode fazer pensar no efeito de algum cataclisma telúrico, que ao mesmo tempo arruinou e preservou uma cidade no século XVIII, intacta de qualquer modificação, Alcântara é um pouco a Pompéia ou Herculano brasileiro [...].

Depois Parent (1967) faz duas proposições para a revitalização da cidade:

a) Reanimação da zona rural de Alcântara através da SUDENE e de projetos para agricultura familiar;

b) Oportunidade de reestruturação através do turismo, com a melhoria dos transportes [barcos e avião] e infraestrutura de hotéis e restaurantes.

Propõe também um plano de urbanismo com três parâmetros (PARENT, 1967):

a) Conservação integral para o quarteirão central e largos de igrejas; restauração total dos edifícios de interesse;

b) Preservação das ruínas. As ruínas são um momento de vida da cidade e uma prova de sua alteração devem ser mantidas em seu aspecto de natureza romântica na medida onde fica compatível com a preservação destes vestígios;

c) Construção Nova, para o desenvolvimento da cidade, respeitando hum pavimento e os matérias tradicionais locais.

Parent (1967) conclui seu relatório colocando que a cidade de Salvador é uma prioridade nacional e em segundo lugar está Alcântara.

Alcântara choca pela sua simplicidade em relação ao complexo problema de Salvador, Alcântara pode continuar durante longos anos a se esvaziar lentamente do Brasil, a despeito de seu carácter único, ela é sistematicamente negligenciada pelos guias de reportagem, porém existem em Alcântara condições modelo de uma atuação onde os critérios do patrimônio não poderão ser contestados (PARENT, 1967, p. 5).

Michel Parent em sua visita a Alcântara e São Luís foi acompanhado pelo fotógrafo Marcel Gautherot, Francês radicado no Brasil desde 1940, dedicou-se a viajar por todo o país, registrando com precisão os aspectos mais variados da vida

nacional: das cidades históricas de Minas Gerais às festas populares do Nordeste, da paisagem amazônica à arquitetura modernista do Rio de Janeiro e de Brasília.

Após a vinda de Parent, Alcântara recebeu o consultor da UNESCO Português Alfredo Evangelista Viana de Lima (1913 -1991), arquiteto português formado pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), conhecido pela utilização da linguagem Corbusiana em Portugal. Participante dos Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM). Colaborou várias vezes com o arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer e foi um dos maiores expoentes da Arquitectura portuguesa do século XX.

No Relatório elaborado em 1973, notamos a percepção do processo de decadência da cidade denunciando não só a fragilidade do tecido urbano como também sua desconexão e arruinamento:

Alcântara impressiona pelo que revela de abandono, da cidade isolada do mundo, habitada por seres que viverão mais resignação que de esperança. Mas, habita também ali outra população, presente nas ruínas e na mística que as envolve, tal como envolve a história de seu passado. São os fantasmas de Alcântara que o tempo não transformou em personagem de contos de terror, mas que conservam todo o mistério e dignidade de suas grandezas passadas. Esta presença é especialmente nítida na grande praça, deparamos com as ruínas calcinadas da antiga matriz. O que resta das paredes e torres destaca-se, como imensa escultura, dos edifícios que circundam aquele largo, responsabilizando todos quantos, sejam quais forem os motivos, contribuíram ou ignoraram a decadência daquela que foi outrora o principal centro da economia e da cultura da maranhense (LIMA, 1973, p. 9).

Lima (1973) fez um excelente diagnóstico da situação econômica do estado do Maranhão na década de 50, importante para a contextualização da decadência de Alcântara no período em que Alcântara esta abrigou o presido público e alcançou seu maior isolamento:

A perda do dinamismo econômico da capital modera seu poder de atração populacional, o que produz para o período de 50/60 um crescimento populacional muito inferior à média das capitais nordestinas (7%). Mesmo crescendo apenas 4, 3% por efeito da migração proveniente de áreas rurais também decadentes, São Luís é incapaz de incorporar à vida econômica esse crescimento atingiu o número de 7000 abrigando uma população de aproximadamente, cerca de 1/6 do total de habitantes da capital (LIMA, 1973, p. 10).

Assim entre 1950 e 1970, a população da capital aumentou de aproximadamente 80% com o crescimento, sobretudo pela expansão da área urbana, pela ocupação bastante desordenada das áreas utilizáveis nos dois lados do eixo constituído pelo divisor de águas dos Rios Bacanga e Anil-uma faixa de terra

estreita e muito irregular, declinando para os mangues onde se acumulam as palafitas.

A baixa renda da população - estimável em US\$140 dólares per capita em 1969, a limitada capacidade de investimento da Prefeitura, e a inexistência de um planejamento adequado, conferem ao crescimento da cidade características profundamente negativas em termos de urbanismo e distribuições de serviços urbanos. Lima (1973, p. 12) estabelece ainda a relação direta das estratégias de reabilitação de Alcântara ligadas às de São Luís, conforme podemos observar:

São Luis, por suas características socioeconômicas, culturais e políticas foi incluída como uma das cidades prioritárias pelo Governo Federal para ser estudada dentro de um plano geral de urbanismo; assim, exige grande atenção, pois é talvez a melhor oportunidade que o Brasil possui, para afirmar mais uma vez, o seu poder criativo, dentro dum contexto que só começou a desenvolver-se, 'Tourisme d'art'.

E quando se fala de "Tourisme d'art" nesta região, inclui-se, a cidade de Alcântara, a "Pompéia Brasileira" como a classifica Parent (1973).

A denúncia da fragilidade e da desconexão da cidade da rede global pode ser percebida de forma bem mais contundente no relatório intitulado *Reestructuration y desarrollo*, do arquiteto Raul Pastrana²⁷, elaborado em Paris 1976 que ressalta aspectos como a marginalização, a decadência sócia cultural a pobreza resignada e a desconexão com os processos globais.

La situación actual de Alcântara puede resumirse en términos de sobrevivencia y marginalización. Sobrevivencia porque la situación económica e social no permite asimilar su modo de vida a un proceso de desarrollo dinámico aunque limitado. Marginalización porque se ha aislado paulatinamente del resto de la región y del país, no participando de seu desarrollo. [...] De la gloria de su pasado testimonian hoy los escasos vestigios de ingenios de la región y los innumerables palacios em ruinas que el mato invade inexorablemente. Las causa desta decadencia son multiples. Entre ellas se pueden notar las económicas como consecuencia de la desafección agropecuaria, pero también la emigración en la cual debe buscare la causa de sua decadencia social y cultural [...].

La población de Alcântara parece encontrarse em un estado que podríamos calificar de pobreza resignada, creemos que ello se puede atribuir al hecho que em su mayoría sencontram em la imposibilidad de inscribir sus proyectos vitales individuales em la dinámica de un proceso social global de desarrollo. Toda la Alcântara parece vivir com meios muy reducidos: por ello nos permitimos de hablar em términos de sobrevivencia, como una pequeña vida que continúa y se prolonga (PASTRANA, 1976, p. 16).

²⁷ Raul Pastrana, arquiteto consultor da UNESCO. Os relatórios fazem parte do dossiê sobre Alcântara do arquivo do Patrimônio Estadual e do programa Prodetur- MA.

Observamos nas palavras de Pastrana (1976) seu questionamento sobre a impossibilidade da cidade de participar com seus projetos vitais na dinâmica de um processo social global de desenvolvimento. Não havia naquela época informações a respeito de um impacto maior que viria com a implantação de um grande empreendimento em 1980 que foi o centro de lançamento de Alcântara.

Após todos os relatórios, denunciando as fragilidades da cidade e propondo medidas de revitalização e em decorrência da implantação do Centro de Lançamentos, foi assinado um convenio Nº01/1984²⁸ entre o Ministério da Cultura, o Ministério da Aeronáutica, o Governo do Estado do Maranhão e a Prefeitura de Alcântara com interveniência do IPHAN com objetivo de envidar esforços para adequar as atividades do município à preservação do patrimônio histórico e para melhoria da qualidade de vida da comunidade. Resultou deste convênio um documento intitulado " A cidade histórica de Alcântara: medidas para sua preservação face ao novo dinamismo" elaborado em conjunto pelo IPHAN e Ministério da Aeronáutica através do GICLA – grupo de implantação do Centro de lançamento de Alcântara . Este documento sintetiza todos os relatórios apresentados propondo medidas para expansão urbana e para o fortalecimento da municipalidade. Percebe-se que muitos instrumentos técnicos foram disponibilizados mas poucas ações os concretizaram .

5.2 As Ruínas como testemunho físico e simbólico dos momentos de conexão e desconexão de Alcântara

As ruínas de Alcântara, objeto de estudo de historiadores e escritores maranhenses e metáfora da decadência do Estado, configuram uma especificidade dentro do conjunto arquitetônico tombado, são inúmeras e estão localizadas na sede e na zona rural do município remanescentes das antigas casas das fazendas e dos sobrados da aristocracia agro exportadora de algodão.

Vale apenas, neste momento, descrever um pouco as ruínas mais importantes, pois elas são o testemunho dos diversos momentos de conexão e desconexão da cidade nas redes sociais, políticas e econômicas .Representam um elemento simbólico desse processo .

²⁸ Arquivo SEPLAN-MA . Prodetur- Comissão de preservação projeto Praia Grande .1985

Podemos enumerá-las com facilidade, devido sua inserção no contexto urbano. São ruínas de arquitetura militar, religiosa e civil, geralmente associadas ao abandono e decadência pela degradação de seus elementos estéticos e construtivos. Constituem-se reminiscências de um passado de glórias, fragmentos da cidade colonial, da arquitetura luso-brasileira consolidada no século XVIII inspirada no alçado pombalino e na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755.

As ruínas denunciam o abandono que a cidade sofreu no século XIX e XX e também por sua dimensão e monumentalidade são marcos do apogeu econômico da cidade. São documentos do processo histórico, vestígios que o tempo conservou. Podemos questionar porque alguns monumentos permaneceram intactos e outros foram demolidos? A natureza desta permanência não faz parte da lógica urbana, mas do valor apropriado de cada monumento.

Em Alcântara, do conjunto religioso original restou apenas a Igreja do Carmo com as ruínas do convento, da igreja e convento das Mercês nada restou; e da igreja da Matriz somente a fachada frontal e elementos laterais. Toda a Rua da bela Vista hoje chamada de Rua da amargura está arruinada e coberta pela vegetação que vai apagando parte do traçado.



Figura 31 Mapa das ruínas de Alcântara

Fonte: Barreto jr, - Manual de preservação do IPHAN, 2009

Identificamos algumas particularidades nas ruínas dividindo-as em categorias conforme o mapa da cartilha do IPHAN

1. Ruínas religiosas – são as ruínas da Tríade religiosa (igreja da Matriz, das Mercês e do Carmo) marcos originais da cidade, além das Ruínas da Igreja da São Francisco cujo arruinamento foi gerada pelo abandono e pelo vandalismo e as pedras foram consumidas pela comunidade,
2. Ruínas Augustas – ruínas de sobrados feitos para a visita do Imperador que nunca foram concluídas;
3. Ruínas da Rua amargura- ruínas da antiga Rua da Bela Vista fruto da decadência e do abandono da elite rural;

Esquema da Tríade religiosa – Ruínas religiosas e marcos originais

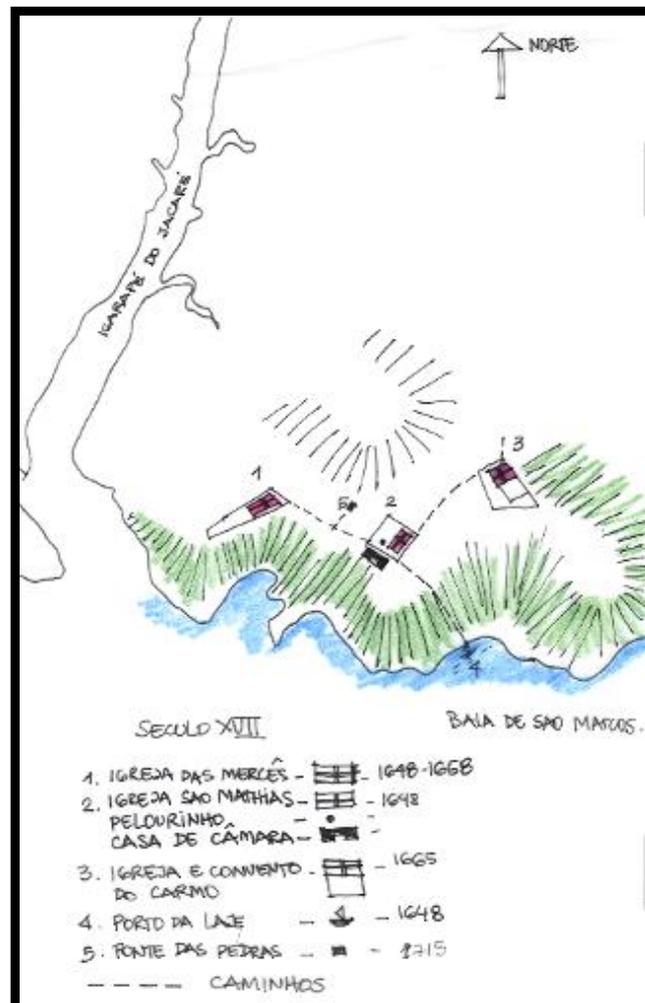


Figura 32 – Estudo da formação de Alcântara no século XVII. Mapa base 1970
Fonte: Grete Pflueger, 2002

A tríade sobre a qual o traçado da vila religiosa de Santo Antônio de Alcântara foi articulado no século XVIII, era formada por três igrejas e dois conventos das ordens dos Mercedários e dos carmelitas e a Igreja Matriz de São Mathias. Os marcos originais da cidade não resistiram a sua decadência (fotos 12). Hoje estão em ruínas, são os fragmentos da vila religiosa, que destacamos abaixo:

5.2.1 Ruínas da Matriz de São Mathias (foto 12)- Matriz

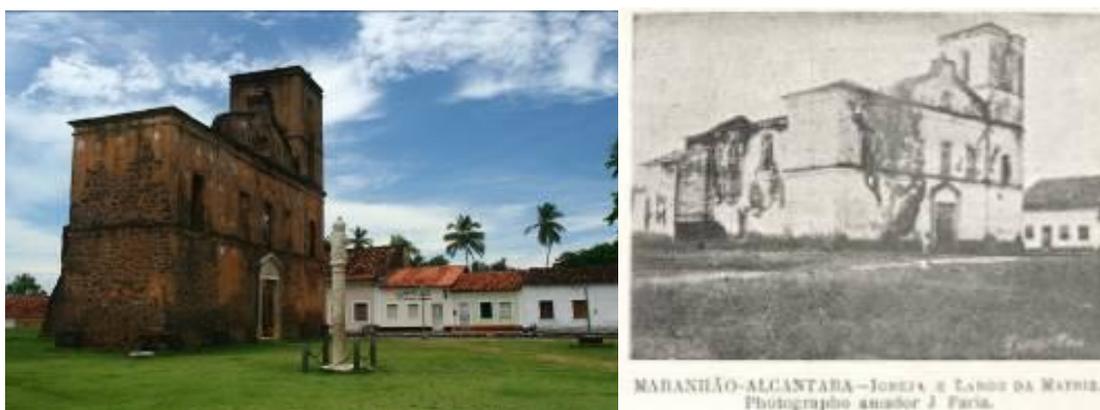


Foto 12 - Ruínas da Matriz de São Mathias em 2010 e 1905

Fonte: Revista do Norte em 1905. Fotos de Francisco Otoni, 2007 e Marcio Vasconcelos, em 2010

O inventário do IPHAN²⁹ consta que a igreja da Matriz sofreu no século XIX um desabamento do telhado. Foi neste período de decadência econômica que todos os moradores da cidade abandonaram seus sobrados, deixando para trás o que não podiam vender. Desmontaram igrejas, capelas e sobrados, vendendo a retalho todo o material de acabamento como azulejos, pedras de cantaria, sinos e toda a arte sacra do interior dos templos.

De acordo com depoimentos de antigos moradores da cidade, a Igreja foi vítima do vandalismo e do abandono, as paredes laterais da Matriz foram destruídas pela retirada sistemática das pedras para construções de calçamento das ruas por populares e pela própria municipalidade sobrando apenas a fachada frontal e parte da estrutura das torres.

Em alguns momentos a comunidade negou a sobrevivência dos monumentos, retirando-lhe seus materiais, promovendo a destruição e arruinamento e transformando-os em casas, baldrame e calçamento de ruas em bairros periféricos e favelas que emergem. Percebe-se que para a comunidade local, as

²⁹ Estes dados foram buscados na 3ª Superintendência Regional do IPHAN no Inventário nacional de bens moveis e integrados: ficha catalográfica do monumento.

ruínas estão associadas à cidade morta, ao passado distante da cidade rica e opulenta que não existe mais e, desta forma, as ruínas são vistas como espaços mortos, que não podem ser ocupados, congelando assim o tecido urbano.

Choay (2001, p. 106) nos explica sobre a destruição de monumentos com o exemplo da França onde várias medidas foram tomadas para evitar o vandalismo ideológico e outras formas de destruição do patrimônio que surgiram com a revolução francesa, após 1792. Os atos privados de vandalismo, explica o autor, pertencem ao cortejo tradicional que acompanha as guerras, destruições e ainda existem aquelas formas mais perversas que são feitas dentro da legalidade. Após a revolução em toda a França, do campo à cidade, as pessoas que adquiriram bens nacionais puderam impunemente, converter em materiais de construção, os mais prestigiosos monumentos, como foi o caso da abadia de Cluny, destruída entre 1798 e 1823.

Na pesquisa empírica encontramos no acervo de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite de São Luís a “*Revista do norte*”, publicada entre 1901 a 1905, com imagens inéditas que demonstram o processo sistemático de arruinação dos monumentos de Alcântara. As duas imagens mais impressionantes são as do convento dos mercedários e a da rua da amargura, ambas mostram as paredes inteiras existentes em 1905, onde hoje só restam baldrame com provando que o vandalismo colaborou para o arruinação.



MARANHÃO—ALCANTARA—RUINA DO INTERIOR DA IGREJA DAS MERCÊS.—Photographo amador J. Faria.



MARANHÃO—ALCANTARA—RUINAS DA RUA DA AMARGURA —Phot. amador J. Faria

Foto 13- Ruínas da Igreja das Mercês e da Rua da amargura
Fonte: Revista do Norte em 1905. Fotos de Francisco Otoni,

Algumas destas imagens estão no quadro abaixo onde fazemos uma comparação das fotos de 1905 com as atuais, observamos que os momentos

estavam ainda bem completos no início do século e foram destruídos e vandalizados ao longo dos anos.

5.2.2 Igreja e Ruínas do Convento do Carmo (foto 14)



Foto 14 – e 15 e 16 Igreja do Carmo e ruínas do convento
Fonte: Marcio Vasconcelos, em 2010

A Igreja e Convento do Carmo foram construídos em 1655. A ordem dos carmelitas foi uma poderosa proprietária de terras, escravos e olarias em Alcântara. Lopes (1970) afirma que já no final do século XIX as ordens religiosas entraram em

decadência, depois da adesão do Maranhão a independência, as ordens ficaram entregues a si mesmas. O desleixo dos responsáveis não justificava a falência das ordens, pois quando foram expulsas pelo Marques de Pombal, todas possuíam rendas das fazendas, aldeias e sítios. Atualmente o convento está em ruínas e a igreja com seu retábulo barroco foi restaurada pelo IPHAN e esta em funcionamento.

5.2.3 Ruínas da igreja e convento das Mercês (foto 17)



Foto 17 – Igreja e convento das Mercês em 1905 e 2010

Fonte: Revista do Norte em 1905. Fotos de Francisco Otoni, 2007 e Marcio Vasconcelos, em 2010

A Igreja e o Convento da ordem Mercedário foram construídas em 1668, quando a ordem foi expulsa do Brasil. Várias de suas igrejas foram abandonadas e arruinadas. Das ruínas da Igreja e do Convento dos mercedários em Alcântara, nada restou a não ser o baldrame com uma nova construção feita pelo IPHAN identificando o local onde estavam situado. Observamos na foto 13 imagens inéditas da Revista do Norte com as empenas laterais da igreja ainda existentes em 1905 e a situação atual.

5.2.4 Ruína de São Francisco de Assis (foto 18)



Foto 18 - Portal de São Francisco,
Fonte: Marcio Vasconcelos, em 2010

A igreja de São Francisco foi construída pela Ordem Terceira e de acordo com inventário nacional de bens móveis e integrados da 3^a SR do IPHAN consta que em 1870 já estava ameaçada de destruição e em 1896 já estava totalmente arruinada. É provável que sua ruína tenha se dado em virtude da perda de prestígio, e decadência da ordem que a construiu (foto 19) atualmente encontra-se resumida apenas à fachada com frontão em cantaria com o símbolo das duas mãos da irmandade e o arco cruzeiro concêntrico em seu interior.



Foto 19 - detalhe do portal de São Francisco,
Fonte: Marcio Vasconcelos, em 2010

5.2.5 Ruínas da Rua da Amargura

...Há mais que uma lição profunda a beber nas pedras destas ruínas, por esta rua da amargura que faz pensar tão amargamente no contraste entre o passado e presente da cidade e no seu incerto futuro. Ontem uma grandeza ,hoje , uma ruína e amanhã o que será (Lopes ,1970, pag.18)



Foto 20 – Ruínas da Rua da Amargura
Fonte: Marcio Vasconcelos, em 2010

O processo de abandono produz reflexos diretos no traçado urbano e na arquitetura civil. Neste contexto a Rua da Amargura tem um forte significado no processo de decadência da cidade pois seu traçado foi apagado pela vegetação que encobre as ruínas dos sobrados . A Rua da Amargura era a Rua da bela vista, principal rua de moradia da aristocracia rural com solares e sobrados com acabamento em pedra de cantaria, fachadas azulejadas e mirantes voltadas para o mar, importantes exemplares da arquitetura luso- brasileira no Maranhão que hoje estão cobertos pelo matagal.

Estes sobrados foram abandonados pelos senhores com a decadência da lavoura de algodão e abolição dos escravos no momento em que deixaram a cidade

em sua mudança para a capital São Luis. O escritor maranhense Josué Montello ilustrou este episódio no romance “Noite sobre Alcântara” quando o personagem Natalino, descendente de fidalgos e barões desce a ladeira por entre as ruínas com a chave no bolso e decidi jogá-la no mato cerrado.



Foto 21 - Rua da Amargura 2010 e 1905

Fonte: Foto atual Marcio Vasconcelos, 2010 e Revista do Norte em 1905



5.2.6 Ruínas augustas do Palácio do Imperador

Essa é uma das tantas histórias das ruínas da cidade, que foi recontada por poetas e descrita pelos jornalistas. Trata-se se do palácio que foi construído para a visita do Imperador Pedro II a Alcântara que se nunca foi concluído, pois a visita foi cancelada e o palácio transformou-se em ruínas (foto 22).



Foto 22 – Ruínas do Palácio do Imperador
Fonte: Marcio Vasconcelos, em 2010

A história foi ilustrada por Gullar (1997, p. 15) em texto sobre a cidade de “Alminta” que conta a história de Alcântara:

E chega-se mesmo a anunciar a visita do Imperador à cidade. Essa notícia por si só fez crescer exageradamente a vaidade dos almintenses. [...] Alminta começou a se preparar para a visita, que não aconteceu. Ainda hoje pode-se ver a ruína do palácio que estava sendo construído especialmente para hospedar o imperador: algumas paredes e portais de mármore mantêm-se ainda de pé em meio ao amontoado de pedras de cantaria, devidamente preparadas para compor os muros e arcos.

E o fato foi comprovado na seqüência do “Jornal Imparcial” dos dias 14, 15 e 16 de junho de 1927 que narram a visita do príncipe D Pedro de Orleans e Bragança ao Maranhão e a cidade de Alcântara para conhecer as ruínas do palacete construído para hospedar seu avô o Imperador Pedro II. Os jornais noticiam que o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, sua esposa, a princesa D. Elizabeth, e sua filha, a princesa Isabel, chegaram a São Luís a bordo do Itambé, vindo do Norte, do Pará e do Amazonas. Desembarcaram em São Luís, na rampa do Palácio dos Leões, e foram recebidos pelo então presidente do Estado Magalhães de Almeida, acompanhado de sua esposa e autoridades locais, e depois conduzidos de automóvel até o Palácio (Jornal o Imparcial de 14 de junho de 1927).

Na programação oficial do primeiro dia constava às 12h um almoço íntimo com o Presidente no Palácio. No segundo dia foi realizada a visita à cidade de Alcântara, em vapor especial, acompanhada pelo Senhor Presidente do Estado e alguns convidados. O objetivo desta visita era o de conhecer as ruínas do imperador que ainda se encontram intactas em Alcântara, testemunhando um fato que virou uma lenda na cidade, como mostra Conde (1927).

O artigo relata a história do nobre alcantarense Antonio Raymundo Franco de Sá, educado na corte e amigo de infância do Imperador Pedro II, que construiu um palacete para receber o amigo em sua cidade natal. Para tanto mandou trazer de Portugal todo o material, inclusive pedras de cantaria. No meio da obra o fidalgo foi envenenado e a obra ficou parada, virando ruína. Assim, o Imperador sequer chegou a visitar a cidade. Apenas em 1927 as “ruínas augustas” foram homenageadas com a visita do neto do imperador, Pedro de Bragança. O episódio da visita do mesmo foi amplamente divulgado em jornais de época.

A casa do Imperador

[...] É uma casa, ou melhor, uma ruína que dá a impressão, no mesmo tempo, em Alcântara e da veneração com que os grandes senhores da antiga nobreza brasileira cultivavam por D.Pedro II. É uma ruína solenne, que imprime respeito até pelas peças de granito e mármore que rolam em derredor bem lavradas, de flores esculpidas. Em Alcântara, passa da bocca dos velhos para a dos novos a história daquelas ruínas augustas. Antonio Raymundo Franco de Sá foi seu constructor. Era ele um dos fidalgos mais ricos da família tradicional dos Francos de Sá. Durante muitos annos serviu Antonio Raymundo Franco de Sá de companheiro predilecto do filho de Pedro I. Concluídos os estudos, voltou elle para o Maranhão. O fidalgo, commovido de tantas homenagens, lembrou uma visita do Imperador ao norte, até Alcântara. E insistiu em retribuir as festas recebidas.

Antonio Raymundo Franco de Sá pediu ao imperador que esperasse um aviso seu, antes de partir. E do Rio mesmo encomendou grande quantidade de pedras portuguesa de cores diversas, granitos, mármore, tudo de Portugal.

Um dia, entretanto que não sei se era bello ou feio, alguém que não gostava do rico fidalgo o mandou deste para um mundo que dizem ser melhor, com terrível veneno. Com a morte de Antonio Raymundo Franco de Sá, a casa passou para a propriedade dos filhos que o rico fidalgo possuía. E a casa foi aos poucos ficando em ruínas, cahiu o primeiro andar, espalhando pedras esculpidas pela rua a fora, mas ficou com o pavimento térreo erecto, como a demonstrar a solidez da amizade que o levantara. E se D. Pedro II não veio em pessoa a Alcântara, encarregou-se da missão o seu neto Pedro de Bragança, que em 1927 visitou as ruínas em companhia do Presidente Magalhães de Almeida. A casa esperou pela magestade³⁰ real e a magestade veio. Não importa que ella o recebesse em ruínas. A magestade que a visitou também vinha em ruínas... Esta finda a missão agora podeis cair ruínas augustas! (o imparcial, 1927, p. 1).

Montello (1984) também ilustra o final do período Imperial. No livro “Noite sobre Alcântara” o autor conseguiu traduzir toda a história da vila colonial em seu apogeu e decadência em um romance de fôlego, reconhecido internacionalmente

Quando esta geração passar, e outra vier, e mais outra, talvez só haja ruínas onde hoje se alteiam os velhos sobrados de Alcântara, rodeados de silêncio e solidão”. Vejo de perto, mais uma vez, a resignada cidade imperial, depois de tê-la olhado de longe com meus olhos de menino, e sinto-lhe, emocionado, a vagarosa agonia. Dói reconhecer, mas não posso calar; a Alcântara senhorial, que viu passar nas suas ruas retílineas os orgulhosos palanquins doirados, está-se acabando. Morre devagar, dia por dia, hora por hora, silenciosa e esquecida (MONTELLO, 1984, p. 11).

Em crítica a este livro publicada no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1978, Austregésilo de Athayde afirma que os romances maranhenses de Montello, já numerosos, fixam antes de tudo a universalidade do sentimento e caracterizam-se por ações e acontecimentos comparáveis a densidade psicológica dos personagens, sob os influxos das idéias dos costumes do tempo. Ressalta o autor que o gênio do romancista sempre foi à possibilidade de fazer coexistir o misterioso e o real, o evidente e o invisível e a atmosfera maranhense está carregada simultaneamente de mistério e realidade.

Com maestria absoluta da pena que possui, Montello nos toma pela mão, a fim de assistirmos ao crepúsculo de uma cidade e com ela o fim do Brasil imperial. O encanto deste livro está precisamente na presença de duas ausências: a morte de um regime e a morte de uma cidade (ATHAYDE, 1978, p. 78).

Considera Athayde (1978), que o essencial na obra e arte é a identificação do homem com seu meio, onde o artista encontra os símbolos, o poder de transformar a realidade subjacente na consciência, em criações imaginárias.

³⁰ Magestade - grafia de época. Grafia atual correta majestade.

Afirma que nenhum romancista alcança os páramos de seu gênero sem esse patrimônio de experiências dos sentidos acumuladas por ele próprio ou adquiridas de gerações que nele encarnam pelo mistério da hereditariedade e ele inicia seu texto com a seguinte frase: *as cidades passam como os homens e não seria bom que fossem eternas?* (ATHAYDE, 1978) e conclui afirmando que Alcântara não morrerá jamais.

A seguir examinaremos o ultimo momento da história recente de Alcântara, quando da instalação do centro de lançamento de foguetes

5.2.7 Ruínas do futuro

Além das ruínas do passado colonial e imperial, Alcântara também tem ruínas contemporâneas resultantes de um grave acidente com a plataforma de lançamentos de foguetes.

Em 2003 houve um grande incêndio no centro de Lançamentos em Alcântara localizado a 5 km da cidade histórica. Este incidente teve início com a ignição espontânea de um dos quatro motores do foguete, segundo o major brigadeiro Tiago Ribeiro, diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e destruiu o Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) causando a morte de 21 técnicos e cientistas na base espacial de Alcântara, no Maranhão (Folha Press, 2003).

Esse acidente da base espacial foi comentado pelo poeta contemporâneo maranhense Chagas (2008) ³¹ em artigo intitulado “Inferno sem barreira” com uma denúncia da situação das ruínas de Alcântara através da análise das ruínas antigas da cidade colonial e das novas ruínas resultantes da plataforma de lançamento de foguetes). No artigo o autor refere-se a Alcântara como uma “*infelizidade*”.

“E de fato, vítima tanto do tempo quanto do espaço, Alcântara sofre pelo passado que lhe arrancaram à força e por um futuro que também à força lhe querem dar”. A rigor é uma cidade que não tem presente. Eu disse sobre ela, no meu livro “Alcântara - negociação do azul ou a castração dos anjos” - que ali” o tempo se condensou em tempo de espera /espera de tudo/e o grande orgulho da cidade é saber hoje esperar/o passado/que pelo futuro/ qualquer cidade espera (CHAGAS, 2008, p. 8).

³¹ José Chagas é membro da Academia Maranhense de letras, autor de 11 livros. Cf. CHAGAS, Jose. Alcântara: negociação do azul ou a castração dos anjos. São Luis: Edições AML; SIOGE, 1994.



Figura 33 - Ruínas da Plataforma de Lançamento Foguetes em Alcântara

Fonte: O Estado do Maranhão, em 2003



Foto 23 - Ruínas do Palácio do Imperador,

Fonte: Grete Pflueger, 2009



Foto 24 - Ruínas da Rua da Amargura,
Fonte: Grete Pflueger, 2009



Figura 34 - Ruínas da plataforma de
Fonte: Florido (2003) lançamento

Após sete anos do acidente que destruiu a primeira torre do Centro de Lançamento de Alcântara e que deixou saldo de 21 mortos em 2003, uma nova estrutura para a plataforma de lançamento denominada de TMI (Torre Móvel de Integração) está praticamente concluída. A nova torre de lançamento do foguete espacial brasileiro VLS-1 (Veículo Lançador de Satélite) de acordo com dados do Instituto de Aeronáutica e Espaço³² foi aperfeiçoada e contempla equipamentos de segurança que não existiam na versão anterior, que derreteu na explosão ocorrida em 2003. Os recursos para a obra do complexo espacial foram em torno de R\$ 44,1 milhões. De acordo com o engenheiro Valderci Giacomelli, gerente do projeto, a nova torre é toda em estrutura de aço e pesa 380 toneladas, mede 33 metros de altura, o equivalente a um edifício de nove andares. O projeto foi desenvolvido no Instituto de

³² Disponíveis no site <http://brazilianspace.blogspot.com/2010/07/torre-do-vls-esta-em-fase-final-de.html>

Aeronáutica e Espaço, vinculado ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, em São José dos Campos – SP



Foto 25 - Nova plataforma inaugurada em 2011

Fonte : Brazilianspace.

6.ALCANTARA NO SECULO XXI

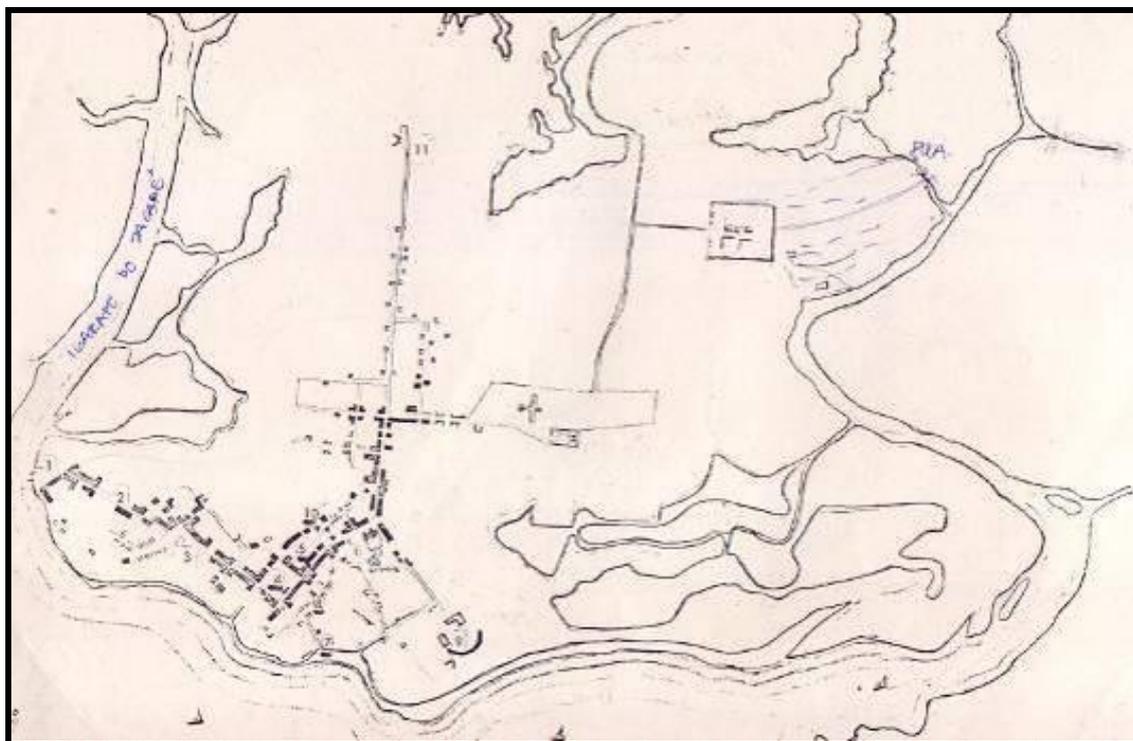


Figura 35 - Planta cadastral cidade de Alcântara, em 1970
Fonte: Pedro Alcântara



Figura 36 - Imagens de satélite de Alcântara
Fonte: Google Earth (2011)

Podemos observar a transformação urbana da cidade com o confronto do mapa cadastral da década de 1970 com a imagem de satélite do Google Earth de 2011. Na planta cadastral de 1970 observa-se a fragilidade urbana da cidade em processo de decadência e que apresenta uma malha urbana pequena. Na imagem de satélite de 2011 observamos a expansão da ocupação das encostas e a avenida de anel de contorno consolidada (foto 22) figuras 27 e 28. O crescimento da cidade é visível e também a explosão da ocupação das áreas de encostas do mangue.

6.1 A questão fundiária e o Centro de Lançamento de Alcântara

A questão territorial e fundiária em Alcântara configura-se como um desafio, as terras de propriedade inicialmente das ordens religiosas carmelitas, mercedárias e jesuítas durante todo o século XVII e XVIII foram abandonadas e apropriadas passando para os aristocratas e para o Estado na medida em que ordens foram extintas como a dos mercedários e jesuítas, criando uma situação confusa nas titularidades dos terrenos urbanos. As ruínas dos grandes conventos e igrejas das casas de fazendas e engenhos são hoje reconhecidas como área de proteção federal pelo IPHAN e configuram-se como sítios arqueológicos.

Muitos imóveis em Alcântara, devido o processo de decadência econômica, são objeto de infundáveis inventários de famílias burguesas decadentes que acabaram virando ruínas na impossibilidade de desapropriação ou venda ou pelo alto custo da restauração.

Na zona rural de Alcântara, no século XIX após a decadência econômica e com o abandono dos engenhos e fazendas pelos aristocratas e produtores rurais as terras foram doadas aos negros libertos que permaneceram nelas criando novas categorias de titularidade denominadas pela “nova cartografia social” de: terras de santo, terras da pobreza, e terras de negros reconhecidas como territórios étnicos dos remanescentes de quilombos. A questão territorial está no centro da discussão entre quilombolas e o centro de lançamentos, na qual ambos brigam pela titularidade.

Em 1999 foi instaurado um inquérito público destinado a diagnosticar possíveis irregularidades na implantação e funcionamento do Centro de Lançamento, especialmente com relação ao reassentamento das famílias residentes na área desapropriada e aos problemas da sede.

A ocupação desordenada das áreas de mangue, do Baixão do Lobato (foto 23) e do entorno da Avenida de Anel do Contorno deu início a um processo de favelização em Alcântara, alterando a estrutura da malha urbana, áreas de interesse ambiental e arqueológico. O Processo de favelização do entorno foi visível assim como o crescimento de bairros pobres com casas de taipa nos baixões, valas e encostas de mangues favorecidos pela topografia do promontório onde a cidade foi implantada.



Foto 26 - Favela do Anel de Contorno, em Alcântara-M
Fonte: Grete Pflueger, 2009



Foto 27 - Baixão do Lobato - ocupação irregular
Fonte: Marcio Vasconcelos, em 2010

Na figura abaixo destacamos em verde a avenida do anel de contorno que foi construída em 1980 para atender o tráfego pesado de caminhões fora do centro no período da construção do Centro de Lançamentos. Observa-se hoje que em torno desta avenida começou o processo de favelização das áreas de mangue e ocupação dos baixões situados nas imediações desta avenida.

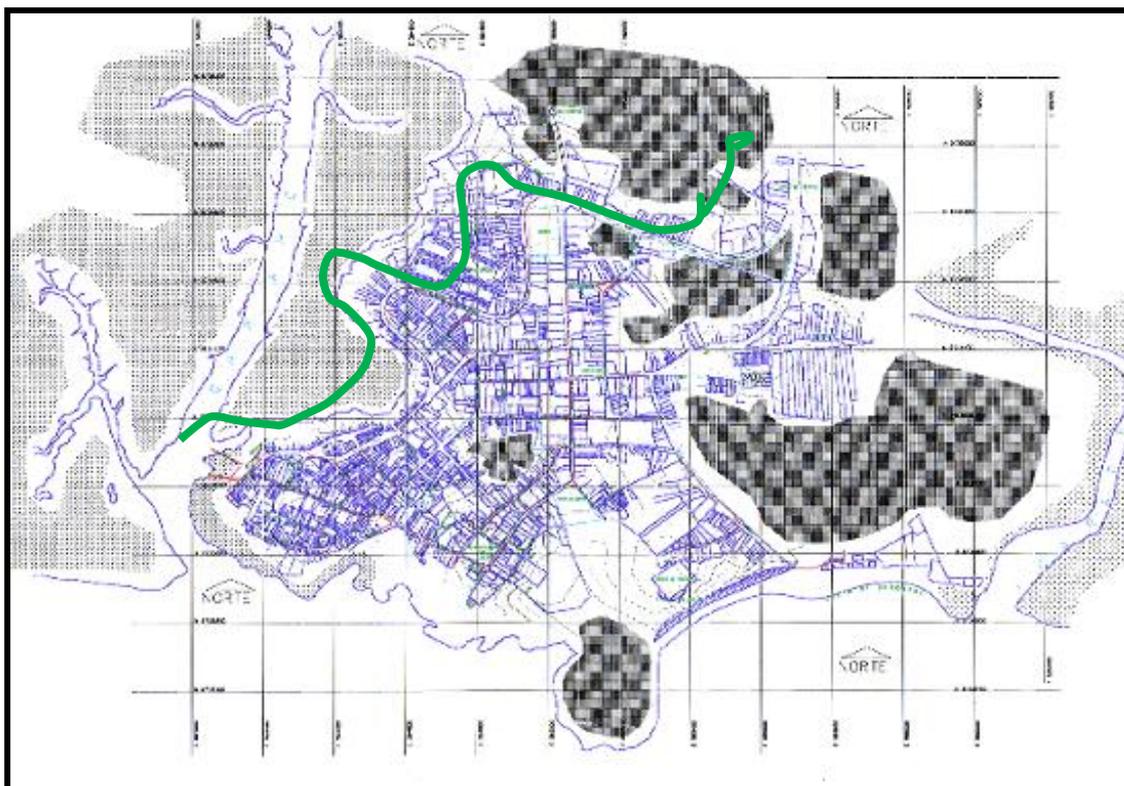


Figura 37 - Avenida de Anel de Contorno sobre mapa de GPS, de Alcântara-MA, em 2000
Fonte : Grete Pflueger, 2010

O Centro de Lançamento pouco contribuiu para o crescimento econômico da região e além disso o êxodo da população deslocada de seus povoados na zona rural para a sede pressionou a estrutura física e social da cidade, gerando desagregação social e urbana .

Decorridos 30 anos da implantação do CLA-Centro de Lançamentos (1980) questões preliminares ainda são discutidas, como, por exemplo, a consolidação do primeiro Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do empreendimento no município e a delimitação da área de tombamento federal.

O termo de referência do EIA RIMA proposto foi rejeitado por desconsiderar o contexto etno-histórico e arqueológico regional assim como os impactos sobre o patrimônio cultural da sede, já evidente, como o processo de favelização, além da definição das medidas mitigadoras do processo. Além deste impasse, há ainda o problema da falta de delimitação da área de tombamento federal. Sem os instrumentos técnicos e sem o conhecimento do zoneamento necessário, os mecanismos de preservação foram deficientes e o processo de ocupação do espaço urbano da cidade ocorreu sem controle.

Nesse sentido, o IPHAN elaborou um plano diretor para a cidade histórica que estabeleceu critérios para a regulação das áreas de intervenção e contenção da ocupação desordenada.

Persovian (2006) explica que grande parte das famílias que estão morando, atualmente nas periferias da capital, especialmente do bairro da Camboa e Liberdade são oriundas de Alcântara, “muitas por conta da implantação da base, que as expulsou de suas terras”. Os moradores destes bairros são produtores de carvão, prática antiga dos alcantarenses, eles comercializam o produto oriundo das comunidades negras do interior do município. O carvão chega à capital nas canoas costeiras que encostam nas proximidades das margens do Rio Anil, abaixo da ponte Bandeira Tribuzzi e são revendidos pelos alcantarenses que moram na periferia de São Luis.

Castells (2005) coloca que a globalização atua de forma seletiva incluindo e excluindo segmentos de economias e sociedades das redes de informação, riqueza e poder que caracterizam o novo sistema dominante. Ressalta ainda o papel das organizações sociais dentro da nova dinâmica das redes e da globalização como elementos de resistência na mediação da relação dialógica entre o local e o global. Podemos observar que este processo ocorre com as comunidades quilombolas de Alcântara, que uma vez reconhecidas pela Constituição Federal de 1988, estão atuando de forma a conseguir a titularidade das terras dos negros.

Na América Latina o nível de desigualdade na distribuição de renda sempre foi elevado. Para países em desenvolvimento como o Brasil, Castells (2005) afirma que a disparidade corresponde à taxa de migração do campo para a cidade, uma vez que o principal fator referente à desigualdade na distribuição de renda é a diferença abissal entre os níveis de renda na área rural e nas aglomerações urbanas. Em suas estatísticas, o autor apresenta dados de 1990 relativos ao que era considerada a linha de pobreza extrema e o nível de consumo equivalente a um dólar por dia, significa dizer que 1.3 bilhões de pessoas, 33% da população em desenvolvimento, encontram-se em estado de miséria, destas pessoas 550 milhões vivem na Ásia, 215 na África e 150 milhões na América Latina. A individualização do trabalho deixa os trabalhadores à mercê da própria sorte, tendo de negociar seu destino em vista das forças de mercados e mudanças constantes.

Em seus estudos sobre as cidades na economia mundial, Sassen (1998) considera que ao lado das novas hierarquias globais e regionais há um vasto

território que se tornou cada vez mais periférico e cada vez mais excluído dos grandes processos econômicos que alimentam o crescimento econômico na nova economia global. Uma multiplicidade de centros manufatureiros, cidades portuárias outrora importantes, perdeu suas funções e encontra-se em declínio. É o caso particular de alguns estados brasileiros e de algumas cidades históricas, como Alcântara.

Sassen (1998) trabalha ainda o conceito de cidades periféricas como cidades que se transformaram em secundárias ou marginais devido às transformações na economia mundial. Elas perderam a importância, pois os produtos que exportavam ou produziam caíram em desuso, subtraindo seu lugar privilegiado para as novas cidades. Algumas cidades decadentes, provavelmente jamais recuperarão a importância que tiveram, portanto terão dificuldades de se reconectar em rede de cidades importantes hoje. Ela nos coloca a nova geografia dos centros e margens ressaltando que três fatores importantes nos últimos 20 anos estabeleceram as bases de análises das cidades na economia mundial:

1. A dispersão territorial das atividades econômicas das quais a globalização é uma das formas contribuiu para o crescimento das funções e operações centralizadas.
2. O gerenciamento e controle centralizados sobre um conjunto geograficamente disperso de operações econômicas não ocorrem inevitavelmente como parte de um sistema mundial, pois requerem a produção de um conjunto de serviços especializados.
3. A globalização econômica contribuiu para uma nova geografia da centralidade e da marginalidade

Desta forma surge o lócus da periferia resultante da dualidade existente entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos que gerou esta geografia da centralidade e da marginalidade, repleta de desigualdades representando a transformação da geografia do centro e da periferia. A condição de ser periférico instala-se em diferentes terrenos geográficos, e dependendo da dinâmica econômica presenciamos hoje novas formas de *periferização* do centro de algumas grandes cidades.

6.2 Projeto Cyclone space

Em 2005 o governo brasileiro promulgou o Decreto Lei N° 5.436 que ratifica o tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara assinado em Brasília em 21 de outubro de 2003. O objetivo do presente Tratado é definir as condições para a cooperação de longo prazo entre as partes sobre o desenvolvimento do sítio de lançamento do Cyclone-4 e a prestação de serviços de lançamento para os programas nacionais espaciais das partes, assim como para clientes comerciais.

Este projeto em pleno andamento tem causado polêmicas. O Jornal “A Folha de São Paulo”³³, na seção debates, que traz opiniões divergentes convidou Maristela Andrade, antropóloga e Roberto Amaral, cientista e diretor geral do Cyclone space e colocou a seguinte questão sobre Alcântara. - *As obras atuais do programa espacial brasileiro no Maranhão configuram invasão das terras quilombolas.*

Em resposta positiva a antropóloga e Dra Maristela Andrade da Universidade federal do Maranhão, explica que os militares em 1980 quando implantaram o centro imaginavam Alcântara como um vazio demográfico, desconhecendo a existência de terras de quilombos, mas em 1988 a constituição federal garantiu aos remanescentes de quilombos o direito á titulação das terras. Alcântara teve seu território étnico integrado por 150 comunidades onde residem 17 mil pessoas reconhecido pela Fundação Palmares no ano de 2000.

Esta perspectiva mudou completamente a questão da desapropriação das terras e destas comunidades negras para a ampliação do centro de lançamentos. Em defesa do projeto Roberto Amaral afirma que é indiscutível a importância do programa espacial no Brasil para segurança do espaço aéreo, monitoramento ambiental de nosso território e às telecomunicações em geral.

A Ucrânia possui uma das mais testadas linhas de foguetes mas não possui base de lançamento e Alcântara possui a estrutura mas não tem tecnologia e está a 2,2 graus da linha do equador que possibilita maior capacidade de lançamentos para órbitas equatoriais .Amaral afirma que os quilombolas já paralisaram por um ano o projeto e que os prejuízos são enormes .

³³ Folha de São Paulo, 28 de fevereiro de 2009.seção tendências e debates , pagA3.

O litígio de Alcântara

Se prevalecerem os interesses da Aeronáutica, da Agência Espacial Brasileira e da Alcântara Cyclone Space, a empresa que faz os lançamentos, os quilombolas perderão seis áreas ao norte do município que totalizam 60 km²

- Povoados quilombolas
- Agrovilas
- Território quilombola
- Áreas do centro de lançamento
- Território não quilombola

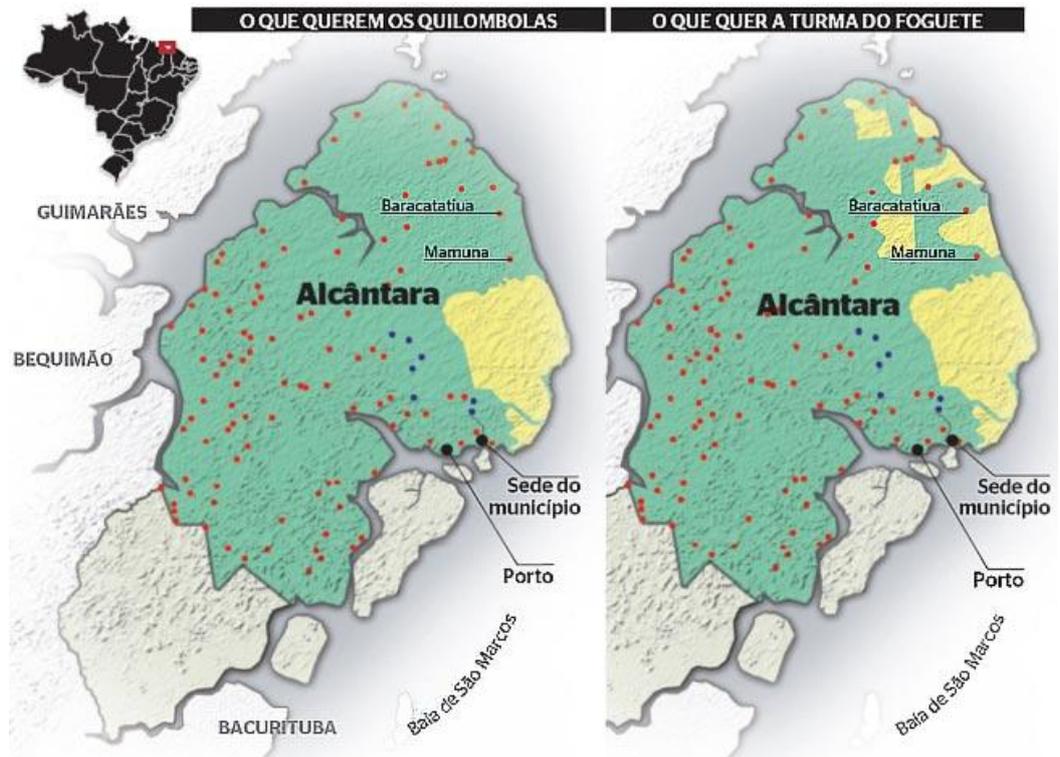


Figura 39: Mapa da área em litígio entre Ciclon e Quilombolas – Alcântara-MA
 Fonte: Revista [Epoca de 12/02/2009 .artigo de Mariana Sanches: INCRA atrasa o já emperrado projeto espacial brasileira por causa de quilombos.

Pereira (2009) explica que o acordo com a Empresa Brasileiro-Ucraniana Cyclone Alcântara Space foi objeto de polêmica no início da gestão do Governo Federal devido a cláusulas que não levavam em conta à soberania nacional e que limitavam a permissão para acesso à base por brasileiros.

Ele afirma que embora Alcântara seja considerada o melhor local do mundo para lançamento de foguetes, o programa espacial está sendo emperrado por grupos indígenas e quilombolas que estão instalados na região. O esforço da aeronáutica tem sido em tentar um acordo com os quilombolas para que os lançamentos não sejam impugnados pelos movimentos sociais e se tornem alvo de protesto.

6.3 O Território étnico das comunidades quilombolas: os impactos do Centro de Lançamento de Alcântara³⁴

De acordo com estudos do antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida, os povoados de Alcântara constituem um “território étnico” ou “território de exclusividade negra”. Grande parte dessas comunidades está na área de terras que estão sendo desapropriadas pela base espacial de Alcântara, onde, estima-se, estão 3.600 famílias.

Mesmo as famílias que estão fora da área da base espacial sofreram e vêm sofrendo danos por causa dos impactos causados pela instalação do empreendimento, Decorrente do acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, e, atualmente pelo projeto Cyclone Space com a Ucrânia

A área que o governo do Maranhão pretende desapropriar foi dividida em duas. A Área I correspondente a cerca de 16 mil hectares está na chamada “área de segurança”. A Área II corresponde ao restante do território que está sendo tirado das comunidades. Esta área abriga as moradias dos oficiais e técnicos do Centro de Lançamento de Alcântara, um aeroporto e algumas agrovilas que receberam as comunidades já deslocadas.

Entre os principais problemas enfrentados pelas comunidades estão: êxodo rural; formação de favelas, palafitas e ocupações na zona urbana do município; precariedade das condições nas agrovilas; irrisórias indenizações para as comunidades que já foram deslocadas; ameaça de novos deslocamentos forçados; ameaça da desestruturação de algumas comunidades por causa da inclusão dos agrupamentos forçados das comunidades; esgotamento dos recursos naturais e destruição ambiental; impedimento à pesca pelas comunidades e ao acesso aos cemitérios onde estão enterrados os parentes dos moradores.

³⁴ Cf. REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Os impactos do Centro de lançamento de Alcântara. Disponível em: <<http://social.org.br/cartilhas/cartilha001/cartilha003.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

Hoje, as comunidades encontram-se em três categorias:

1. Ameaçadas de deslocamento: comunidades que estão na iminência de ser obrigadas a deixar suas terras. Elas sofrerão deslocamento forçado para áreas que pertencem a outras comunidades;
2. Ameaçadas de desestruturação: comunidades que estão na iminência de receber em suas áreas centenas de famílias provenientes das “comunidades ameaçadas de deslocamento”. Isso iria gerar a desestruturação da cultura, da produção, dos recursos naturais e do modo de viver destas comunidades;
3. Deslocadas: comunidades que foram forçadas a deixar suas terras e foram deslocadas para “agrovilas” no período inicial de implementação do Centro de Lançamento de Alcântara. Estudos da Confederação de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) mostram que a instalação da Base Espacial aumentou os casos de prostituição de gravidez na adolescência nas comunidades.

A importância histórica e cultural dessas comunidades fez com que a constituição brasileira de 1988 reconhecesse o direito delas aos seus territórios. Em geral, são territórios denominados “remanescentes de quilombos”. Essas comunidades, vindas de doações a ex-escravos, também são chamadas de “terras de preto” ou “comunidades negras”. Seus integrantes recebem o nome de “quilombolas”. Já as terras abandonadas por ordens religiosas deram origem às “terras de santo” e “terras de santíssimo”.

São Luís, domingo, 1º de junho de 2008

...: Cidade ...:

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA OU ENTREGUISMO?**Projeto espacial em Alcântara é um desastre, diz pesquisadora***Para Maristela Andrade, da Ufma, o 'aluguel' de áreas de um futuro Centro Espacial para outros países vai sufocar as comunidades quilombolas*

POR OSWALDO VIVIANE

A professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Maristela de Paula Andrade, classifica de "desastre" o projeto do governo federal de construir em Alcântara um Centro Espacial (CEA) para abrigar bases de outros países. Segundo a pesquisadora, o projeto vai "impedisse" ainda mais as comunidades tradicionais da área (quilombolas, na maioria), deslocando-as e forçando-as a abandonar suas terras.

Maristela Andrade - que abordou o assunto durante um ciclo de palestras promovido pela deputada estadual Helena Helary (PT) - admitiu que o Brasil "vai ganhar dinheiro" alugando áreas de Alcântara para que outros países realizem seus lançamentos espaciais, mas questionou: "A Casa Civil do governo federal adotou o projeto da Agência Espacial Brasileira. E quem vai adotar as populações que vivem na área?".

Para a pesquisadora, se toda a faixa do litoral de Alcântara for fechada - como previsto no projeto de construção do Centro Espacial - e entregue aos países que se servirão do território brasileiro para tocar seus projetos espaciais, vai faltar alimento não só para as comunidades de Alcântara, mas também nos agrovilas para onde foram levados os primeiros deslocados e que são supridas por esses povoados.

Até mesmo na capital maranhense, São Luís, a falta de produção de alimentos em Alcântara poderá ser sentida. "Na capital, também se come peixe trazido de Alcântara", afirmou a professora Maristela. "A área de influência do desastre provocado pela construção do Centro Espacial vai alcançar São Luís", completou a pesquisadora. (Com informações do jornal de Curitiba, *Correio*).



Entrada do CLA: vias com pavimentação impecável e total infra-estrutura



Figura 40 -Evolução tecnológica ou empreguismo
Fonte: Jornal Pequeno .1/07/2008- Viviane (2008)

DUAS REALIDADES

Alcântara dos foguetes contrasta com a das casas de taipa e palha

Para líderes comunitários, a implantação do centro de lançamento não trouxe nenhuma melhoria nas condições de vida dos alcantarenses

POR OSWALDO VIVIANE

Dois mundos diferentes convivem no município de Alcântara (a 433 km de São Luís) praticamente sem se conhecer. Um deles, representado pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), é formado por torres e estruturas que vivem literalmente que acima, localiza um foguete que custa quase R\$ 3 milhões, como VSB-50, lançado no último dia 18, neste mês de agosto apenas parcialmente (veja texto em destaque). O outro - mais próximo da realidade de milhares de maranhenses - abriga gente humilde, que vive em casas de taipa e palha, com as paredes fincadas no chão de terra batida, e que depende, para sobreviver, da pesca, da agricultura ou de um trabalho precário, que subaproveita a riqueza da fazenda, da agricultura, do turismo e da flora alcantarenses.

De acordo com líderes comunitários e moradores dos bairros pobres, o distrito entre Alcântara que fica para a região ribeirã que ocupa 33% da área do município e a que ainda costuma ser fogos e boatos que vive nos estúdios 47%) em sua comunidade nos últimos anos.

Mundo incógnita para Para Irvaldo Borges, o "Borgão" que integra o Movimento dos Atingidos pela Base Especial (MAB), a implantação do centro de lançamento não trouxe nenhuma melhoria nas condições de vida dos alcantarenses. "A base nunca serviu para a população de Alcântara. Ela não trouxe empregos e melhorias. O atual sistema continua o mesmo, ainda com a falta de saúde, de saneamento básico, de escolas. O centro de lançamento não tem função social. E só para lançar foguetes. Depois acabam dando a implantação da base, em 1961, é só isso. Gasta-se muito dinheiro para lançar foguetes no espaço, e a população, desorganizada e humilhada, continua na miséria."



A modernidade no CLA e o atraso na comunidade Maricinal: duas faces de Alcântara



Cêrrego aberto cratera em rua da Vila Airton e ameaça 'tragar' várias casas

na dos lançamentos de foguetes, ou seja o direito de trabalhar é respeitado, pois o pessoal da base recebe o mesmo a uma grande área perto da praia da Pera."

O diretor do CLA, coronel Eugênio Luiz Vitoriano Cruz, diz que de tudo o que dizem "Borgão" e Airton, a construção

de estruturas entre o poder público e os militares de Alcântara, o fato é que a construção entre o a construção de duas modernas instalações do CLA e a precariedade presente em seu entorno é grande. Essa diferença se faz notar já no caminho que atravessa a sede da

em pequenas roças e com a criação de alguns animais. A maioria das crianças de Maricinal está fora da escola.

Mesmo na sede de Alcântara - onde há tempo das ruínas de construções do século 17, de instalações modernas militares, que incluem uma típica prisão -

Figura 41- Duas realidades
Fonte: Fonte: Jornal Pequeno .29/07/2007- Viviane (2007)

6.4 Alcântara no século XXI

De acordo com o mapa da nova cartografia social da Amazônia (PEREIRA JUNIOR, 2008) que promoveu o levantamento de todos os povoados do município de Alcântara, catalogando-os, grande parte deste território, 51 % do total, foi desapropriada pelo Centro de Lançamentos, remanejando comunidades de pescadores na área do litoral e antigos quilombos para as agrovilas construídas pela aeronáutica em áreas inadequadas.

A classificação das terras de Alcântara, de acordo com Fernandes (1998), respeita uma divisão especial com denominações como: ‘*Terras de santo*’ que se aplicam às terras doadas às ordens religiosas como o povoado de Itamatatua dedicado à Santa Teresa D’Avila; “*terras de preto*”, remanescente dos quilombos; “*terras de parente*”, doadas por herança ou as terras da pobreza, doadas pelos antigos proprietários aos pobres.



Figura 42 – mapa do município de Alcântara com a demarcação da área do CLA
 Fonte: <http://www.alcantaracyclonespace.com>

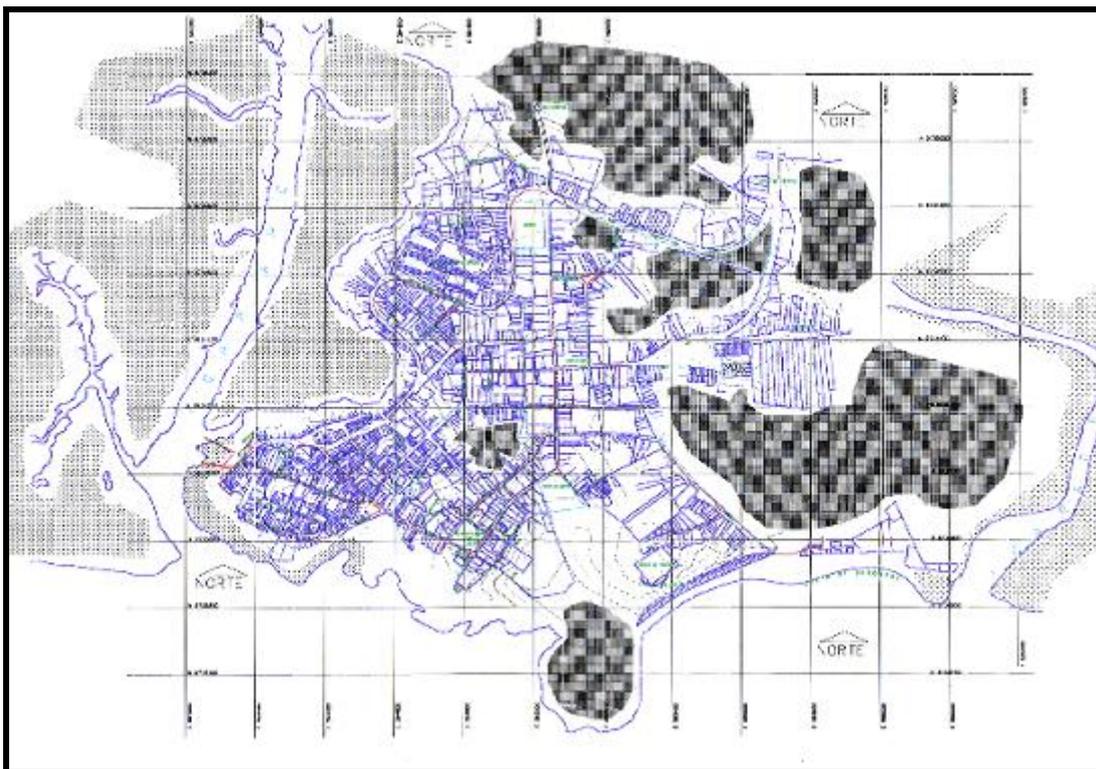


Figura 43 – Planta digital da cidade de Alcântara, em GPS, em 2000
 Fonte: Prefeitura Municipal de Alcântara

A população residente, de acordo com a sinopse do censo de 2010 do IBGE³⁵, é de 21.851 habitantes, divididos entre a sede (zona urbana) com aproximadamente 5.908 habitantes correspondendo a 29,28% da população e a zona rural com 15.452 habitantes equivalentes a 70,72% do total. A densidade demográfica é de 14,7 hab. /M (quadro 3).

População	1940	1950	1960	1982	1991	2000	2010
Total	11079	14820	16089	15815	19587	21291	21851
Homens	5680	7527	8089				
Mulheres	5399	7293	8000				
Sede						5000	5908
São João	3745		2285	2700			
Zona rural		12000	14000			16.291	15.452

Quadro 3 – Resumo populacional
 Fonte: Dados IBGE- MA, censo 40-2010

³⁵ Dados montados a partir dos censos dos anos entre 1940 e 2007, disponíveis no site do IBGE (<http://www.ibge.gov.br>). <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index>.

A maioria dos povoados não dispõe dos serviços básicos como eletrificação, água encanada e saneamento. Os serviços públicos oferecidos pela municipalidade são precários e atendem apenas à sede e aos povoados maiores como São João de Cortes e Oitua. Vale ressaltar que a energia elétrica chegou à sede de Alcântara na década de 80, pois antes a cidade era atendida por gerador e a zona rural vivia sem nenhum serviço básico do Estado como luz e esgoto. O acesso aos povoados é feito por estradas de terra, dificultando as trocas comerciais e favorecendo o isolamento. O índice de analfabetismo é um dos maiores do Estado. O IDH do estado é 0,636 um dos menores do país e o de Alcântara é ainda menor.

Alcântara –Ma- dados econômicos – renda	1991	2000
Renda per Capita	57,92	60,73

Indigentes	1991	2000
% de indigentes	49,90%	54,50%
% de crianças indigentes	56,45%	63,87%
Intensidade da indigência	43,40%	64,55%
% de pobres	76,15%	79,63%
% de crianças pobres	81,58%	86,39%
Intensidade da pobreza	57,53%	64,27%

Quadro 4 - Renda per capita e Percentual de Indigentes no Município de Alcântara
 Fonte: Confederação Nacional de Municípios (2010a) www.cnm.org.br/economia

De acordo com os dados do recente “Relatório de Diagnóstico Local” os índices de pobreza do município são expressivos: O resultado deste quadro se faz sentir nos indicadores de pobreza e indigência no município de Alcântara, todos com tendência de alta. Esse fenômeno alcança também as crianças e compromete as perspectivas futuras do município (BURNETT; MUNIZ, 2009).

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) de Alcântara não deixa dúvidas quanto ao peso dos serviços na economia local, francamente superior à própria agropecuária e muito acima da incipiente indústria.

Sendo o único fator a apresentar crescimento constante, juntamente com a administração pública, os serviços reforçam o caráter improdutivo da atividade

econômica de Alcântara, que se renova às custas dos investimentos e dos salários pagos pelo poder público (quadro 5).

Fator	2002	2004	2006
IDH	0,588	0,588	0,600
PIB per capita	1,609.94	1,733.32	2,171.80
População	21,780.00	22,165.00	22,550.00

Quadro 5 - Composição do PIB

Fonte: Confederação Nacional de Municípios (2010b)

O “Relatório de Diagnóstico Local” aponta o turismo como uma possibilidade de articulador territorial:

Ao identificarmos a reduzida possibilidade de uma retomada do desenvolvimento em Alcântara a partir de suas próprias forças, sejam elas urbanas ou rurais, a questão de um fator externo surge como alternativa decisiva [...] Há, porém, outro fator externo que pode contribuir para o desenvolvimento de Alcântara e contribuir na construção de um modelo de sustentabilidade. Graças à qualidade do seu espaço urbano e do acervo arquitetônico, bem como do forte simbolismo que a cidade carrega, o potencial turístico de Alcântara deve ser desenvolvido. Entretanto, além de pouca reversão econômica para o município, os pacotes existentes exigem disposição e saúde, além do fato de que a cidade conta com um forte rival no próprio centro histórico de São Luís. Mas, diferentemente da capital, a elaboração de um programa de turismo integrado campo-cidade tem em Alcântara amplas possibilidades de sucesso. Para combater o “turismo de um só dia”, a alternativa é criar vínculos entre a sede e as comunidades rurais, com os visitantes participando e incorporando a história e a cultura alcantareense em sua totalidade (BURNETT; MUNIZ, 2009, p. 20).

Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e o PIB se apresentam baixos, pois a economia do município, atualmente, é baseada na agricultura de subsistência. Ainda que o turismo seja considerado como fonte de renda do município, ainda é bastante incipiente. Some-se o fato de que o governo estadual esta dando ênfase ao turismo na região dos lençóis maranhenses, sem articular os dois destinos políticos .

O principal empregador é a prefeitura, que conta com uma pequena parcela do Fundo de Participação Federal, insuficiente para a manutenção de todo o município. Na zona rural, a agricultura de subsistência é centrada no plantio da mandioca, banana, milho, arroz, na produção tradicional do carvão vegetal, na extração do côco de babaçu e na pesca artesanal.

Diante de um cenário de transformações, a comunidade de Alcântara conservou suas tradições como resistência aos processos externos. As mais

expressivas manifestações culturais são as duas festas religiosas: a do Divino Espírito Santo em maio e a de São Benedito em agosto. São momentos muito especiais de grande interação, solidariedade e participação da comunidade que, por sua originalidade, atraem turistas do interior do Estado. A comunidade desliga-se de sua dura realidade, comemora e revive elementos tradicionais da cultura da antiga vila de Santo Antonio de Alcântara revelando características muito peculiares de sua história.

O turismo é visto como a principal alternativa econômica. O turismo que acontece neste momento está caracterizado por dois tipos: a) o turismo de visitas diárias, b) o turismo de fim-de-semana e c) o turismo sazonal

Ambos decorrem do incremento do turismo na capital, especialmente após o reconhecimento de São Luís como Patrimônio Mundial em 1998. Esse fluxo contribui pouco para a economia do município visto que ambos não geram novos empregos nem dinamizam a atividade hoteleira. O turismo diário apenas traz algum benefício para o setor de alimentação. E o de fim de semana ainda é mais prejudicial, pois normalmente a população flutuante que chega à Alcântara, traz tudo o que precisa de seus locais de origem.

O turismo sazonal mais intenso que ocorre nos períodos de férias, julho e dezembro e nas festas tradicionais em maio e agosto, provoca uma expressiva demanda, e a cidade sofre os problemas da sobrecarga, pois despreparada para receber o turista, devido à falta de infraestrutura urbana, hoteleira e de serviços provoca um caos urbano no fornecimento de água e luz, coleta de lixo e abastecimento de produtos na cidade. Além das dificuldades de acessibilidade decorrente da travessia feita por embarcações simples que dependem dos horários das marés para chegada e saída.

De um modo geral a cidade depende dos produtos vindos de São Luís, vivenciando hoje ainda sua relação histórica de dependência social e econômica com a capital. No passado, ainda havia certa interdependência, pois a cidade era um entreposto de mercadorias produzidas nas fazendas e abastecia a capital com seus produtos. Hoje, Alcântara depende quase inteiramente de produtos e serviços provenientes de São Luís. As mercadorias, profissionais e serviços específicos chegam de barco regularmente e todos os produtos consumidos na sede vêm de fora.

7 CONCLUSÕES

Esta tese buscou analisar o processo de apogeu e declínio da cidade de Alcântara no Maranhão. Neste sentido escolhemos autores (Wallerstein, Castells, Santos, Reis filho e Geiger) que nos ajudaram a contextualizar a cidade de Alcântara dentro das redes urbanas globais e regionais. Na perspectiva de que as cidades estão interligadas em redes e que se conectam e se desconectam delas em diferentes temporalidades e por razões diversas.

Concluimos que o Brasil e, por conseguinte o Estado do Maranhão e a cidade de Alcântara se inserem na categoria de periferia na teoria do sistema mundo de Wallerstein(1980,2001,2007) tendo sido explorados pelos governos centrais, no caso Portugal. .A aristocracia maranhense era ligada ao núcleo, a corte europeia portuguesa, fornecendo matérias primas e enriquecendo a economia mundial. Alcântara, sede da aristocracia rural, estabelecia conexões diretas com Portugal, os descendentes da elite estudavam em Coimbra e de lá vinham os produtos de luxo para consumo. A conexão com o núcleo era tal que o Maranhão foi o ultimo Estado a aderir à independência do Brasil.

Com relação aos meios colocados por Milton Santos (2002,2006)concluimos que Alcântara se insere nos três meios da seguinte forma: no meio natural, Alcântara ocupou um lugar geográfico estratégico na rede das grandes navegações. A aldeia “*Tapuitapera*” foi ponto de passagem da navegação francesa, portuguesa e holandesa no processo de ocupação dos territórios no contexto da colonização do continente. No segundo meio, o técnico científico, foi o período do apogeu da lavoura do algodão no Maranhão, onde Alcântara foi a sede da aristocracia rural agro exportadora. E no terceiro e ultimo meio, na contemporaneidade consideramos o momento em que o território do município, pela posição estratégica em relação ao equador, sediou um empreendimento global - O centro de lançamento de foguetes, conectando a cidade ao mundo informacional e global.

Com relação ao lugar que Alcântara ocupa na sociedade da era informacional observamos que Castells (2002) ressalta que o surgimento desta era está entremeado de desigualdade e exclusão social crescente em todo o mundo. Isto significa que na contemporaneidade nem todos estão em rede e muitos estão excluídos. Alcântara é uma dessas cidades que foram excluídas da rede e hoje se

reconecta através de um projeto global. Castells (2002, p. 98), afirma que a exclusão social é um processo, não uma condição. Excluídos e incluídos podem se revezar no processo ao longo do tempo. Desta forma em diferentes temporalidades Alcântara se conectou e se desconectou das redes locais e globais.

Do ponto de vista das cidades na economia mundial concluímos que muitos centros outrora importantes, perderam suas funções e encontram-se em declínio. É o caso particular de algumas cidades históricas, como Alcântara. Na categorização de Sassen (1998) Alcântara seria uma cidade periférica que se transformou em secundárias ou marginal devido às transformações na economia regional e mundial. Na medida em que perdeu sua importância econômica e seu lugar privilegiado para outras cidades. Algumas cidades decadentes, como Alcântara provavelmente jamais recuperarão a importância que tiveram e encontram grandes dificuldades de se reconectar nas redes econômicas.

Percebemos a importância da dimensão econômica, pois Alcântara sofreu vários ciclos econômicos de apogeu e decadência. Esses ciclos trouxeram à Alcântara surtos de crescimento e decadência, conectando-a e desconectando-a por diferentes momentos das redes regionais e globais. Esses ciclos relacionam-se diretamente com as dimensões econômica, social e política do Estado do Maranhão, que por diferentes momentos o tornaram um dos Estados mais promissores ou mais pobres da nação.

Autores como Alcântara (1971), Gaioso (1970), Tribuzi (1981) e Almeida (2008) demonstram como eram frágeis as bases da prosperidade onde a decadência já se instalava. Além das frágeis bases havia a construção do discurso da ideologia da decadência presente nos relatórios e documentos oficiais no século XIX ressaltando os entraves que existiram no período do apogeu como a falta de terras, de braços e de incentivos técnicos.

Observamos, também, através dos indicadores do Censo 2010 do Estado do Maranhão, que embora com ciclos econômicos tenham sido importantes oportunidades, o Estado não conseguiu alavancar sua economia. O Maranhão é o Estado que tem proporcionalmente a maior concentração de pessoas em condições extremas de pobreza. Da população de 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhões estão abaixo da linha de miséria (ganham até R\$ 70 por mês). Este reflexo pode ser observado nas cidades do interior do Estado e de forma mais grave observamos na segunda cidade em importância histórica, que foi Alcântara.

Concluimos também que diante do conceito de cidade de Weber(1999) Alcântara hoje não possui todos os elementos constitutivos de uma cidade o processo de transformação urbana aponta para um aglomerado de população sem necessariamente ter as atividades e dimensões que caracterizam uma cidade, e dentro desta cidade há um elemento específico e importante com dimensões simbólicas, que são as ruínas, fragmentos do passado, as pedras das ruínas dos palácios e sobrados da cidade colonial alimentaram a construção de outro tecido urbano, o da cidade informal.

Considerando que a matéria fundamental da história é o tempo e a cronologia desempenha um papel importante como fio condutor (LE GOFF, 2003) construímos uma linha do tempo com os ritmos cronológico apontados na pesquisa empírica das temporalidades do Estado do Maranhão e da cidade de Alcântara para identificarmos os diferentes momentos de conexão e desconexão das redes.

Com este aporte teórico fomos buscar na história econômica e no desenvolvimento urbano de Alcântara as razões explicativas para esses momentos históricos. Identificamos duas dimensões que serviram para explicar o apogeu e a declínio da cidade: a dimensão sócio econômica e dimensão política. Diante desse recorte concluimos que o Estado do Maranhão que viveu quatro importantes ciclos econômicos

O primeiro deles foi o ciclo primário exportador do algodão, monopolizado pela Cia Grão Para de Comércio, iniciado em 1755 que durou até 1889, seguido da exportação de arroz e couro e depois da cana. A abolição dos escravos, uma das razões da decadência somada às mudanças no mercado internacional foi seguida da desarticulação do sistema agrícola.

O segundo ciclo foi o surto de crescimento industrial têxtil entre 1890-1940, na perspectiva de resgatar o algodão no mercado e levantara a economia foi seguido de falências das fabricas.

O terceiro ciclo foi do babaçu no século XX, considerado por Vargas a salvação do Maranhão, não alcançou os resultados esperados.

O quarto ciclo foi o da à integração na economia nacional e a implantação de investimentos públicos e privados no Estado a partir dos anos 70, através de grandes projetos como estrada de ferro de Carajás, do vale do rio doce, instalação da Alumar fabrica de guserias de alumínio, pólo graneleiro em na região do baixo

Parnaíba e a implantação da soja no sul do Maranhão e em 1980 o Centro de Lançamento de Alcântara.

Concluimos que as frágeis bases dos períodos de prosperidade citadas por Tribuzi (1981) aliadas aos entraves colocados por Gaioso (1970), como falta de tecnologia, falta de braços especializados, configuram ainda na contemporaneidade dificuldades para alavancar a economia do Estado, que mesmo com oportunidades internas e externas não conseguiu transformar seus indicadores.

Concluimos ainda a dimensão política que fez o Estado herdeiro das estruturas autoritárias e oligárquicas configurou-se um entrave ao desenvolvimento econômico e social.

Diante deste quadro, concluimos que a cidade de Alcântara, que foi a segunda cidade em importância do Estado passou por todos estes ciclos e de forma mais acentuada sofreu um processo de decadência e arruinamento. Além das razões da decadência e dos entraves acima citados, estudos de Alcântara (1971) e de Almeida (2008) apontam para a construção de um discurso da ideologia da decadência no Maranhão e observamos também na pesquisa empírica a construção de uma narrativa de técnicos e intelectuais sobre a decadência de Alcântara. A alcunha de cidade morta está presente em livros e relatórios.

No caso de Alcântara, a falta de mobilização da elite rural, dos fidalgos e barões, em recuperar sua produção ou investir em novas possibilidades agravou o abandono das terras. O município ficou sem um novo projeto econômico para alavancar a economia e mobilizar a sociedade.

As políticas públicas adotadas em 1950 reforçaram a exclusão de Alcântara com a instalação do presídio estadual de segurança máxima na praça principal da cidade gerando isolamento e mais decadência da cidade. Embora a cidade tenha sido tombada em 1948 pelo Iphan, não conseguiu superar estes entraves. Relatórios da UNESCO durante 20 anos (1960-1980) apontaram as razões da decadência e as estratégias de revitalização, mas nada foi efetivado e a cidade se manteve decadente e abandonada.

Um novo ciclo de inclusão nos programas de integração nacional ocorreu com a implantação do Centro de Lançamentos em 1980, que parecia uma oportunidade, uma inclusão da cidade na rede global configurou-se também em exclusão, com desagregação social e urbana. Vale ressaltar que os programas nacionais implantados no Estado no final da ditadura militar no Brasil e no âmbito de

governos oligárquicos no Maranhão e de Alcântara, foram implantados sem a avaliação de impactos ambientais e sociais e por esta razão não reverteu às comunidades locais nenhum benefício econômico ou inclusão de mão de obra local. Os impactos da implantação destes projetos, avaliados hoje e cujas ações mitigadoras ainda estão em andamento, geraram questões urbanas e sociais que contribuem para o baixo IDH do Estado.

De fato, o que se apreende no caso de Alcântara, é que as ruínas configuram o tempo passado, o presente e o futuro de Alcântara. A cidade histórica considerada abandonada em sua decadência econômica, cultural e social, observa a cidade no presente com um empreendimento global e hoje convive com a dura realidade das ruínas da plataforma incendiada e com todo o investimento da vila militar abandonado, uma vez que o espaço da base não foi utilizado como o planejado e parte dele encontra-se obsoleto. Após o fracasso dos lançamentos dos foguetes durante toda a década de 1990, agravado pelo acidente que vitimou 21 cientistas em 2003, houve um abandono do projeto. Em 2011 há uma nova perspectiva de ampliação do Centro de Lançamento com um acordo internacional com a Ucrânia para utilização do espaço aéreo que pode se configurar em uma nova oportunidade. Portanto, podemos avaliar que a cidade despreparada para um empreendimento global, não conseguiu transformar sua economia reforçando ainda mais a exclusão econômica.

O que concluímos é que se configuram na Alcântara contemporânea, duas realidades diferentes: uma “*Global*” na perspectiva do grande empreendimento espacial que tem por objetivo se conectar com o mundo através de lançamento de satélites e foguetes, que mobiliza comunidades científicas e outros países em lançamentos de veículos espaciais e outra “*Local*” formada pelas comunidades de remanescentes de quilombos e de aldeias de pescadores que foram remanejados de suas terras, gente humilde, na maioria analfabeta, que vive em casa de taipa e depende da agricultura de subsistência, sem serviços básicos ou saneamento ou ainda os habitantes da sede do município, favelizados, excluídos sem formação técnica, despreparados e excluídos do empreendimento global.

Da mesma forma o Estado do Maranhão que agora se prepara para receber grandes empreendimentos nacionais se depara com a mesma realidade o confronto do global e do local refletindo nas estruturas econômicas sócias e urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Autores Maranhenses

ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. São Luis: Alumar, 1993.

AMARAL, Jose Ribeiro do. **O Maranhão Histórico** (1912). São Luis: Geia 2003

BARRETO, Ivo Matos. **Alcântara cidade monumento**. Minha casa é patrimônio nacional. Manual de preservação. São Luis, Superintendência do IPHAN-MA, 2009.

BURNETT, Frederico Lago; MUNIZ, Jose Conceição Costa. **Relatório de diagnóstico local**: plano de ação para cidades históricas: Alcântara e Maranhão. São Luís: Superintendência do Patrimônio Cultural; Prefeitura Municipal de Alcântara, 2009.

BARBOSA, Muniz Zulene. **As temporalidades políticas do Maranhão**, in www.pucsp.br/neils.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional a ação integralista no Maranhão 1933-1937**. São Paulo: Annablume, 1999.

CABRAL, Wagner. Crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão 1945/1970. In www.fundaj.gov.br Professor da Universidade federal do Maranhão

CHAGAS, Jose. **Alcântara**: negociação do azul ou a castração dos anjos. São Luis: Edições AML; SIOGE, 1994.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Os sírio-libaneses em São Luís e no Maranhão**: relações inter-étnicas e processo de assimilação cultural de imigrantes na sociedade regional e nacional. **Ciências Humanas em Revista**, São Luis, v. 7, n. 1, 2009.

CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **Os maranhenses**: contribuição para a teoria geral do Maranhão. São Luís: IMESC, 2008.

COSTA, Wagner Cabral da. **Ruínas verdes**: tradição e decadência nos imaginários sociais. Caderno de Pesquisa da UFMA, São Luís, v.12, p. 79-105, 2001.

COUTINHO, Milson. **Fidalgos e barões**: uma história da nobiliarquia Luso Maranhense. São Luís: Instituto Geia 2005.

COUTINHO, Milson. **O Maranhão no Senado**. São Luís: Sioge, 1986.

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908**: álbum de fotografia. Rio de Janeiro: Spala, 1987.

DOCUMENTOS MARANHENSES. **O Cativoiro**. Dunshee de Abrantes. São Luis: Lithograf; ALUMAR, 1992.

DOCUMENTOS MARANHENSES. **ANAIS HISTÓRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO**. Bernardo Pereira de Berredo: Governador da província do Maranhão –1726/1729. Reeditado pela ALUMAR. 1988

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929.**, São Luís: Instituto Geia, 2003.

GULLAR, Ferreira. **Cidades inventadas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

JORGE, Miércio de Miranda. **Álbum do Maranhão**. São Luís, 1950.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **Os sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luís do Maranhão**: colóquio internacional: universo urbanístico português: 1415-1822: seção V. Coimbra, 1999.

LIMA, Carlos. **História do Maranhão a colônia**. São Luís: Instituto Geia 2006.

LIMA, Carlos. **Vida, paixão e morte da cidade de Alcântara-Maranhão**. São Luís: SECMA, 1998.

LIVRO Grosso do Maranhão. In: ANAIS da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 66, 1948.

LOPES, Antônio. **Alcântara**: subsídios para a história da cidade. [S.l]: MEC, 1957.

LOPES, Antonio. Decadência do Maranhão. **Diário do Norte**, São Luís, 18 abr. 1937. p. 1.

LOPES, José Antonio Viana (Org.). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

LOPES, Raimundo. **Alcântara**: uma cidade tradicional. São Luis: FUNC, 1977.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**: Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MACEDO, Eurico Teles de. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2002.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. 3. Ed. São Luis: Academia Maranhense de Letras, 2008. Edição crítica de Jomar Moraes e Lino Moreira.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970. (Coleção São Luís, 3).

MELO, alanna Biely Carvalhal de. **"Mulheres perdidas"**: perfil das mulheres encarceradas no Maranhão nas décadas de 1950 a 1970 – São Luís, 2010.monografia do curso de história – UEMA

MEIRELES, Mario M. **História do comércio do Maranhão: 1934-1960**. São Luis: Associação Comercial do Maranhão; Lithograf, 1992. V. 4.

MEIRELES, Mario M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MONTELLO, Josué. **Noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MORAES FILHO, Nascimento de. **Contribuição maranhense para o Estado Novo**. São Luís: Imprensa Oficial, 1938.

MORAES FILHO, Nascimento de. **Vencidos e degenerados: crônica maranhense**. São Luís, 2000.

MORAES, Jomar. Prefacio. In: CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908: álbum de fotografia**. Rio de Janeiro: Spala, 1987.

PEREIRA JUNIOR, Davi. **Nova cartografia social da Amazônia: luta dos quilombolas pelo título definitivo: oficinas de consulta**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8; Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008. (Movimentos sociais, identidades coletivas e conflitos, 25).

PEREIRA JUNIOR, Davi. **Quilombolas de Alcântara: território e conflito: intrusamentos do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

PFLUEGER, Grete S. De Tapuitapera a Villa d'Alcântara: cidades portuguesas, planejadas ou espontâneas. In: PONTUAL, Virginia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Orgs.). **História da paisagem ensaios urbanísticos do Recife e São Luis**. Recife: Bagaço, 2005. P. 272-308.

PFLUEGER Grete S. **De Tapuitapera a Villa d'Alcântara: estudo da composição urbana e arquitetônica**. 2002. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luis: Alumar, 1999.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão: 1612-1895**. São Luís: Lithograf, 1992 a. v. 1 e 2. Reedição fac similar da Associação Comercial do Maranhão.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão: 1896-1934**. São Luis: Lithograf, 1992b. v. 3. Reedição fac similar da Associação Comercial do Maranhão.

VIVEIROS, Jerônimo. A prata de Alcântara. **O Imparcial**, São Luís, 11 abr. 1954.

Referências Bibliográficas Gerais

A CIDADE PELO AVESSE: desafios do urbanismo contemporâneo/Rachel Coutinho M.da Silva (org.)-Rio de Janeiro:Viana&Mosley:Ed PROURB,2006.

ALCÂNTARA, Antonio Pedro Gomes de. **Recuperação de Alcântara**. Revista Acrópole, n. 384, abr. 1971.

ALCÂNTARA, Dora. **Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão**. [S.l.]: Fontana; Fundação Luiz La Saigne, 1980.

.ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Casa 8; Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMARAL FILHO, Jair. **A economia política do Babaçu: um estudo sobre a organização da indústria do Babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luis: Sioge, 1990.

AMORIM, Luiz. **Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista**. Recife: Gráfica Santa Marta, 2007.

ANDRÉS, Maria Helena Duboc. **Coleção de pinturas e gravuras do Palácio dos Leões**. São Luis: Bradesco, 2005.

ARAUJO, Maria do Socorro Gomes; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Tecnologia aeroespacial desestruturação sócio-cultural nas comunidades quilombolas de Alcântara**. Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, n. 2, jan./jun. 2006.

ARENDT, Hannan. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ATHAYDE, Austregésilo. **As cidades passam como os homens**. Jornal do Comércio, 1978.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. Apresentação. In: WALLERSTEIN, Immanuel Wallerstein. **Universalismo europeu: retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 11-21.

BARCELLOS, Denise et al. (Orgs.). **Urbanismo em questão**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

BENJAMIM, Walter. **Magia, técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

BOSSHART, Barnabas. **Alcântara: uma cidade no Brasil entre memória colonial e sonhos intergalácticos**. Zurich: Stemmler, 1989.

BOXER, Charles Rua. **A idade do ouro no Brasil**: dores e crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.

BRANDI, Cesare. **Teoria do restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no séc. XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRESCIANNE, Maria Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

BURKE, Peter. **A escola dos annales**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BUTTERWORTH, Alex; RAY, Laurence. **Pompéia cidade Viva**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefacio. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional a ação integralista no Maranhão 1933-1937**. São Paulo: Annablume, 1999. p. 10-14.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. V. 1.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. V. 3.

CERVELLATI, P. L.; SCANNAVINI, R.; ANGELIS, C. **La Nouvelle Culture Urbaine Bologne face à son patrimoine**. Paris: Editions du Seuil, 1981.

CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das letras, 1991.

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Liberdade; UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. **Dictionnaire de L'urbanism et de L'aménagement**. Paris: Press Universitaire de Paris, 1988.

COUTINHO M. da SILVA, Rachel. A formação da rede urbana na fronteira noroeste do Estado de São Paulo: 1890-1950. In: PADILHA, Nino (Org.). **Cidade e urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: UFBA, 1998. v. 1. p. 332-354.

COMAS, Carlos Eduardo (Org.). **Lucio Costa e as Missões**: um museu em São Miguel. Porto Alegre: IPHAN, 2009.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**: um olhar critica. São Paulo: Saraiva, 1999.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

DAVIS, Mike. **Cidades mortas**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Carlos Aparecido. **Deslocamento compulsório de trabalhadores rurais**. Cadernos Práticas de Pesquisa, São Luís, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Jurandir Pires (Org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FERRI, Mário. Prefácio. In: LEFÈVRE, Renée; COSTA FILHO, Odylo. **Maranhão**: São Luís e Alcântara. São Paulo: Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1971. p. XIII-XVI.

FICACCI, Luigi (Org.). **Giovanni Battista Piranesi**. Alemanha: Taschen GMBH, 2001.

FONTANA, Paolo. **Inside Rome**. New York: Crescent Books, 1991.

FORTUNA, Carlos. **As cidades e as identidades**: narrativas, patrimônios e memórias. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. 2 dez 1970: leituras filosóficas. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREITAG, Bárbara. **Cidade dos homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 2002.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papyrus, 2006.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. (Coleção São Luis, 1). Reedição em off set SUDEMA.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana Brasileira**. Rio de Janeiro: Inep; MEC, 1963.

GODINHO, Victor. **A peste no Maranhão**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Alexandre Collares Moreira Junior, Governador do Estado. Janeiro: Typografia Teixeira, 1904.

GODINHO, Victor; LINDENBERG, Adolpho. **Norte do Brasil**: através do Amazonas, Pará e do Maranhão. Rio de Janeiro: Laemmert & C, 1906.

GOMES, Antônio Pedro; ALCÂNTARA, Dora. O plano de recuperação de Alcântara de 1963. **Revista Acrópole**, n. 384, abr. 1971.

GOOGLE EARTH. Alcântara. Disponível em:
<<http://maps.google.com.br/alcantara/maranhao>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

GUTIERREZ, Ângela (Coord.). **Alcântara**: Cantos do silêncio. São Paulo: Spala, 1987.

GUZZO, Giovanni Guzzo; D'AMBROSIO, Antonio. **Guida Ali Scavi di Pompei**. Roma: Mondadori Electa Napoli, 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Cidade da esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HERKENHOFF, Paulo. **O Brasil e os holandeses**: Rio de Janeiro: GMT, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Para uma nova história**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

HOONAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977. t. 2.

HOLANDA, Felipe de. **A economia maranhense e os desafios de 2011**. Jornal o Imparcial, 2 de janeiro de 2011, pag 10, São Luis .

HOLANDA, Felipe de. A Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. Cadernos IMESC 4. São Luis, 2008

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano; MAM, 2000.

ITÁLIA. Ministério per i Beni Cultural e lê Attivita Culturalli Soprintendenza Archeologica di Roma. **Guida archeologica di Roma**. Milan: Mondadori Electa S.p. A 2007.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**: 1815 /1891. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin**: Marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico Brasileiro**: fotógrafos e ofício da fotografia no *Brasil*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005.
- LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual de metodologia em pesquisa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LE GOFF, Jaques. Verbete Ruínas. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Oficial; Casa da Moeda, 1984.
- LECHT, John. **50 pensadores contemporâneos essenciais**: do estruturalismo a pós modernidade. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- LEFÈVRE, Renée; COSTA FILHO, Odylo. **Maranhão: São Luís e Alcântara**. São Paulo: Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MAIA, Tom & Teresa Regina C. **Velho Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1981.
- MARINI, Maurizio. **Le veduta de Roma di Giovanni Battista Piranesi**. Roma: Newton Compton Editori, 2006.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil em que termos**. São Paulo: Nobel, 1999.
- MENEZES, José Luís Mota. Olinda e Recife: 1537-1630. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 41, 2000.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MILLET, Vera. **Brasil**: a busca da identidade nacional e a instauração da política patrimonial. Recife, 2000. Mimeografado.
- MOREIRA, Rafael. **A criação da rede urbana do norte do Brasil**: séculos XVI-XVII. In: TEIXEIRA, Manoel C. (Coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Ceua, 2004.
- MORIN, Edgar. Pensar, viver: o pensamento complexo de Edgar Morin. **Revista Cult**, São Paulo, v. 10, n. 111, p. 9-15, 2007.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NAPOLI POMPEI. Milano: Geo Mondadori Electa SPA, 2003.
- NOVAIS, Fernando et al. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3.

PAMUK, Orhan. **Istambul: memória e cidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

PANOFSKY, Erwin. **Idea: a evolução do conceito do Belo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PARENT, Michel; LEAL, Claudia F. B. (Orgs.). **As missões da UNESCO no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN; COPEDOC, 2008.

PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

PECHMAN, Robert Moses. **O detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PERBALT, Peter Pál. **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950**. Recife: Editora da UFPE, 2001.

PONTUAL, Virginia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Orgs.). **História da paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luis**. Recife: Bargaço, 2005.

PONTUAL, Virgínia; MILLET, Vera. **Olinda: memória e esquecimento**. 2001. Mimeografado.

PORTAL BRASIL. **Mapas**. Disponível em: <www.portalbrasil/imagens/maps>. Acesso em: 16 mar. 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/1720**. São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens das vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. S.Paulo: Perspectiva, 1983.

RIEGL, Alois. **Le culte moderne des monuments, son essence et sa gènesse**. Paris: Editions de Seuil, 1984.

RIZZI, Gionata. Preface. In: ASHURST, John (Ed.). **Conservation of ruins**. London: Burlington; MA: Butterworth-Heinemann, 2007. p. XIX-XXV.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Perspectiva, 1995.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUSKIN, John. **As pedras de Veneza**. São Paulo: Martins fontes, 1992.

RYKWERT, Joseph. **A idéia de cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Critica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, 2000.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Coimbra: 1968. (Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 5).

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHREIBER, Hermann; SCHREIBER, Georg. **Ruínas célebres**. São Paulo: IBRASA, 1960.

SCHÜLER, Fernando; AXT, Günter; SILVA, Juremir Machado da Silva (Orgs.). **Fronteiras do pensamento**. Retratos de um mundo complexo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. Belo Horizonte: Formato, 1998.

STAROBINSKI, Jean. **A invenção da liberdade**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

VIAGEM DE FÉRIAS. **Maranhão**. Disponível em:
<<http://www.viagemdeferias.com/mapa/maranhao/>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

VITRUVIUS: the ten books of architecture. New York: Dover publications, 1960.

VON SPIX, Johanm Baptista; VON MARTIUS, Carl Friederich Phillipp. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Edusp, 1981. 3 v.

WAKARA, Julio Abe. **Ruínas de são Miguel das missões e outros remanescentes arquitetônicos e artísticos das reduções jesuíticas do Brasil, argentina e Paraguai: um discurso visual**. 1981. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura de Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

WALLE, Paul. **Au Brasil**: etats de piahuy e Maranhão. Paris: Librairie orientale; Editeur Guilmoto, 1912.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico**: civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Como concebemos do mundo o fim**: ciência social para o século XXI. Rio de janeiro, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo Europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world system**: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750. New York: Academic Press, 1980. v. 2.

WALLERSTEIN. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2007.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

JORNAIS

ALCÂNTARA dos foguetes contrasta com as casas de palha. **Jornal Pequeno**, São Luís, 29 jul. 2007.

ALCANTARIZAÇÃO da capital. **Diário do Norte**, São Luís, 24 abr. 1936. Coluna a Cidade

APRENDENDO com o Brasil. Immanuel Wallerstein **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2009.

CONDE, Pedro. **Ruínas augustas**. **O Imparcial**, São Luís, 26 jun. 1927. p. 1.

CUNHA, Carlos; CALADO, Jamenes. Onde a penitenciária e escola e o homem criatura de Deus. **O Imparcial**, 4 maio 1973. Caderno B.

CHAGAS, José. Alcântara: inferno sem barreiras. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 5 jul. 2008.

ENTRE o passado e o presente. **O Imparcial**, São Luís, 24 set. 2006.

FLORIDO, Flavio. Alcântara. **Folha.com**, 25 ago. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/album/p_20030825-alcantara-01.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2010.

IGNIÇÃO espontânea causou desastre em Alcântara, diz CTA. **Folha Online**, 205 ago. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u9933.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

LOPES, Antônio. As ruínas de Alcântara. **O Imparcial**, 1 set. 1927.

Maior quilombo urbano do Brasil. **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 ago. 2006.

As obras atuais do programa espacial no MA configuram invasão de terras quilombolas? -sim - Maristela de Paula Andrade e não- Roberto Amaral. **Folha de São Paulo**, 28 de fevereiro de 2009. Seção debates pag.A.3.

PEREIRA, Merval. Bomba política. **O Globo**, 10 set. 2009. O país.

PERSOVIAN, Kátia. Bairro da fé em deus é considerado maior quilombo urbano do Brasil. **Jornal Pequeno**, 27 ago. 2006. Suplemento especial.

Príncipe de Orleans visita a cidade de Alcântara. **O Imparcial**, São Luís, 14 jun. 1927a.

Príncipe de Orleans visita a cidade de Alcântara. **O Imparcial**, São Luís, 15 jun. 1927b.

Príncipe de Orleans visita a cidade de Alcântara. **O Imparcial**, São Luís, 16 jun. 1927c.

Projeto espacial de Alcântara é um desastre. **Jornal Pequeno**, São Luís, 1 jul. 2006.

Quilombos de Alcântara - direitos atropelados . **Jornal Pequeno**, São Luís, 4 ago. 2006.

Ruínas de Alcântara. **O Imparcial**, São Luís, 20 jan. 1927.

Ruínas de Alcântara. **O Imparcial**, São Luís, 8 jan. 1927.

Ruínas de Pompéia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 out. 2007. Caderno Mais.

Transformada em cadeia a cidade monumento. **O Combate**, 27 jul. 957.

VIVIANI, Oswaldo. Duas realidades: Alcântara dos foguetes contrasta com a das casas de taipa e palha. **Jornal Pequeno**, 29 jul. 2007. Especial.

VIVIANI, Oswaldo. Evolução tecnológica ou entreguismo? Projeto espacial em Alcântara é um desastre, diz pesquisadora. **Jornal Pequeno**, 1 jun. 2008. Cidade.

Lançamento do VLS sofrerá atraso. **Jornal O Estado do Maranhão**, 1 de junho de 2008, geral pag 17.

Documentos e Relatórios

Plano de turismo de Alcântara ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de: roteiro executivo para o Governo do Estado do Maranhão. [Rio de Janeiro], 1980. Mimeografado.

Alcântara: Estudos para recuperação, revitalização e proteção do patrimônio histórico. Secretaria de Estado de Planejamento. Comissão e Coordenadoria do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. São Luís: SEPLAN, 1985. Mimeografado.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO. **Relatórios**: exercícios de 1945-1946-1947. São Luís, [1948].

ALMEIDA, Alfredo W.B. de – **Lauda Antropológico**: identificação das comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara (MA). Rio de Janeiro. Setembro de 2002. Mimeografado

ANUÁRIO estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1936. **Estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 52, p. 191-494, 2002.

Monumentos históricos do Maranhão: São Luís e Alcântara. BRASIL. Ministério do Interior. Rondon: São Luis: Sioge, 1979.

BRASIL. **Decreto Nº 26.077-A**, de 22 de dezembro de 1948. Erige em Monumento Nacional a cidade de Alcântara, no Estado do Maranhão. Disponível em: <<http://www3.iphan.gov.br/bibliotecavirtual/>> Acesso em: 15 mar. 2010.

BRASIL. **Lei nº 3.137**, de 13 de maio 1957. Denomina Instituto Brasileiro do Sal o Instituto Nacional do Sal, dando-lhe nova organização. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=111579>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

Plebiscito Nacional sobre a ALCA. BRAIDO, Jacyr F.; GONÇALVES, Alfredo J.. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 2, n. 15, ago. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/015/15cnbb_alca.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010.

CARTA de Atenas. In: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Iphan, 1933. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 16 mar. 2010. <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>.

CARTA de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada. ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA, 1, Lisboa, 1995. **Carta**, Lisboa, 1995. Disponível em: <<http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

CARTA de Veneza. In: Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 2., 1964. [S.l.]: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Dados econômicos:** indicadores de pobreza: Alcântara-MA. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_economia_pobreza.asp?ildMun=100121005>. Acesso em: 15 mar. 2010 a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Produto Interno Bruto:** Alcântara-MA. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/pib/mu_pib_geral.aspildMun=100121005>. Acesso em: 16 mar. 2010b.

FREITAG, Bárbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. **Caderno CRH**, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun. 2003. Disponível em: <www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?Id=949...145>. Acesso em: 13 mar. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por Estado no Brasil. **Comunicados do IPEA**, n. 58, 13 jul. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS E SOCIAIS. **O Babaçu e suas perspectivas**. São Luís , 1981-88.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. As cidades: história, razão, ruínas e utopias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Pid=S0102-69092004000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 mar. 2010.

FUÃO, Fernando Freitas. Ruínas: a fotografia como fragmento da arquitetura (1). In: RIZOMA.NET. **Anarquitextura**. 2002. p. 166-171. Disponível em: <http://arte100.net/portal/arquivos/rizoma/rizoma_anarquitextura.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2010.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características demográficas e socioeconômicas da população. **Anuário Estatístico Brasileiro**.

LIMA, Viana de. **Relatório e proposta para a conservação, recuperação e expansão de Alcântara**. [S.l.]: UNESCO, 1973.

PARENT, Michel. **Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no quadro do desenvolvimento turístico e econômico**. São Luís, 1967. Relatório apresentado para a UNESCO.

PASTRANA, Raul. **Reestruaturation y desarrollo**. Paris, 1976.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Manifestos**. Disponível em: <<http://www.social.org.br/manifestos/manifesto001.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Os impactos do Centro de lançamento de Alcântara. Disponível em: <<http://social.org.br/cartilhas/cartilha001/cartilha003.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Getúlio Vargas**: Presidente dos Estados Unidos do Brasil. Imprensa Oficial, 1939. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas**: Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Imprensa Oficial, 1936. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. VI 215, 4,9.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas**: Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Imprensa Oficial, 1938.